

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CENTRAL – UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS
SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS – NELSON DE ABREU JÚNIOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS

Elaine da Silva Barberino

**EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA
LÍDER COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE TERRA DO SOL E ADJACÊNCIAS**

Anápolis-GO

2024

ELAINE DA SILVA BARBERINO

**EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA
LÍDER COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE TERRA DO SOL E ADJACÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Linha de Pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias.

Eixo Temático: Processos Educativos e Diversidades

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro

Anápolis-GO

2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo Elaine da Silva Barberino

E-mail elaines.barberino@gmail.com

Dados do trabalho

Título Educação e Práticas Sociais: Vivências e Experiências de uma Líder
Comunitária na Comunidade Terra do Sol e Adjacências

(x) Dissertação

Curso/Programa Programa Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias

Concorda com a liberação documento?

[x] SIM

[] NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis, 26/04/2024

Local

Data



Assinatura do autor / autora

Documento assinado digitalmente



RAIMUNDO MARCIO MOTA DE CASTRO

Data: 26/04/2024 21:59:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador / orientadora

Documento assinado digitalmente



ELAINE DA SILVA BARBERINO

Data: 24/04/2024 14:27:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ficha catalográfica

B234e

Barberino, Elaine da Silva.

Educação e práticas sociais [manuscrito] : vivências e experiências de uma líder comunitária na Comunidade Terra do Sol e adjacências / Elaine da Silva Barberino. – 2024.

128f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro.
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias) - Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior, Anápolis, 2024.

Inclui bibliografia e tabelas.

1. Liderança comunitária. 2. Vivência e experiência – Comunidade Terra do Sol. 3.Cidadania. 4.Dissertações – PPGIELT - UEG/UnuCSEH. I.Castro, Raimundo Márcio Mota de. II.Título.

CDU 316.334(817.3)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus

Bibliotecária/UEG/UnuCSEH

CRB1/2385

EDUCAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA LÍDER COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE TERRA DO SOL E ADJACÊNCIAS

Esta dissertação foi considerada aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 02 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro (Universidade Estadual de Goiás – UEG)
Orientador/Presidente

Prof. Dra. Olira Saraiva Rodrigues (Universidade Estadual de Goiás – UEG)
Membro interno

Prof. Dr. Rodrigo Roncato Marques Anes (Universidade Estadual de Goiás – UEG/Inhumas)
Membro externo

Prof. Dr. Renato Barros de Almeida (Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/GO e
Universidade Estadual de Goiás)
Membro extra

Anápolis-GO, 05 de abril de 2024.

Dedico esta dissertação à minha amada filha, Mariana.

Que esta dedicatória seja um lembrete constante
do meu amor, do meu orgulho.

Minha filha, meu tesouro, minha maior bênção.

As histórias importam.
Muitas histórias importam.
As histórias foram usadas para espoliar e
caluniar, mas também podem ser usadas para
empoderar e humanizar.

Chimamada Ngozi Adichie

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria e inspiração, por guiar meus passos ao longo desta jornada acadêmica. Reconheço Sua presença constante em cada etapa deste processo, desde a concepção das ideias até a conclusão deste trabalho. Em especial, expresso minha profunda devoção e gratidão a Nossa Senhora Aparecida, mãe e intercessora, cuja proteção e amparo foram fundamentais em minha jornada acadêmica. Sob seu manto materno, encontrei conforto nos momentos de dúvida, força nos momentos de fraqueza e esperança nos momentos de dificuldade. A ela confiei meus anseios e desafios, e sua presença amorosa sempre me sustentou.

Em segundo lugar agradeço à minha família e expresso minha eterna gratidão pelo amor incondicional, incentivo e apoio inabalável ao longo de minha jornada acadêmica inclusive sendo minha rede de apoio durante todo esse percurso, me auxiliando nos cuidados e na educação da minha filha. Aos meus pais, Iracema e Evandro, expresso minha eterna gratidão por seu apoio incondicional e incentivo desde o início desta jornada. Seu constante encorajamento e crença em mim foram a luz que iluminou meu caminho nos momentos de dúvida e desafio. A minha irmã, Liliane minha sincera gratidão por seu apoio inabalável e compreensão ao longo desta jornada, suas palavras de incentivo e gestos de carinho foram fontes de força e inspiração, motivando-me a perseverar mesmo diante dos obstáculos. Minha avó Floripes que com seu jeitinho me apoiava e incentivava a persistir nos meus sonhos. E a minha filha Mariana, que é minha fonte de alegria nos momentos de triunfo e minha âncora em meio às tempestades, ela afirma que eu sou a “super heroína”, mas mal sabe que quem me salva é ela. Esta dissertação não é apenas um reflexo do meu esforço individual, mas também uma homenagem ao apoio inabalável e ao amor incondicional da minha família. Seu papel nesta jornada é insubstituível, e sou profundamente grato por ter vocês ao meu lado.

Gostaria de dedicar um espaço especial para expressar minha profunda gratidão a Cindy, Nina, Zeca e (até) Cacau, meus companheiros leais ao longo desta jornada de pesquisa e estudo. Para alguns eles são apenas “cachorros”, mas para mim são parte da nossa família onde presença amorosa e reconfortante deles foi uma constante fonte de alegria e inspiração durante os momentos de intensa dedicação ao trabalho acadêmico, onde literalmente ficavam ao meu redor durante minhas longas horas de escrita.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão à líder comunitária Francisca Barbosa da Silva, cuja colaboração foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Sua generosidade e disposição foram inestimáveis para a compreensão das questões abordadas e para a construção de um conhecimento mais profundo sobre as dinâmicas sociais e educativas da comunidade Terra do Sol. Que seu trabalho continue a inspirar e impactar positivamente não apenas sua comunidade, mas também aqueles que têm o privilégio de conhecê-la e aprender com ela.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador Raimundo Márcio por ter contribuído para a realização do sonho em ingressar num mestrado, onde ele confiando no meu projeto me escolheu como orientanda. Sua orientação experiente foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, e sou imensamente grato por sua dedicação e paciência.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão aos excelentes docentes do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias - PPGIELT, pela dedicação, orientação e ensinamentos ao longo desta jornada acadêmica. A cada um dos professores que compartilhou seu conhecimento e expertise, minha mais profunda admiração e reconhecimento. Suas aulas foram fontes de inspiração e motivação. Agradeço especialmente a coordenadora Viviane Pires Viana Silvestre, por toda sua dedicação frente ao programa, proporcionando um ambiente intelectualmente estimulante que enriqueceu não somente minha formação acadêmica, mas também minha formação humana.

Agradeço também aos membros da banca examinadora por dedicarem seu tempo e experiência na avaliação deste trabalho. Suas sugestões e críticas construtivas foram extremamente enriquecedoras e contribuíram significativamente para a qualidade final desta dissertação.

Aos meus amigos e colegas do PPGIELT, agradeço pelo apoio mútuo, troca de ideias e momentos de descontração que tornaram esta jornada mais leve e memorável. Suas contribuições, tanto acadêmicas quanto pessoais, foram inestimáveis. Aqui a frase “ninguém larga a mão de ninguém” se fazia efetiva e nos mais diversos momentos um foi o apoio do outro. Agradeço especialmente ao grupo da “carona” com os amigos: Jacqueline, Késia, Gabriel, Maria Magna, Priscila e Ianny, que fizeram com que o trajeto Goiânia a Anápolis ficasse mais leve com nossas conversas descontraídas que algumas vezes se misturava com o choro por medo de não conseguir concretizar esse sonho do mestrado.

Não posso deixar de mencionar o apoio de meus amigos e parceiros de vida: Auricícero, Paulo Veras e Flavianne que me suportaram quando eu estava insuportável, que viajaram comigo, que aguentaram meu cansaço extremo, mas que respeitaram meus limites e torciam pela minha conquista.

Por fim a todos que de alguma forma contribuíram para esta jornada, meu mais sincero obrigado. Este trabalho é fruto do esforço coletivo de muitos e celebra não apenas uma conquista individual, mas também a força da colaboração e do apoio mútuo. Neste momento de celebração e conquista, elevo minha gratidão aos céus, reconhecendo que esta realização é fruto da bondade divina e da intercessão maternal de Nossa Senhora Aparecida. Que minha fé continue a me guiar em todos os caminhos que ainda hei de trilhar, e que a luz divina continue a iluminar meus passos em direção ao conhecimento e à verdade.

Muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa encontra-se alicerçada na Linha de Pesquisa Educação, Escola e Tecnologias, do Programa de Pós-graduação Stricto Senso Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologias. O estudo apresenta sua centralidade na história de vida da líder comunitária Francisca Barbosa da Silva, destacando suas ações e lutas com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e educativo dos moradores da comunidade Terra do Sol e adjacências, em Aparecida de Goiânia, Goiás. A questão geradora da pesquisa é: em que medida a liderança comunitária contribui para o desenvolvimento social e educativo na construção da cidadania em uma comunidade periférica? O objetivo geral orbita em desvelar as vivências e experiências da líder comunitária Francisca Barbosa da Silva no desenvolvimento social e educativo na construção da cidadania em uma comunidade periférica da região metropolitana de Goiânia. O *corpus* metodológico aproxima-se do método fenomenológico, de abordagem qualitativa, exploratória e utilizou como procedimentos pesquisa bibliográfica e de campo. Para compor o *corpus* metodológico tivemos como suporte as obras de Marconi e Lakatos (2003); Gil (2008); Bicudo (2011); Fazenda (2000); Jovchelovitch; Bauer (2010), para os conceitos acerca de liderança e liderança comunitária: Bento; Ribeiro (2013); Kotler (1997); Chiavenato (1999); Ornelas *et al* (2013) e por fim para subsidiar os estudos sobre Direitos fundamentais e Cidadania tivemos como base Lenza (2006); Moraes (2011); Bobbio (2004); Marshal (1967) bem como a Constituição Federal de 1988. A recolha dos dados deu-se por meio de entrevista narrativa e a compreensão/interpretação deu-se por meio da interpretação hermenêutica, caminho próprio do método fenomenológico. Entende-se que, o desvelar do percurso vivido por essa líder comunitária apresenta o cotidiano de pessoas que, lutam por melhores condições de vida e dignidade, tendo como direção de suas aspirações os direitos fundamentais básicos. Verificou-se que as iniciativas lideradas por Francisca geram um senso de pertencimento à sociedade e inspiram conquistas significativas. Mesmo diante da ausência de intervenção do Estado e de políticas públicas específicas, tais ações asseguraram a dignidade dos residentes da localidade, deste modo, o papel desempenhado por Francisca na liderança comunitária se revela na promoção da cidadania, no fortalecimento dos vínculos sociais, no estímulo à participação ativa e na capacitação das comunidades para moldarem seu próprio destino. Conclui-se que, que o papel desempenhado pela liderança comunitária vai além da mera administração de questões locais. Sua atuação é um verdadeiro catalisador para a promoção da cidadania, o fortalecimento da participação cívica e a capacitação dos indivíduos para reivindicarem seus direitos e moldarem seu próprio destino. Que este estudo possa contribuir na ampliação do reconhecimento e apoio a líderes comunitários, cujo trabalho árduo e compromisso inspiram esperança e transformação em suas comunidades e que sirva também como meio de desmascarar a ineficácia do Estado.

Palavras-chave: liderança comunitária; vivência e experiência; cidadania.

ABSTRACT

This research is based on the Education, School and Technologies Research Line of the *Stricto Sensu* Interdisciplinary Postgraduate Program in Education, Language and Technologies. The study focuses on the life story of community leader Francisca Barbosa da Silva, highlighting her actions and struggles to ensure the social and educational development of the residents of the Terra do Sol community and surrounding areas, in Aparecida de Goiânia, Goiás. The research question is: to what extent does community leadership contribute to social and educational development in the construction of citizenship in a peripheral community? The general objective is to uncover the experiences of community leader Francisca Barbosa da Silva in social and educational development in the construction of citizenship in a peripheral community in the metropolitan region of Goiânia. The methodological corpus is close to the phenomenological method, with a qualitative, exploratory approach and used bibliographical and field research as procedures. To compose the methodological corpus, we relied on the works of Marconi and Lakatos (2003); Gil (2008); Bicudo (2011); Fazenda (2000); Jovchelovitch; Bauer (2010), for the concepts of leadership and community leadership: Bento; Ribeiro (2013); Kotler (1997); Chiavenato (1999); Ornelas et al (2013) and finally, to support the studies on Fundamental Rights and Citizenship, we relied on Lenza (2006); Moraes (2011); Bobbio (2004); Marshal (1967) as well as the 1988 Federal Constitution. The data was collected by means of a narrative interview and the understanding/interpretation took place by means of hermeneutic interpretation, a path specific to the phenomenological method. It is understood that unveiling the journey experienced by this community leader shows the daily lives of people who struggle for better living conditions and dignity, with basic fundamental rights as the direction of their aspirations. It was found that the initiatives led by Francisca generate a sense of belonging to society and inspire significant achievements. Even in the absence of state intervention and specific public policies, these actions have ensured the dignity of local residents. Francisca's role in community leadership is thus revealed in the promotion of citizenship, the strengthening of social ties, the encouragement of active participation and the empowerment of communities to shape their own destiny. It is concluded that the role played by community leadership goes beyond the mere administration of local issues. Its actions are a true catalyst for promoting citizenship, strengthening civic participation and empowering individuals to claim their rights and shape their own destiny. That this study may contribute to widening the recognition and support of community leaders, whose hard work and commitment inspire hope and transformation in their communities and that it also serve as a means to unmask the ineffectiveness of the State.

Keywords: community leadership; experience; citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Produções Acadêmicas com o tema “Mulher Líder Comunitária”	22
---	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Estado do Conhecimento	23
---	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 Fases principais da Entrevista Narrativa	34
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CORPUS METODOLÓGICO	26
1.1 O que é Pesquisa?	26
1.2 Aproximação ao método fenomenológico	27
1.3 A abordagem da pesquisa	29
1.4 A pesquisa quanto aos objetivos	31
1.5 Procedimentos: a pesquisa bibliográfica e a entrevista narrativa como instrumento	32
1.6 O <i>locus</i> da pesquisa	35
1.7 Sujeito Participante	36
2 LIDERANÇA COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Promovendo Direitos Fundamentais e Cidadania	38
2.1 Diferença entre Líder e Gestor	38
2.2 O que é Liderança Comunitária e como surge	41
2.4 Desenvolvimento social	45
2.5 A relação entre liderança comunitária e o desenvolvimento social – indicadores sociais	46
2.6 A emergência dos Direitos Fundamentais	49
2.7 Cidadania: conceitos básicos	57
2.8 A relação dos direitos fundamentais e a conquista da cidadania	59
3 EDUCAÇÃO E PRÁTICA SOCIAL: a construção do sujeito em relação com o outro	61
3.1 Educação: em busca de um conceito	61
3.1.1 Educação formal, informal e não-formal	63
3.2 Prática social: a construção do sujeito em relação com o outro	66
3.3 Educação e prática social: intencionalidade transformadora da realidade	67
4 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DA LÍDER COMUNITÁRIA FRANCISCA BARBOSA	70
4.1 Entre Vivências e Experiências: distinções necessárias	70
4.2 A vida de Francisca	72
4.3 Desenvolvimento social na comunidade: uma experiência prática	75
4.4 Espaços educativos na comunidade Terra do Sol	87
4.5 Educação e práticas sociais realizadas pela líder comunitária Francisca	92
CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	96
REFERÊNCIAS	100

APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE	107
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA DE FRANCISCA BARBOSA.....	112
ANEXOS A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	120

INTRODUÇÃO

Triste, Louca ou Má

Triste, louca ou má
 Será qualificada
 Ela quem recusar
 Seguir receita tal
 A receita cultural
 Do marido, da família
 Cuida, cuida da rotina
 Só mesmo, rejeita
 Bem conhecida receita
 Quem não sem dores
 Aceita que tudo deve mudar
 Que um homem não te define
 Sua casa não te define
 Sua carne não te define
 Você é seu próprio lar
 Um homem não te define
 Sua casa não te define
 Sua carne não te define (você é seu próprio lar)
 Ela desatinou, desatou nós
 Vai viver só
 Ela desatinou, desatou nós
 Vai viver só
 Eu não me vejo na palavra
 Fêmea, alvo de caça
 Conformada vítima
 Prefiro queimar o mapa
 Traçar de novo a estrada
 Ver cores nas cinzas
 E a vida reinventar
 E um homem não me define
 Minha casa não me define
 Minha carne não me define
 Eu sou meu próprio lar
 E o homem não me define
 Minha casa não me define
 Minha carne não me define
 Eu sou meu próprio lar
 (...)

(STRASSACAPA, Juliana)

Simone de Beauvoir, uma das mais importantes e principais teóricas acerca do feminismo, escreveu em seu livro “A força da idade”, que “Nada nos limitava, nada nos definia, nada nos sujeitava; nossas ligações com o mundo, nós é que as criávamos; a liberdade era nossa própria substância” (Beauvoir, 2009, p.20) e a partir desse trecho unificadamente com a música da banda brasileira Francisco El Hombre inicio minha narrativa apresentando um pouco da minha história e trajetória.

Sou uma mulher com pouco mais de 40 anos, professora, mãe solo que somente descobriu seu espaço e acreditou no seu potencial após a maternidade. O misto de triste, louca ou má, como é o título da música, definia muito bem minha vida logo que descobri minha gravidez. Além das transformações corporais, me vi sozinha naquela jornada, o que era para ser simples tornou-se muito mais complicado e “A receita cultural, do marido, da família” caiu por terra.

Sem desmerecer toda minha rede de apoio, que me auxiliaram e auxiliam nas minhas demandas de estudo e trabalho, havia situações que somente cabiam a mim passar, e nesse entremeio eu tinha que ser profissional docente passando aquela imagem de “sou muito empoderada para enfrentar tudo isso em carreira solo”, porque um “homem não te define”. O tempo passou muitas noites sem dormir, muito choro escondido, muita culpa por estar cansada, mas o cansaço não era da maternidade, mas do papel atribuído às mulheres, numa sociedade patriarcal, que lhes rouba o direito de falar, de clamar, de re-clamar. Fugir dos padrões impostos socialmente, que romantiza o ser mãe, por ora deveria já ter sido superado no século XXI. A maternidade de uma mãe solo não pode ser enquadrada nas cenas das novelas românticas. O simples ato de perguntar: “onde está o pai” me tomava por uma raiva quase incontrolável, como se eu não pudesse ou tivesse capacidade de exercer tudo aquilo sozinha, confesso que muitas vezes respondi grosseiramente.

Todo esse circunlóquio é para mostrar que hoje não vejo minha vida sem minha filha, todos os meus planos são com ela e para ela, e nesse ínterim o sonho de cursar um mestrado, que antes da maternidade já era uma meta, foi adiado por alguns anos, pois saberia o quanto difícil seria conciliar maternidade solo, profissão e estudos. Mas, quatro anos depois, resolvi retomar, apresentei um projeto com um tema ao qual sempre gostei de discutir tanto com colegas de trabalho quanto com meus alunos, porém, não fui aprovada. Resiliente como sou, pois, “Prefiro queimar o mapa; traçar de novo a estrada; ver cores nas cinzas” decidi fazer o processo seletivo para aluno especial, aperfeiçoei meu projeto e no final de 2021 fui enfim aprovada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás. Considerei que esse fato foi o primeiro

“presente”; o segundo veio juntamente com a lista dos aprovados em que já aparecia os professores orientadores e eu, com receio do que vinha pela frente, fui escolhida pelo Professor Raimundo Márcio, ao qual já ouvira falar muito bem. E assim, depois de algumas discussões, debate nas aulas de Metodologia, fui motivada a trocar a temática, advindo o terceiro presente: o tema. Foi uma escolha que “casou” com minha história de vida, com meus propósitos, enfim, algo apaixonante, pois contar a história de vida de uma mulher, mãe de 10 filhos, que certamente também chorou muito, sofreu, mas se colocou numa posição de liderança comunitária, tornando-se símbolo de empoderamento feminino, numa localidade que por vezes é tão estigmatizada, foi para mim de um valor incomensurável.

Destaca-se que um dos fatores essenciais na escolha do sujeito da pesquisa é a sua representatividade. É fundamental que o sujeito participante selecionado seja uma representação adequada da população-alvo que se pretende estudar não deixando, é claro, de estar atentas as questões éticas; e o respeito a esses princípios é fundamental para a integridade da pesquisa e o bem-estar dos participantes. Neste sentido, para dar início a pesquisa fez-se necessário realizar todos os procedimentos preparatórios para obter a narrativa de vida da líder comunitária, e deste modo o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que após ajustes solicitados, o aprovou em dia 11 de janeiro de 2023, sob o Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE: 63960322.7.0000.8113).

Com a finalidade de registrar o percurso de vida de uma Líder Comunitária, como forma de justificar suas ações frente a uma comunidade e perceber de que modo constrói uma nova perspectiva de vida garantindo o desenvolvimento social e construção da cidadania dos moradores, podemos indagar a respeito de como se deu e ainda se dá esse percurso. Deste modo, levando em consideração diversas questões que emergiram com a proximidade do objeto de estudo, a problemática apresentada neste estudo é: em que medida a liderança comunitária contribui para o desenvolvimento social e educativo na construção da cidadania em uma comunidade periférica?

Para tanto, o presente estudo encontra-se na Linha de Pesquisa: Educação, Escola e Tecnologias, tendo como eixo temático Processos Educativos e Diversidades, possui como **objetivo geral**: desvelar as vivências e experiências da líder comunitária Francisca Barbosa da Silva no desenvolvimento social e educativo na construção da cidadania em uma comunidade periférica da região metropolitana de Goiânia. Com o intuito de contribuir para o avanço científico e alcançar o objetivo geral proposto, esta investigação traçou os seguintes objetivos específicos: (i) entender os fundamentos da liderança comunitária e sua relação com o desenvolvimento social; (ii) compreender a educação como prática social produzida na

relação com o “outro”; e; (iii) apreender as contribuições praticas da liderança comunitária e seus desdobramentos em uma realidade localizada.

A intenção de ouvir a narrativa vivida e experienciada por uma líder comunitária emergiu da prática de trabalhos socioassistenciais voluntários que venho realizando desde 2012. As atividades consistiam na distribuição de brinquedos, roupas e alimentos em comunidades em situações de vulnerabilidade socioeconômica da cidade de Goiânia e região metropolitana. Num desses locais, chamou minha atenção o fato de ter uma mulher representando um grupo de moradores de uma comunidade no município de Aparecida de Goiânia, Goiás. Quando iniciamos as ações assistenciais, por volta de 2012, percebemos que o recebimento das doações era realizado de modo muito precário, não havendo sequer um local adequado para realizar a redistribuição das doações aos moradores. Surpreendeu-nos o fato que a cada ano, a comunidade passava por algumas transformações estruturais que melhoravam a vida das pessoas. Em dezembro de 2021, a comunidade estava mais organizada, já contava com um espaço coberto, possibilitando maior conforto, tanto para os moradores da comunidade que necessitavam de auxílio, quanto dos diversos grupos que se destinavam ao local com a finalidade de atender as necessidades da comunidade. Surpreendeu-nos que tais melhorias davam-se pela participação e lideranças de uma mulher que se tornou efetivamente a líder da comunidade. Sua atuação e vivencia com os demais tornava conhecedora da realidade de cada morador. Seu envolvimento com todos, lhe possibilitava, inclusive, identificar nominalmente cada morador, e ter presente a necessidade de todos e de cada um. O modo como a líder conduzia a comunidade nos fez consolidar maior interesse pelos projetos locais e pelas ações realizadas.

A realidade socioeconômica da comunidade, denominada “Terra do Sol” bem como as adjacências, não é um caso à parte, posto que possui similaridade com inúmeras regiões periféricas das grandes cidades brasileiras. As situações de vulnerabilidade vividas nesses locais permitem compreender o quanto se está longe de alcançar equidade social, onde, conceitualmente podemos afirmar que se trata do princípio de justiça e imparcialidade na distribuição de recursos, oportunidades e benefícios dentro de uma sociedade. Ao contrário da igualdade, que busca tratar todos os indivíduos de maneira idêntica, a equidade reconhece e aborda as diferenças inerentes entre as pessoas, considerando fatores como origem socioeconômica, capacidades individuais e necessidades específicas, e neste sentido, seu objetivo é garantir que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e desfrutem de condições justas para alcançar seu potencial máximo, mesmo que isso exija medidas diferenciadas para superar desigualdades históricas e estruturais. A equidade social busca,

assim, promover um equilíbrio justo e inclusivo na sociedade, mitigando disparidades e oferecendo a todos os membros as condições necessárias para uma vida digna e plena. Este conceito é central para abordagens de políticas públicas que buscam construir sociedades mais justas e igualitárias (Rizzotto; Bortoloto, 2011).

Tal situação evidencia as falhas na garantia de direitos fundamentais, previstos Constituição Federal de 1988, tais como: educação, saúde, moradia, alimentação, transporte entre tantos outros. Quando esses direitos são negados e negligenciados pelo Estado, a condição de vida das pessoas é reduzida e a cidadania não pode ser exercida na sua plenitude.

Assim, analisando todos os preâmbulos acerca da comunidade e da liderança a qual está vinculada, podemos considerar que a relevância acadêmica deste estudo, reside na possibilidade de dar mais voz e visibilidade a líder comunitária Francisca Barbosa, que por suas lutas busca o desenvolvimento social bem como os efeitos resultantes das ações promovidas com o propósito de assegurar condições mínimas de sobrevivência e cidadania.

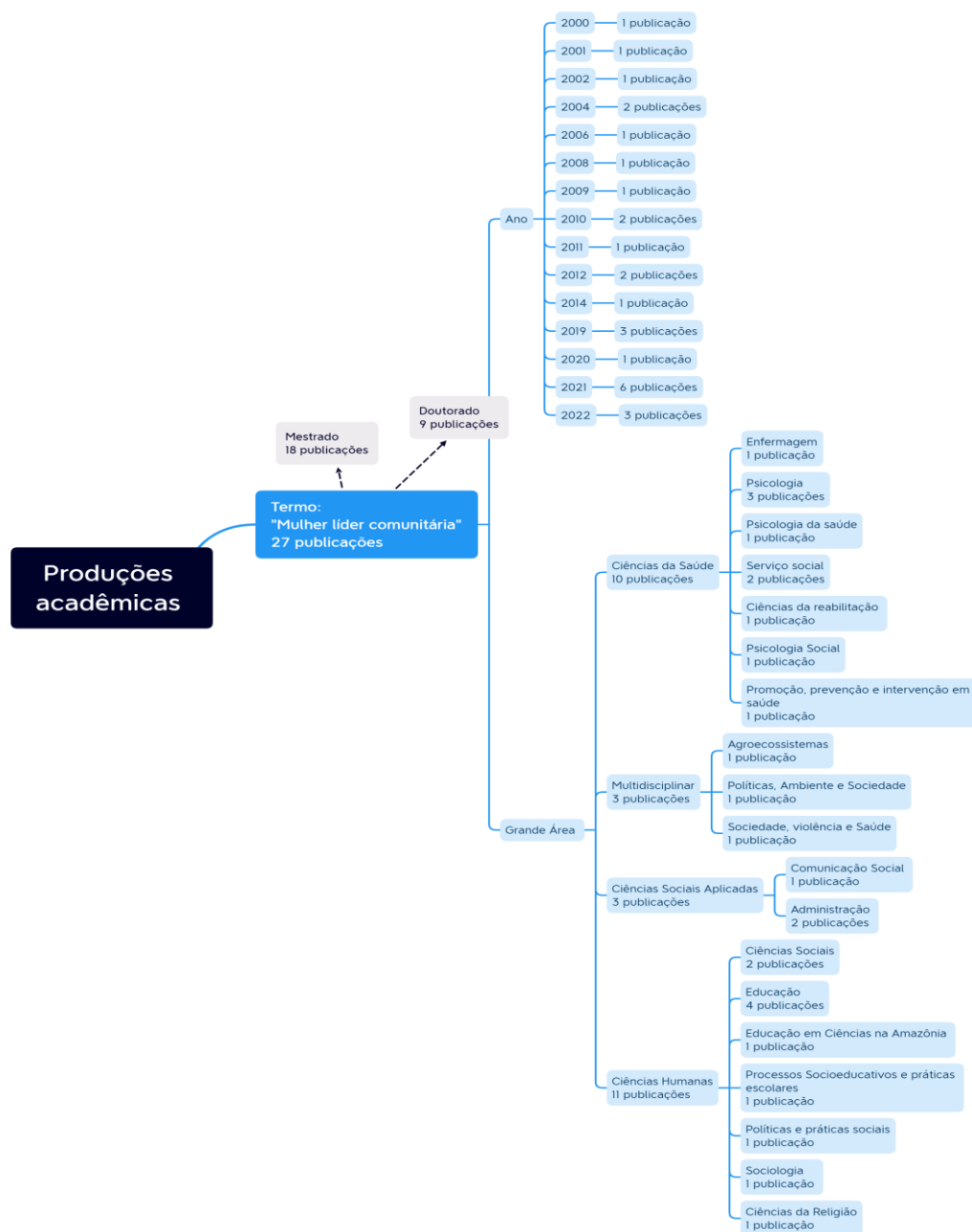
Considera-se, que a narrativa de é uma forma poderosa de expressão pessoal e autoconhecimento. Ao encontrarmos-nos com as histórias de luta de Francisca Barbosa, teremos a possibilidade de refletir sobre nossas experiências passadas, aprender lições valiosas de realidades alheias ao nosso cotidiano e encontrar significado em muitas questões que permeiam a sociedade. Assim, uma das razões pelas quais escolhi embarcar nessa (re)construção de uma narrativa de vida deu-se pelo fato de entender o poder transformador das histórias e de suas diversas potencialidades. Todos e cada um são portadores de histórias únicas, repleta de momentos de alegria, desafios, superações e descobertas. Ao compartilhar nossas histórias vividas temos a oportunidade de inspirar e afetar outras pessoas.

Assim, os fatores determinantes na escolha pessoal em narrar a vida da líder comunitária Francisca Barbosa, suas vivências e experiências mediante as mazelas permeadas na exclusão social e marginalidade da comunidade Terra do Sol e adjacências, é necessária para atinar-se como esta luta cotidiana é concebida por dezenas de famílias carentes. Neste sentido registrar a narrativa de vida da Francisca é a oportunidade de preservar sua memória e vivências para as gerações futuras. Ao registrar esta história, podemos criar um legado que sirva de inspiração e ensinamentos para as próximas gerações, permitindo uma significativa aprendizagem da realidade.

Com a finalidade de subsidiar e identificar o objeto deste estudo, primeiramente, fez-se necessário apresentar o modo como a temática da liderança feminina e suas dimensões sociais e educativas vêm sendo abordada. Realizamos assim, uma busca no Banco de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Delimitamos o intervalo temporal de 2019 a 2022. A escolha desse período deu-se por ter-se vivido a partir de 2019 uma situação de calamidade de saúde pública devido a pandemia da COVID-19, que possibilitou evidenciar o aumento da desigualdade social e da ausência de acesso a direitos básicos vividos pelos mais pobres da sociedade. Iniciamos a busca pelo termo “Mulher líder comunitária” resultando no encontro de 27 publicações realizadas no Brasil, sendo 18 dissertações de mestrado e 9 teses de doutorado. Após este levantamento e a outros refinamentos, chegou-se a seguinte percepção:

Figura 1 - Produções Acadêmicas com o tema “Mulher Líder Comunitária”



Fonte: Dados compilados pela autora a partir do banco de teses e dissertação da capes 2024

Com base nas informações acima, chegamos ao estado do conhecimento ao qual refere-se a uma espécie de panorama atual de entendimento e informações disponíveis em uma determinada área de estudo. É uma expressão que apresenta de modo dinâmica a evolução constante do saber humano, refletindo tanto as descobertas mais recentes quanto os princípios fundamentais que sustentam uma área particular. Neste contexto, Morosini e Fernandes (2014, p. 154) conceitua o Estado do Conhecimento como sendo “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Neste sentido, após esse levantamento e leitura dos resumos das teses e dissertações foi possível selecionar 5 pesquisas que mais se aproximavam com este estudo, sendo 4 dissertações e 1 tese, constituindo assim o Estado do Conhecimento conforme quadro, a seguir:

Quadro 1 - Estado do Conhecimento

Nº	Universidade / Programa/	Título	Autor(a)	Tipo	Ano da defesa
01	Universidade Federal do Maranhão - Programa de Pós-Graduação em Educação	Percursos Formativos das mulheres líderes comunitárias em São Luís	Antonieta Lago Teixeira	Dissertação de Mestrado	2019
02	Universidade Federal Fluminense – Programa de Mestrado em Diversidade e Inclusão	Liderança Feminina: desenvolvimento de uma estratégia de divulgação e estímulo para jovens da periferia	Jociene Martins Matheus da Silva	Dissertação de Mestrado	2019
03	Universidade Federal rural do Rio de Janeiro – Programa Educação, Contextos contemporâneos e demandas populares	Ideia-força que acolhe, escutam, promove e contam a história do centro de atividades comunitárias de São João de Meriti/RJ	Ana Lucia Gomes de Souza	Tese de Doutorado	2020
04	Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Programa de Mestrado em Educação.	História Oral da Educadora Social e Líder Comunitária Maria Aparecida Silva: Memória, Escuta e Resistência	Benedito Olavo da Cunha	Dissertação de Mestrado	2021
05	Universidade Estadual de Maringá – Programa de Mestrado em Educação	Educação Social: Fundamentos Epistêmicos e metodológicos para práticas de educação social em comunidades	Lucas Henrique da Luz	Dissertação de Mestrado	2021

Fonte: Dados compilados pela autora a partir do banco de teses e dissertação da capes 2024

Mediante as informações, nota-se que as análises foram realizadas destacando a importância da liderança comunitária e seus aspectos na promoção da cidadania principalmente no âmbito sócio educacional, o que foi um fator determinante para as categorias de inclusão/exclusão, tendo assim como objetivo apresentar a importância desses locais e a presença feminina nestes cargos de liderança frente as ações. Destaca-se, especificamente, a pesquisa realizada por Antonieta Lago Teixeira, cujo título é “Percurso Formativos das mulheres líderes comunitárias em São Luís”, em que pontua a construção da identidade das mulheres frente aos movimentos sociais bem como os embates sofridos nesse percurso. Em sequência, a pesquisa realizada por Jociene Martins Matheus da Silva, com a temática “Liderança Feminina: desenvolvimento de uma estratégia de divulgação e estímulo para jovens da periferia”, demonstra a contribuição em se ter representatividade feminina com a finalidade de desenvolver o “empoderamento” com vistas a combater as consequências negativas advindas do patriarcado.

O estudo desenvolvido por Ana Lucia Gomes de Souza, intitulada “Ideia-força que acolhe, escuta, promove e contam a história do centro de atividades comunitárias de São João de Meriti/RJ” promove a discussão a respeito da importância dos centros comunitários, principalmente na formação educativa das crianças. Neste estudo a autora apresenta os resultados positivos de uma instituição comunitária em que se valoriza a formação educacional.

O pesquisador Benedito Olavo da Cunha, teve-se na reconstrução da história de vida de uma educadora social apresentando a seguinte temática: “História Oral da Educadora Social e Líder Comunitária Maria Aparecida Silva: Memória, Escuta e Resistência”. Esse estudo, além de explicitar a história de vida, também, relatou de que modo essa líder trabalhou nos movimentos sociais focando crianças e adolescentes. E por fim, a dissertação do pesquisador Lucas Henrique da Luz, com o tema: “Educação Social: Fundamentos Epistêmicos e metodológicos para práticas de educação social em comunidades” apresenta como diretriz os fundamentos necessários para que haja uma prática educativa e social dentro das comunidades. Essas pesquisas, lançaram algumas luzes a investigação que realizamos, apesar de serem conduzidas em outros vieses.

Este estudo possui como estrutura organizacional quatro seções distintas, mas complementares, cada uma desempenhando função crucial na exploração abrangente do tema em questão. A Seção 1, intitulada “*Cópus* Metodológico”, apresenta a base metodológica, ou seja, o percurso percorrido na execução da pesquisa. Na Seção 2, adentramos o âmbito da “Liderança Comunitária para o Desenvolvimento Social: Promovendo Direitos Fundamentais

e Cidadania”, explorando as nuances da liderança comunitária como catalisadora para o avanço social, focalizando os direitos fundamentais e a cidadania. A Seção 3, intitulada "Educação e Prática Social: a construção do sujeito em relação com o outro", concentra-se na interseção entre educação e prática social, delineando a importância da construção identitária no contexto das relações interpessoais. Por fim, na Seção 4, mergulhamos nas “Vivências e Experiências da Líder Comunitária Francisca Barbosa”, proporcionando uma narrativa detalhada que ilustra a trajetória singular de Francisca Barbosa, destacando suas contribuições notáveis e lições aprendidas ao longo de sua jornada como líder comunitária. Por fim, apresentamos as “Considerações Transitórias” que apontam nossa compreensão do fenômeno estudado e seus alcances que se entrelaçam com a vida de uma pesquisadora em formação.

1 *CÓRPUS* METODOLÓGICO

O processo metodológico de uma pesquisa é de vital importância para seu desenvolvimento bem como para obter o alcance almejado. Para que se possam empregar determinados métodos, devem-se compreender sumariamente suas especificidades teóricas, bem como seus princípios necessariamente vinculados ao objeto e por fim suas práticas instrumentais. Conforme Rampazzo (2002) para que uma pesquisa possa obter êxito é necessário que se cumpra três pontos essenciais, sendo eles: o conhecimento teórico; a metodologia a ser seguida e por último a aplicação dos instrumentos.

Nesta primeira seção, apresentamos o percurso metodológico, o objeto da pesquisa bem como os procedimentos e instrumentos utilizados na construção de modo ordenado para investigação do tema proposto.

1.1 O que é Pesquisa?

A pesquisa é um processo sistemático e objetivo de investigação que visa a obtenção de conhecimento novo e aprofundado sobre um determinado assunto. Conforme Marconi; Lakatos (2003, p. 155) “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

O objetivo principal da pesquisa é responder a perguntas, solucionar problemas ou ampliar o conhecimento existente sobre um tema específico. Ela envolve a coleta, análise e interpretação de dados, além da formulação de hipóteses e teorias. A pesquisa também busca contribuir para o avanço da sociedade, fornecendo informações relevantes e fundamentadas que possam embasar decisões e promover o desenvolvimento e conforme Ruiz (1996, p.48) “a pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência”.

Conforme Gil (2008) a pesquisa requer, obviamente, a utilização de métodos científicos e éticos para garantir a confiabilidade e a validade dos resultados. Isso inclui a definição clara do problema de pesquisa, a seleção de uma amostra representativa, a escolha adequada dos instrumentos de coleta de dados e a análise criteriosa dos resultados. A divulgação dos resultados também é uma etapa essencial da pesquisa, seja por meio de publicações científicas, apresentações em conferências ou compartilhamento com a comunidade.

Para obter o resultado almejado, devemos levar em consideração a motivação que conduz a realização de uma pesquisa científica, o que para Gerhardt; Souza (2009, p. 12) “podem ser agrupadas em razões intelectuais (desejo de conhecer pela própria satisfação de conhecer) e razões práticas (desejo de conhecer com vistas a fazer algo de maneira mais eficaz)”.

Compreendemos que o estudo acerca da liderança comunitária e suas implicações é um elemento essencial no contexto do processo de pesquisa, desempenhando um papel crucial na produção de conhecimento e no avanço da compreensão humana. A pesquisa se torna uma ferramenta valiosa para o pesquisador, permitindo-lhe explorar novas abordagens, testar teorias e fornecer respostas fundamentadas para as questões que emergem.

A condução eficaz da pesquisa no âmbito da liderança comunitária requer um investimento significativo de tempo e escolhas estratégicas alinhadas ao objeto de estudo específico. Essas escolhas são fundamentais para garantir respostas assertivas aos problemas identificados, contribuindo assim para a análise das práticas de liderança e para a resolução eficiente dos desafios enfrentados pela comunidade. Neste contexto, compartilhamos as escolhas metodológicas que orientam nossa pesquisa, visando os impactos positivos na condução das atividades lideradas pela líder comunitária.

Sua realização demanda tempo, escolhas apropriadas ao objeto, a fim de conduzir a uma resposta assertiva ao problema evidenciado. Assim, passamos a apresentar nossas escolhas.

1.2 Aproximação ao Método Fenomenológico

A fenomenologia, como campo de estudo filosófico, foi desenvolvida por Edmund Husserl no início do século XX e desde então tem influenciado diversas áreas do conhecimento, incluindo a psicologia, a sociologia e a filosofia da mente.

A fenomenologia proposta por Husserl é uma volta ao mundo da experiência, pois este é o fundamento de todas as ciências. Essa volta ao mundo vivido, termo introduzido por Husserl, rompe definitivamente com a pretensão de uma epistemologia das ciências humanas fundada a partir do modelo das ciências naturais: antes da realidade objetiva há um sujeito conhecedor, antes da objetividade há o horizonte do mundo e antes do sujeito da teoria do conhecimento, há uma vida “operante” (Martins, Boemer; Ferraz, 1990, p. 141).

É importante compreender que a etimologia do termo “fenomenologia”, conforme Bicudo (2011) corresponde a uma palavra formada pelos termos “fenômeno” juntamente com

“logos”, sendo então “Fenômeno diz do que se mostra na intuição ou percepção e *lógos* diz do articulado nos atos da consciência em cujo processo organizador a linguagem está presente, tanto como estrutura, quanto como possibilidade de comunicação [...]” (Bicudo, 2011, p. 29).

No que se refere ao fenômeno, a autora afirma:

[...] é o que se mostra no ato de intuição efetuado por um sujeito individualmente contextualizado, que olha em direção ao que se mostra de modo atento e que percebe isso que se mostra nas modalidades pelas quais se dá a ver no próprio solo em que se destaca como figura de um fundo. A figura, delineada como fenômeno e fundo, carregando o entorno em que o fenômeno faz sentido (Bicudo, 2011, p.30).

Sobre o método fenomenológico, Fazenda (2000, p. 63) enfatiza que, “não se limita a uma descrição passiva. É simultaneamente tarefa de interpretação que consiste em pôr a descoberto os sentidos menos aparentes”, ou seja, não basta apenas observar e descrever o fenômeno, deve-se, portanto, interpretá-lo seguindo os objetivos que se pretende com a utilização do método.

A base do método fenomenológico revela-se na suspensão de suposições prévias e juízos de valor, propiciando uma apreensão direta da experiência em si mesma. No contexto da pesquisa sobre a narrativa de vida de uma líder comunitária e seus aspectos socioeducativos, este método se torna uma ferramenta valiosa. Ele representa uma tentativa de imersão no fenômeno tal como se apresenta, sem deixar-se influenciar por pré-concepções ou pressupostos teóricos que poderiam distorcê-lo.

O objetivo, neste sentido, é buscar uma compreensão mais profunda da realidade a partir das vivências e experiências da líder comunitária e dos sujeitos envolvidos em sua trajetória. Este enfoque visa capturar, de maneira autêntica, as nuances e complexidades das experiências socioeducativas presentes na narrativa de vida da líder comunitária, enriquecendo assim a análise e a compreensão do papel desta figura no contexto social e educacional.

Uma das características marcantes do método fenomenológico é a ênfase na descrição detalhada dos fenômenos estudados. Ao invés de tentar explicar ou interpretar os eventos, o pesquisador fenomenológico se concentra em descrever minuciosamente as experiências vividas pelos sujeitos, buscando captar todos os aspectos relevantes e detalhes singulares que compõem o fenômeno em questão.

Machado (1994, p. 35) afirma que,

Para que o fenômeno se mostre, não basta vivê-lo, pois, na imersão, a amplitude de visão se restringe. A compreensão exige transcender esta perspectiva e espreitar as diferentes possibilidades através da visão e do sentir do outro. Este ato, essencialmente um ato de pesquisa, no seu sentido intrínseco de circundar o tema investigado, é buscado na perspectiva de compreender o vivido e de transcender o empiricamente dado.

A aproximação ao método fenomenológico é um processo complexo, mas fascinante, uma vez que busca compreender a essência e a experiência subjacentes aos fenômenos do mundo. Aproximar-se do método fenomenológico requer, portanto, uma postura de abertura e receptividade em relação às experiências e perspectivas dos outros. É necessário suspender o próprio ponto de vista e adotar uma atitude de escuta atenta e respeitosa. O pesquisador fenomenológico deve estar disposto a mergulhar na subjetividade do outro, sem impor suas próprias interpretações ou teorias pré-existentes, em suma é um convite para explorar a riqueza e a complexidade da experiência humana. É uma abordagem que busca compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando as vivências individuais e a pluralidade de sentidos.

Nossa escolha em aproximarmo-nos do método, considerou sua aplicação em estabelecer uma ligação entre a realidade e o objetivo e, nesse sentido, compreender os fenômenos a partir dos fatos proporcionando-nos um novo olhar, no sentido de se buscar as intenções mediante seu objeto. Deste modo, ao interpretar os fenômenos com base na consciência do sujeito, a pesquisa que se caracteriza fenomenológica toma como suporte a abordagem qualitativa, pois sua intenção é justamente compreender o ato em si e não construir uma verdade definitiva (Martins; Boemer; Ferraz, 1990).

1.3 A abordagem da pesquisa

A abordagem da pesquisa é uma parte fundamental do processo científico, sua escolha define o caminho metodológico a ser seguido na investigação de um determinado problema ou questão de pesquisa. Engloba a escolha das técnicas e estratégias que serão utilizados para coletar e interpretar/analisar os dados, bem como a forma como o conhecimento será construído. Em nosso percurso adotamos a abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa visa compreender e explorar a complexidade e as nuances dos fenômenos sociais, humanos e culturais. Diferentemente da abordagem quantitativa, que se baseia em medidas e números, a abordagem qualitativa busca a compreensão profunda e contextualizada dos eventos, enfatizando o significado e a interpretação atribuídos pelos sujeitos envolvidos (Bicudo, 2011).

Uma das características fundamentais da abordagem qualitativa é a flexibilidade metodológica. Os pesquisadores têm a liberdade de adaptar suas estratégias de coleta de dados e análise de acordo com o contexto e os objetivos da pesquisa. Isso permite maior proximidade com os participantes e uma compreensão mais abrangente e contextualizada do fenômeno em estudo.

Machado (1994, p. 39) ainda afirma:

Os dados obtidos são situações tematizadas pelo sujeito. Na coleta de dados da pesquisa qualitativa, onde se busca a compreensão do fenômeno situado, a principal tarefa metodológica é a interrogação dos princípios gerais, segundo os quais o homem/sujeito organiza as suas experiências na vida cotidiana.

A abordagem qualitativa também se preocupa com a subjetividade do pesquisador, reconhecendo que sua presença e suas interpretações podem influenciar o processo de pesquisa. Nesse sentido, os pesquisadores devem estar cientes de suas próprias crenças, valores e preconceitos, buscando uma postura reflexiva e crítica ao conduzir o estudo.

Ao analisar os dados qualitativos, o pesquisador busca identificar temas, padrões e relações emergentes, utilizando técnicas como a análise de conteúdo, a análise temática e a teorização fundamentada. O objetivo é construir uma compreensão teórica robusta e fundamentada nos dados coletados, que possa capturar a complexidade e a diversidade do fenômeno estudado (Souza, 2019).

Ao explorar a narrativa de vida de uma líder comunitária e seus aspectos socioeducativos, adotamos uma abordagem qualitativa, reconhecendo seu potencial para apreender a complexidade e diversidade dos fenômenos sociais e humanos. Essa metodologia destaca-se por valorizar as perspectivas e vivências dos participantes, proporcionando uma compreensão rica e contextualizada dos eventos investigados (Bicudo, 2011). A escolha pela abordagem qualitativa visa não apenas analisar de maneira mais aprofundada, mas também obter uma visão mais completa da realidade inerente à trajetória da líder comunitária Francisca.

Dentro desse contexto, a abordagem qualitativa torna-se uma ferramenta essencial para captar a perspectiva da participante, explorando suas experiências, crenças, valores e os significados que atribui ao fenômeno em estudo. Ao adotar essa perspectiva, almejamos enriquecer a compreensão da interação entre a líder comunitária e seu ambiente socioeducativo, promovendo uma análise mais profunda e abrangente dos fatores que moldam

sua trajetória e contribuem para seu papel na comunidade. Neste sentido entendemos também que se faz necessário ter claro a pesquisa quanto aos seus objetivos.

1.4 A pesquisa quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos, optamos pela pesquisa de caráter exploratório. A pesquisa exploratória é um percurso valioso e fundamental no processo de investigação científica. Ela busca explorar um determinado assunto, fenômeno ou área de estudo de maneira ampla, investigando suas características, limitações e possíveis relações com outros temas. Proporciona, ao pesquisador, obter um maior entendimento do objeto de estudo e, assim, formular hipóteses ou questões mais específicas para investigações futuras.

Conforme Gil (2008), uma pesquisa exploratória é especialmente útil quando o tema em questão é pouco conhecido, possui informações limitadas ou não foi suficientemente explorado anteriormente. Ela permite ao pesquisador reunir uma quantidade inicial de informações e dados, que servirão como base para uma análise mais aprofundada posteriormente.

Uma das principais características da pesquisa exploratória é a flexibilidade. Não existe uma estrutura rígida ou um método predefinido para conduzi-la, pois seu objetivo é justamente buscar novas perspectivas e *insights* sobre o objeto de estudo. O pesquisador pode utilizar uma variedade de procedimentos e técnicas, como revisão bibliográfica, entrevistas, observação participante, questionários ou estudos de caso, adaptando-se às necessidades do estudo e explorando diferentes abordagens. (Malhotra, 2006)

Conforme conceituam Piovesan; Temporini (1995, p. 320) os princípios básicos da pesquisa exploratória são: “1) A aprendizagem melhor se realiza quando parte do conhecido; 2) deve-se buscar sempre ampliar o conhecimento e 3) esperar respostas racionais pressupõe formulação de perguntas também racionais.”

A pesquisa exploratória desempenha um papel crucial na investigação da narrativa de vida da líder comunitária Francisca e seus aspectos socioeducativos. Essa abordagem revela-se fundamental para a geração de conhecimento e o aprimoramento do processo de pesquisa, permitindo ao pesquisador explorar novos temas específicos relacionados à trajetória da líder comunitária. Além disso, possibilita a identificação de questões relevantes e proporciona uma compreensão inicial profunda do objeto de estudo, lançando luz sobre os elementos essenciais que moldam a experiência da líder no contexto socioeducativo da comunidade.

Ao fornecer uma base sólida de informações e *insights*, a pesquisa exploratória prepara o terreno para investigações mais detalhadas e contribui para o avanço do conhecimento em

diversas áreas. Bem como possibilita que haja uma maior integração entre o pesquisador e a temática pesquisada com a finalidade de torná-lo mais explícito, ou seja, busca-se a elaboração e aprimoração das ideias. Sendo assim seu planejamento mais flexível, em que se pode considerar os mais variados aspectos relativos ao objeto de estudo.

1.5 Procedimentos: pesquisa bibliográfica e entrevista narrativa

Uma pesquisa científica é um processo sistemático e rigoroso que busca gerar conhecimento, compreender fenômenos e responder a indagações específicas. Para alcançar esses objetivos, os pesquisadores seguem uma série de procedimentos bem definidos, que garantem a validade e a confiabilidade dos resultados.

Conforme Gil (2008, p. 15) “nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação” e neste sentido, optou-se por utilizar tanto o levantamento bibliográfico quanto entrevista narrativa com a líder comunitária como procedimentos obtenção de dados.

Para este estudo, o primeiro e principal procedimento foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se buscou uma compreensão mais aprofundada acerca do tema proposto bem como de subsídios que constituíram os conceitos esclarecendo-os de modo mais amplo; posto que a pesquisa bibliográfica é, de acordo com Gil (2008, p. 69) “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e para a obtenção desses dados, temos a possibilidade de acesso a materiais atualizados e muitas vezes gratuitos adquiridos nas principais plataformas de pesquisa como a *Scielo*, *Google Acadêmico*, etc. bem como de livros digitais (e-books) e livros físicos.

Após a obtenção do alicerce teórico obtido na pesquisa bibliográfica, passamos a coleta de dados por meio de entrevista narrativa, tendo com sujeito participante a líder comunitária Francisca Barbosa. Considerando os aspectos éticos esse procedimento só foi realizado após a aprovação, em 11 de janeiro de 2023, sob o Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE: 63960322.7.0000.8113), do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UEG, posto tratar-se de uma pesquisa com participação humana.

A entrevista narrativa é um instrumento de coleta de dados amplamente utilizada na pesquisa qualitativa (Souza; Cabral, 2015). Ela difere das entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, uma vez que permite que os participantes contem suas histórias de vida, experiências e perspectivas de uma maneira mais aberta e discursiva. Essa técnica é especialmente valiosa quando se deseja obter *insights* profundos sobre a vida de um indivíduo, suas percepções, valores e crenças. E especificamente para esta pesquisa, optou-se

por adotar essa técnica de coleta de dados para a participante ser encorajada a compartilhar suas histórias pessoais e experiências, permitindo-nos compreender não apenas as ações em si, mas também como o sujeito participante interpreta e atribui significado a essas ações.

A narrativa, conforme Labov; Waletzky (1967 *apud* Garcia; Souza, 2018, p. 199),

[...] é um método de recapitular as experiências fazendo corresponder a uma ordem de eventos. Sendo assim, nem toda recapitulação de uma experiência pode ser considerada uma narrativa, pois só serão levadas nesta concepção, se for recontada a experiência na mesma ordem dos fatos originais.

Contudo, é importante salientar que as narrativas orais também são influenciadas por diversos fatores, como a seletividade da memória, o contexto em que são produzidas e a relação entre o entrevistador e o entrevistado. Cabe ao pesquisador da história oral exercer uma escuta atenta e crítica, levando em consideração esses aspectos e contextualizando as narrativas dentro de um arcabouço teórico e metodológico adequado.

Castro (2013, p. 80) ainda apresenta que,

[...] as narrativas além de serem empregadas como meio profícuo para compreender a multiplicidade de sentidos atribuída pelos/as narradores/as às situações vivenciadas. Por meio das narrativas se pode ainda, chegar ao entendimento dos textos e contextos mais amplos, diferenciados e mais complexos da experiência.

Nesse sentido, como instrumento para coleta dos dados, foi utilizada a entrevista narrativa. Conforme Jovchelovitch; Gaskell (2010 *apud* Sousa; Cabral 2015, p. 154),

A entrevista narrativa (EN), sistematizada por Schütze, estimula quem vai ser entrevistado a narrar episódios importantes da vida, configurando-se esse ato de contar/narrar e escutar histórias em um método para atingir seus objetivos. Nesse sentido, a narrativa é incitada por questões específicas, a partir do momento em que o narrador começa a contar sua história, conservando ele próprio a fluência da narrativa.

Conforme explicitado por Labov; Waletzky (1967, p. 21 *apud* Paiva, 2008, p. 02), a narrativa de experiência pessoal pode ser considerada como sendo “um método de recapitulação de experiências passadas combinando uma sequência verbal de orações com a sequência de eventos realmente acontecidos”.

Almeida (2018, p. 120) considera que,

As narrativas se constituem como uma interpretação do ser sobre o mundo, a narração parte da subjetividade do sujeito para uma expressão coletiva, uma interação entre narrador e pesquisador. O cotidiano emerge das memórias preenchendo desta maneira as lacunas da história ainda não revelada, a

narrativa perpassa vários eixos temporais e se apresenta de maneira concreta ao ouvinte.

Pode-se afirmar que, as narrativas devem ser concebidas a partir da compreensão que a história de vida pode ser fontes inesgotáveis onde o sujeito reproduz em sua fala a subjetividade com o saber reflexivo representando seu passado e a construção de suas ações. Através da história oral, segundo Delgado (2009) temos a oportunidade de acessar perspectivas e narrativas que muitas vezes não são encontradas em fontes escritas tradicionais. Ela permite que grupos marginalizados, comunidades locais, imigrantes, minorias étnicas, mulheres e outros indivíduos cujas vozes podem ter sido excluídas ou sub-representadas na história oficial tenham a oportunidade de contar suas histórias e contribuir para a construção de uma narrativa mais completa e inclusiva.

Sendo uma construção metodológica, a narrativa é um dos recursos utilizados para investigar algo valorizando a sequência das ocorrências de modo a explicitar os fatos que já ocorreram ou que ainda ocorrem. No momento da entrevista, utilizamos por base o percurso desenhado por Jovchelovitch; Bauer (2010, p. 97) demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 Fases principais da Entrevista Narrativa

Fases	Regras
Preparação	Exploração do campo Formulação de questões exmanentes
1. Iniciação	Formulação do tópico inicial para narração Emprego de auxílios visuais
2. Narração central	Não interromper Somente encorajamento não verbal para continuar a narração Esperar para os sinais de finalização ("coda")
3. Fase de perguntas	Somente "Que aconteceu então?" Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes Não discutir sobre contradições Não fazer perguntas do tipo "por quê?" Ir de perguntas exmanentes para imanentes
4. Fala conclusiva	Parar de gravar São permitidas perguntas do tipo "por quê?" Fazer anotações imediatamente depois da entrevista

Fonte: Jovchelovitch; Bauer (2010, p. 97)

Após a realização da entrevista, procedemos a transcrição literal da mesma. Após esta fase foi realizada uma espécie de desmembramento destacando os principais pontos que

se deseja explicitar na pesquisa, deixando emergir algumas unidades de sentido que nos possibilitassem respostas a nossa indagação central.

Importante salientar que a narrativa ocorreu de modo voluntário sem haver ônus, sejam eles referentes a custos ou retribuição monetária, deixando-se claro a participante, por meio da anuência do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que a mesma poderia desistir de sua participação na pesquisa, a qualquer tempo, sem que houvesse quaisquer dispêndio para a mesma.

Deste modo, os procedimentos em uma pesquisa científica são projetados para garantir que a pesquisa seja conduzida de maneira sistemática, rigorosa e confiável, permitindo assim a geração de conhecimento válido e útil para a comunidade científica e a sociedade como um todo e para tal, é necessário apresentar todos os procedimentos adotados que vão desde a escolha do sujeito participante até mesmo o *lôcus* da pesquisa, que apresentaremos a seguir.

1.6 O *lôcus* da pesquisa

O *lôcus* da pesquisa refere-se ao local ou contexto em que o estudo é realizado. É o ambiente físico, social ou virtual em que o pesquisador coletará os dados e conduzirá sua investigação. O *lôcus* da pesquisa desempenha um papel crucial na definição dos limites e da aplicabilidade dos resultados obtidos. Pode variar amplamente, dependendo da natureza do problema de pesquisa e dos objetivos do estudo.

A escolha do *lôcus* da pesquisa deve ser feita com base em critérios que sejam relevantes para o problema de pesquisa em questão e ao defini-lo, é importante considerar a acessibilidade ao local e aos participantes, bem como a disponibilidade dos recursos necessários para a coleta de dados. Além disso, é essencial respeitar os princípios éticos e garantir a confidencialidade e o consentimento dos participantes, especialmente em estudos que envolvem interações diretas com indivíduos.

É importante reconhecer que o *lôcus* da pesquisa não é apenas um espaço físico, mas também um contexto social, cultural e histórico. Devemos estar cientes das características e influências do ambiente em que está inserido, considerando como elas podem afetar os resultados da pesquisa. Isso inclui fatores como normas culturais, estruturas sociais, dinâmicas de poder e valores compartilhados pelos participantes.

Enfim, o *lôcus* da pesquisa desempenha um papel fundamental na definição do escopo e dos limites do estudo e no caso da pesquisa em questão a escolha adequada do *lôcus* baseia-se nos objetivos desta pesquisa bem como na acessibilidade da participante.

Deste modo, o lócus desta pesquisa é, especificamente, uma comunidade ao qual a participante Francisca administra. Esta se situa na região metropolitana de Goiânia, mais precisamente em Aparecida de Goiânia. Trata-se de uma região de extrema vulnerabilidade social e econômica que surgiu em decorrência da vinda de catadores de recicláveis por causa do “Lixão” que existia até meados de 2012, este que era apenas um local de descarte de lixo da cidade e em 2013 foi transformado em Aterro Sanitário bloqueando posteriormente o acesso das pessoas no local. Na época, sem ter para onde ir muitos destes catadores permaneceram no local construindo moradias a base de lona, madeira e restos de construção. Atualmente, a comunidade ainda se encontra nesta ocupação e conta com pouco mais de 800 pessoas das mais diversas faixas etárias.

1.7 Sujeito Participante

A escolha do sujeito da pesquisa se deu em decorrência dos anseios do pesquisador em desvelar a dimensão social e educacional nas vivências e experiências da Líder comunitária Francisca Barbosa, ao qual conheceu o projeto desenvolvido por ela através de trabalhos sociais desenvolvidos na comunidade Terra do Sol e adjacências. Percebeu-se que os moradores daquela localidade agiam respeitosamente, seguindo orientações da líder comunitária ao qual conhecia bem a realidade de cada um, e por isso, sabia, inclusive por nome e local os moradores que precisavam de cada doação especificamente. Aquela ação e o modo como a líder conduzia a comunidade sempre foi um fator que chamou muito atenção e possibilitou-nos interesse pelos projetos locais e pelo modo que era conduzido bem como as consequências de tais ações.

Sabendo que a pesquisa qualitativa tem como um de seus objetivos entender os motivos de determinados comportamentos e a escolha deste método ocorreu em detrimento da necessidade de se compreender a experiência de vida da líder comunitária em questão. A utilização da narrativa permitiu compreender que a entrevistada já possuía conhecimento prático ao qual orienta suas ações.

Dessa forma, o trabalho foi realizado na coleta da narrativa da Francisca Barbosa, analisando sua trajetória bem como os percalços sofridos por ocupar um cargo de liderança comunitária. A narrativa foi coletada numa manhã, onde mediante autorização da participante foi gravada ininterruptamente. Ressalta-se que os procedimentos éticos foram devidamente respeitados, seguindo as orientações do Conselho de Ética e a participante sentiu-se confortável durante todo o relato. Após transcrição da gravação, foi disponibilizado uma cópia para a participante.

Assim, ao apresentarmos as escolhas metodológicas realizadas passamos ao suporte teórico que nos possibilitou o embasamento na consolidação do conhecimento almejado. A seguir, realizamos um debate no qual liderança comunitária e desenvolvimento social se entrelaçam a fim de proporcionarem caminhos de promoção dos direitos fundamentais e cidadania.

2 LIDERANÇA COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Promovendo Direitos Fundamentais e Cidadania

Nesta seção, apresentamos o conceito de liderança comunitária associando ao processo de desenvolvimento social promovido pelas ações realizadas por estes agentes. Depreende-se que toda comunidade possui suas necessidades sempre com foco numa melhor qualidade de vida e bem estar de todos os residentes de uma comunidade. Neste sentido, a figura de um líder se faz presente em quase todas as comunidades, principalmente as mais vulneráveis socialmente, e esta presença tem como intenção lutar pelo bem comum, já que os líderes comunitários também são beneficiados com estas lutas.

Antes mesmo adentrarmos ao estudo a respeito de Liderança comunitária, iremos apresentar alguns conceitos basilares para dar melhor suporte ao nosso estudo. E iniciaremos salientando a diferença entre Líder e Gestor.

2.1 Diferença entre Líder e Gestor

O termo Líder, deriva do inglês *leader*, ao qual já existia há muito tempo, mas que não tinha sido empregada como característica dentro de um grupo ou organização porém, atualmente, os termos "líder" e "gestor" são frequentemente usados de forma intercambiável, mas eles não são a mesma coisa e compreender as diferenças cruciais entre um líder e um gestor é fundamental.

Conforme Bento; Ribeiro (2013), o entendimento de liderança apresenta um número de definições significativas. Segundo os autores,

[...] liderar é a capacidade de influenciar outros de modo a que se atinjam os objetivos definidos de uma maneira voluntária e consciente. É, assim, uma capacidade de transmitir cooperação, entusiasmo e confiança que estimulam a iniciativa desenvolvendo e atingindo os objetivos pretendidos. Ainda, em nosso entender, e duma maneira muito simples, líder é alguém que ajuda um grupo a definir, estabelecer e a alcançar objetivos importantes e comuns (Bento; Ribeiro; 2013, p. 13).

Gruber (2001) apresenta uma pesquisa realizada em 1998 encomendada por uma empresa gaúcha, onde foram identificadas várias características presentes num líder, nessa pesquisa, foram ouvidos 136 executivos de empresas de grande porte, localizadas nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesse estudo, concluiu-se que: “[...] as empresas procuravam executivos proativos, hábeis nas relações interpessoais,

coordenadores de trabalhos em equipe, motivadores, negociadores, éticos, íntegros, dotados de visão estratégica, conhecedores de sua organização, focalizados no resultado e com capacidade de decisão” (Gruber, 2001, p. 29).

Deste modo, podemos considerar que o ato de liderar e gestar são ações distintas que se complementam numa organização ou grupo social. Garantir o bem estar do grupo e que os mesmos possam ser bem administrados mediante estruturas organizacionais (como por exemplo, dentro de uma legalidade) sem deixar de lado o exercício participativo dos membros podem facilitar no desenvolvimento do grupo e consequentemente lograr os benefícios almejados por eles. Ou seja, sem um líder o grupo não teria direcionamento, muito menos união, e sem um gestor, possivelmente, teria dificuldade no cumprimento de regras e metas.

Além das diferenças existentes entre Líder e Gestor, há, também diversos estilos no ato de liderar. Os mais conhecidos são: liderança autocrática, liderança democrática e liderança liberal em que Chiavenato (1999) e Araújo; Garcia (2014) elucidam como sendo: **líder Autocrático**: assemelha-se ao chefe, possui um perfil centralizador e tem dificuldades de receber críticas, sendo validados somente seus argumentos; **líder Democrático**: tem como característica a flexibilidade e tem uma melhor comunicação com os membros do grupo, é um estilo melhor aceito e garante, de certo modo, uma maior satisfação; e, **líder Liberal ou *laissez-faire***: sua característica é a liberdade na execução das atividades e parte do pressuposto que os membros possam tomar decisões por si. É um estilo que pode passar a impressão de desamparo e às vezes de até negligência pela falta de intervenção do líder.

Porém, em decorrência das mudanças nos níveis organizacionais e da própria modernidade podemos incluir outros tipos de liderança e deste modo, ter a possibilidade de contemplar maior número de estilos para saber identificar e/ou implementar a melhor forma. Magaldi; Salibi Neto (2022, p.15) apontam que “é inegável que o avanço tecnológico está no centro dessas transformações, o que evidencia que o que está por vir é ainda mais intenso do que o status atual”, ou seja, podemos considerar que não existem somente aqueles três padrões de estilo, e os que estão surgindo têm como propósito complementar os já existentes. Vale ressaltar que, “As habilidades tradicionais não deixaram de ser importantes e fundamentais, porém é necessário introjetar um novo conjunto de competências que contribuam para práticas mais afinadas com as demandas atuais” (Magaldi; Salibi Neto, 2022, p. 36).

Ressaltamos que nem todos os autores são unânimes nesta classificação e acrescentam outros tipos com características similares, porém com nomenclaturas diferentes permitindo-nos identificar os seguintes estilos:

- a) **Líder Coaching**, também denominado por alguns autores como Líder Exponencial: este estilo tem como característica “envolver e direcionar pessoas para atingir metas coletivas. Para tanto, o papel do líder é organizar a equipe e remover obstáculos que possam atrapalhar o desenvolvimento do trabalho, dentro da premissa de que, ao longo do processo de desenvolvimento, a equipe vivenciará diferentes estágios de evolução” (Campos; Pinto 2012, p. 5).
- b) O **Líder Situacional** cuja característica se baseia numa interrelação entre a orientação e o direcionamento na execução das atividades. Conforme Gonçalves; Mota (2011, p. 3) “A ideia geral é que um tipo de liderança será eficaz em uma situação, mas um tipo diferente de liderança pode ser mais eficaz em outra”, ou seja, tem uma preocupação com o futuro e neste caso, trata-se do futuro de seu grupo. Tende a desenvolver estratégias e ações com a finalidade de minimizar riscos (Gonçalves; Mota, 2011).
- c) **Líder Conector** é considerado como uma espécie de “gestor de especialistas”, esse estilo de liderança unifica duas situações que são opostas e ao mesmo tempo interdependentes que é a diferenciação e a integração aliando os talentos e competências dos indivíduos. Magaldi; Salibi Neto (2022, p. 38) ainda complementam: “esse líder traduz a visão de uma sociedade interconectada e rica em estímulos. Ele é estimulado a pensar em redes, e a não fazer tudo sozinho”.
- d) **Líder transnacional** é baseado num tipo de liderança focado em cumprimento de funções havendo recompensas e/ou punições. Kyrillos; Godoy (2023, p. 36) afirmam que “esse tipo de liderança pode ser útil em situações de crise ou de emergência”.
- e) **Líder transformacional** que é um tipo mais carismático e colabora juntamente com seus liderados. Dá ênfase a “um senso de missão em busca de ideais, influenciando com ética e moral, estimulando os liderados a buscarem um desempenho além das expectativas” (Kyrillos; Godoy, 2023, p. 36).

Assim, seja qual for o estilo de liderança, na prática, vai depender da situação e também dos membros que compõem o grupo ou equipe, deste modo, o estilo dependerá necessariamente do grupo a ser liderado. Cada estilo de liderança tem seu lugar e seu propósito, e não existe um estilo único que seja sempre o melhor. Líderes eficazes muitas vezes adaptam seus estilos de liderança com base na situação, na equipe e nos objetivos a serem alcançados. A compreensão desses diferentes estilos de liderança permite que os líderes

escolham a abordagem mais adequada para as circunstâncias específicas e no caso específico da Liderança comunitária que veremos a seguir, permeia não somente os estilos, mas também os sentimentos, pois o líder faz parte da comunidade e se beneficia da sua liderança.

2.2 O que é Liderança Comunitária e como surge

Comumente, quando se vê grupos organizados que buscam reivindicações e lutas dentro das comunidades, percebemos a presença de pessoas que estão a frente delas como forma de representá-las na busca por melhorias. Geralmente essas pessoas fazem parte do mesmo grupo e, por isso, compartilham dos mesmos anseios. Deste modo, os líderes comunitários são uma espécie de “porta-vozes” em que apresentam as reivindicações e conseguem resolver pequenas e grandes adversidades muitas vezes desassistidas pelo poder público.

Lopes (2021, p. 12) considera que,

A liderança comunitária é um modelo no qual a liderança é partilhada por um grupo de pessoas (idealmente toda a comunidade) e cada pessoa é chamada a tomar parte na liderança do grupo propondo ideias e visões. Neste modelo a direção não nasce necessariamente de um líder único mas da contribuição de múltiplos elementos.

Os líderes comunitários além de adotarem características que os identificam como tal, também tem como característica a luta pelo bem comum em que ele também será beneficiado. Ou seja, cria formas com a finalidade de pleitear auxílios ou colaborações que servirão para ele e para toda comunidade.

Liderança comunitária, conforme Ornelas *et al* (2013) é um conceito que se refere ao papel e à influência exercidos por indivíduos dentro de uma comunidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento, o bem-estar e o progresso coletivo, de modo colaborativo. Esses líderes são membros ativos da comunidade que se dedicam a representar os interesses e necessidades do grupo, mobilizando e engajando os membros para alcançar objetivos comuns e resolver desafios enfrentados pela comunidade.

A liderança comunitária é baseada na ideia de que os problemas e questões locais podem ser melhores compreendidos e tratados por aqueles que vivem e interagem diretamente na comunidade. Esses líderes são geralmente identificados e reconhecidos por sua capacidade de inspirar confiança, sua integridade, empatia, habilidades de comunicação e capacidade de promover a participação de todos os membros, independentemente de sua origem, gênero ou status social.

Um líder comunitário é alguém que não apenas se preocupa com o bem-estar de sua comunidade, mas também age de forma proativa para resolver problemas e promover mudanças positivas (Ornelas *et al*, 2013). Eles podem liderar projetos sociais, atividades culturais, esforços de desenvolvimento sustentável, campanhas de conscientização, entre outras iniciativas. A liderança comunitária pode ocorrer em diversas esferas, desde pequenas comunidades locais até bairros, aldeias, cidades ou mesmo em níveis regionais e nacionais. E essa prática pode mudar em função da diversidade cultural bem como o contexto socioeconômico, assim como apresenta Ornelas *et al* (2013, p.36),

A própria definição da liderança eficaz varia de cultura em cultura. Os estudos que têm procurado compreender as dimensões culturais da liderança numa perspectiva internacional, concluíram que as práticas e valores dominantes em cada país têm implicações nas expectativas que as pessoas têm em relação aos líderes e, por sua vez, nos estilos e processos de liderança adotados. Deste modo, o que pode ser um estilo de liderança eficaz num determinado contexto, poderá não produzir os mesmos resultados noutros.

Além disso, a liderança comunitária não se restringe apenas a líderes formais ou a pessoas em cargos de autoridade, mas também pode emergir de líderes informais e de base, que ganham influência por meio de suas ações, iniciativas e impacto positivo na comunidade. Um líder comunitário eficaz é alguém que trabalha em parceria com outros membros da comunidade, de modo colaborativo, ouvindo suas preocupações e ideias, envolvendo-os nas decisões e empoderando-os para serem agentes de mudança também, como afirma Ornelas *et al* (2013). A liderança comunitária busca criar uma atmosfera de cooperação, respeito mútuo e confiança, para que os membros se sintam incentivados a participar ativamente dos esforços de melhoria do local onde vivem.

Segundo Pinheiro; Borges (2012, p. 85),

O líder comunitário deve estabelecer a visão da comunidade, compartilhando com o grupo essa visão, ao analisar seus problemas sob os vários ângulos, tendo consciência dos diversos interesses em jogo, muitas vezes conflitantes, favorecendo o diálogo, o debate público e aberto e procurando os pontos de concordância em torno dos quais é possível estabelecer uma atitude cooperativa. Mais do que nunca, a liderança comunitária deve ser uma liderança de equipes, em que cada um dos seus integrantes deve ter o direito de expressar-se e deve ser reconhecido como elo de cadeia que se tornará cada vez mais forte com a maior participação de todos os seus membros.

Portanto, a liderança comunitária é o exercício de influência positiva dentro de uma comunidade, visando o bem-estar e o desenvolvimento coletivo. É um processo inclusivo, participativo e colaborativo, que busca engajar todos os membros da comunidade em prol de

um objetivo comum e da resolução de problemas locais. Esses líderes desempenham um papel fundamental na construção de comunidades mais fortes, resilientes e unidas, porém, devemos ressaltar que este líder não surge inesperadamente.

A liderança comunitária emerge da necessidade de indivíduos comprometidos e capacitados em assumir responsabilidades para melhorar e fortalecer suas comunidades locais. É um processo orgânico e muitas vezes emergente, onde pessoas com interesses e objetivos comuns se unem para trabalhar em prol do bem-estar coletivo.

Pinheiro; Borges (2012, p. 83), afirmam que,

Para uma comunidade ter voz e vez, é preciso que seja organizada. Esse processo de organização vai depender muito das lideranças que surgirem no seu decorrer. Quando a liderança surge de modo espontâneo, pelas qualidades do líder, o processo funciona bem. Quando, no entanto, o líder se insinua ou se impõe, esse processo fica mais complicado.

Ou seja, a partir da constatação das necessidades, o líder (mesmo antes de ocupar propriamente essa posição frente a comunidade), identifica de que modo pode contribuir para mobilizar recursos para o desenvolvimento da comunidade. O ato de tomar iniciativa e obter resultados às necessidades identificadas promove um espírito de confiança por parte das pessoas pertencentes a comunidade, e assim, paulatinamente a figura do líder se faz presente a tornando oficialmente.

Lopes (2021, p.19) completa esse princípio afirmando que a “liderança comunitária enquadra-se num processo evolutivo de diversas teorias e modelos que tem vindo a amadurecer as suas perspectivas sobre o fenómeno”. Ou seja, é nesse processo de criação de soluções em que se recorre a participação de todos, de modo colaborativo, que a liderança emerge com a finalidade estimular a tomada de decisões e busca na resolução dos anseios da comunidade (Lopes, 2021).

Deste modo, podemos identificar algumas formas pelos quais a liderança comunitária pode surgir. A primeira, que já foi mencionada anteriormente, é o ato de identificar as necessidades daquela comunidade. Líderes comunitários frequentemente surgem quando alguém ou um grupo de pessoas percebe uma necessidade não atendida em sua comunidade. Pode ser uma questão social, ambiental, educacional ou de saúde, por exemplo. Aqueles que se sentem impulsionados a resolver essas carências tendem a assumir papéis de liderança.

Outra forma a qual uma liderança comunitária pode surgir refere-se a empatia e engajamento. Líderes comunitários são muitas vezes pessoas que possuem uma conexão emocional com os problemas que afetam suas comunidades. Algumas pessoas podem ter

perfil de liderança, mas há características que devem destacar-se desde o começo, a saber: “humildade, preocupação genuína com os demais, empatia para criar vínculos de confiança e uma boa dose de paixão pela causa que defende” (Schithler; Kisil, 2008, p. 22).

A terceira forma identificada para o surgimento da liderança comunitária referem-se às habilidades e conhecimentos, pois a liderança comunitária também pode emergir de indivíduos com habilidades, conhecimentos ou experiências específicas que são relevantes para a resolução de problemas enfrentados pela comunidade (Schithler; Kisil, 2008). Essas habilidades podem incluir gestão, organização, comunicação eficaz ou até mesmo conhecimentos técnicos.

A inspiração e motivação podem ser entendidas como uma quarta forma para o advento da liderança comunitária, já que muitas vezes, líderes comunitários surgem simplesmente por inspirarem outras pessoas a se unirem para fazer a diferença, seja através de palavras inspiradoras ou por ações exemplares, conseguem motivar outros membros da comunidade a se envolverem em projetos e iniciativas. Essa, inclusive, faz parte das características do estilo de liderança Transformacional e transacional. Nesse caso, “os seguidores podem ser motivados porque os líderes transformacionais têm em consideração as suas necessidades, estimulam novas formas de pensar e permitem-lhes tomar decisões”. (Ornelas *et al*, 2013, p. 35).

E por fim, a quinta forma identificada para o surgimento da liderança comunitária é o reconhecimento e apoio, em que aqueles que demonstram liderança efetiva em questões comunitárias muitas vezes recebem o reconhecimento e o apoio de outros membros da comunidade (Ornelas *et al*, 2013). Esse apoio pode fortalecer sua posição e incentivar seu comprometimento contínuo e “mais do que nunca, a liderança comunitária deve ser uma liderança de equipes, em que cada um dos seus integrantes deve ter o direito de expressar-se e deve ser reconhecido como elo de cadeia que se tornará cada vez mais forte com a maior participação de todos os seus membros” (Pinheiro; Borges, 2012, p. 85).

Deste modo, é importante salientar que a liderança comunitária não é necessariamente hierárquica como em outras formas de liderança. Ela pode ser distribuída e coletiva, permitindo que diferentes pessoas assumam papéis de liderança em diferentes momentos ou em diferentes áreas de atuação, conseguindo lograr resultados exitosos a partir da participação ativa e o trabalho colaborativo.

A liderança comunitária emerge da união de pessoas comprometidas, empáticas, habilidosas e inspiradoras que desejam melhorar as condições sociais e econômicas em suas comunidades desempenhando um papel fundamental no fortalecimento das relações sociais, na resolução de problemas locais e na promoção do desenvolvimento social e, consequentemente,

te, inclusivo. E para compreendermos essa ação, iremos definir o que vem a ser desenvolvimento social.

2.4 Desenvolvimento social

Conceitualmente, Castro (2012) considera que desenvolvimento social corresponde ao processo de mudança e crescimento nas estruturas e dinâmicas sociais de uma sociedade ou comunidade ao longo do tempo e engloba uma ampla gama de fatores e dimensões que afetam a vida das pessoas e das comunidades.

Veiga (2006) afirma que existem duas proposições acerca do processo de desenvolvimento social sendo o primeiro pautado no desenvolvimento econômico em que para se medir o nível bastava apenas analisar os indicadores do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*. Já o segundo seria mera ilusão ou manipulação ideológica, posto que quase impossível “algum tipo de mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista mundial” (Veiga, 2006, p. 20).

Andrade; Zimmermann (2008, p. ?) declaram que “o desenvolvimento social, portanto, desenrola-se através de uma gama complexa de ações e medidas que habilitam capacidades humanas (individuais e coletivas) através da oferta de serviços e oportunidades sociais e econômicas”, ou seja, o desenvolvimento social vai muito além das questões econômicas tal qual foi citado por Veiga (2006), envolve também a evolução das relações entre as pessoas (família, amigos, colegas de trabalho e comunidade), busca melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas em uma sociedade incluindo o acesso a serviços de saúde, educação, habitação, segurança, emprego e outros fatores que afetam o nível de satisfação das pessoas.

Deste modo, o desenvolvimento social abrange diversas dimensões e para que uma sociedade possa prosperar, é necessário que cada um desses aspectos seja abordado de forma holística, considerando a interconexão entre eles. Essas dimensões fazem parte do conjunto de direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, ao qual preceitua em seu artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Uma das estratégias utilizadas para promover o desenvolvimento social é o fortalecimento do capital social. “O capital social se refere à rede de relações sociais, normas e valores compartilhados que existem em uma determinada comunidade ou sociedade” (Marteleto; Silva, 2004, p. 44). Ele desempenha um papel crucial no desenvolvimento social, pois promove a confiança mútua, a cooperação e a solidariedade entre os membros da

comunidade (Duque, 2013). O fortalecimento do capital social contribui para a resolução de problemas coletivos, a promoção da inclusão social e o desenvolvimento de projetos comunitários.

O desenvolvimento social é uma busca contínua por uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera. Ele envolve a promoção do bem-estar de todas as pessoas, garantindo-lhes acesso a serviços básicos e oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Para alcançar esse objetivo, é preciso uma abordagem colaborativa, envolvendo governos, sociedade civil, setor privado e organizações internacionais e nesse sentido envolve a implementação de políticas públicas que garantem acesso igualitário a serviços básicos, promoção do capital social e redução das desigualdades sociais. Portanto, para alcançar um desenvolvimento social, é fundamental que sejam adotadas abordagens integradas e multidisciplinares, envolvendo a participação ativa da sociedade civil, do setor privado e do governo.

Neste sentido, o desenvolvimento social é um processo complexo que visa melhorar as condições de vida das pessoas em uma sociedade, promovendo o bem-estar, a igualdade, a justiça e a participação ativa dos cidadãos. É influenciado por uma variedade de fatores e é um objetivo fundamental para o progresso humano e o funcionamento saudável das comunidades e sociedades e esse progresso ou a falta dele pode ser evidenciado mediante os indicadores de desenvolvimento.

2.5 A relação entre liderança comunitária e o desenvolvimento social – indicadores sociais

Na década de 1990, a Organização das Nações Unidas – ONU, por intermédio do Ciclo de Conferências das Nações Unidas, procurou dinamizar e incluir no ciclo de prioridades a temática a respeito do desenvolvimento social. Nesse ciclo houve conferências específicas com temáticas envolvendo meio ambiente, educação, crises sociais (racismo, xenofobia, discriminações diversas) e direitos das mulheres.

As discussões promovidas pela ONU, em 1990, trouxeram o desejo em colocar foco nas políticas públicas, e dessa forma criou uma medida intitulada como RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, sobre o qual Oliveira (2017, p. 46) pontua, “Nesse relatório procurou-se conduzir a discussão sobre o desenvolvimento de forma diferentes da usual. A questão central passa da tradicional pergunta de quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida da população”.

O PNUD solicita e apresenta os indicadores através do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que mede o desenvolvimento através de dados abrangendo três dimensões: renda, educação e saúde (longevidade) (PNUD, 2022). Essas três dimensões ou pilares são medidas do seguinte modo:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por:
 1. Média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e
 2. A expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;
- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD, 2022)

No Brasil, conforme dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) bem como pelo site Atlas Socioeconômico, o RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano) - 2021/2022, demonstra que o IDH do Brasil foi de 0,754 ocupando a 87ª posição no ranking entre 191 países (Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul, 2022). Assim, com base nesses dados se pode fundamentar a formulação de políticas públicas com vistas a melhorar esses índices.

Deste modo, os indicadores de desenvolvimento social servem como métricas que refletem o nível de qualidade de vida, o bem-estar e a igualdade de oportunidades dentro de uma comunidade. A análise desses indicadores permite identificar as áreas que requerem atenção e intervenção, além de fornecer informações valiosas para a formulação de políticas públicas e projetos comunitários.

O papel da liderança comunitária é essencial para impulsionar o desenvolvimento social, pois é o elo entre os membros da comunidade e as instituições governamentais e não governamentais (Lopes, 2021). O engajamento de líderes conscientes e atuantes, aliado a dados objetivos sobre a realidade social, é uma combinação poderosa para a transformação positiva das comunidades. Ao unir esforços em torno desses princípios, podemos criar um ambiente propício ao crescimento, à solidariedade e à melhoria contínua das condições de vida de todos os membros da sociedade.

A relação entre liderança comunitária e desenvolvimento social é um tema de extrema relevância e interesse no campo dos estudos do desenvolvimento. A liderança comunitária desempenha um papel fundamental no processo de transformação e progresso das

comunidades, promovendo a participação ativa dos indivíduos e grupos locais no desenvolvimento social (Lopes, 2021).

Deste modo, pode-se perceber que a relação da liderança comunitária tem associação direta com as conquistas sociais pleiteadas pela comunidade, pois por conta de uma invisibilidade muitas vezes partindo do poder público e outras da própria sociedade, fazem com que os líderes comunitários possam lutar por condições, mesmo que sejam mínimas, para que o grupo possa usufruir dos direitos fundamentais basilares.

Rami; Abdullah; Simin (2017 *apud* Lopes, 2021, p. 19) demonstram de que modo a liderança comunitária podem impactar positivamente uma comunidade:

Algumas razões apontadas para o sucesso foram o facto do líder funcionar como catalisador e factor de motivação ao se esforçar para encorajar a comunidade local a trabalhar em conjunto para a mudança; ao otimizar as oportunidades de recorrer aos recursos disponibilizados pelo governo; ao supervisionar os projetos locais e ainda por ser um interlocutor de referência com os vários parceiros / agentes (governamentais e outras agências).

Percebemos que uma das maneiras pelas quais a liderança comunitária contribui para o desenvolvimento social é através do fortalecimento da participação da comunidade. Os líderes comunitários incentivam e facilitam a participação dos membros da comunidade em atividades de desenvolvimento, como projetos de melhoria da infraestrutura, programas de educação e saúde, entre outros. A participação da comunidade é essencial para seu desenvolvimento pois permite que as necessidades e demandas locais sejam identificadas e atendidas de maneira mais efetiva.

Por pertencerem a comunidade, os líderes comunitários conseguem visualizar e perceber quais são os principais problemas presentes na comunidade, por isso que desempenham um papel preponderante na mobilização de recursos para o desenvolvimento social da comunidade. Os líderes comunitários são capazes de identificar e acessar recursos disponíveis, tanto na comunidade como externamente, e mobilizá-los de maneira eficiente para promover iniciativas de desenvolvimento sendo, também, responsáveis por estabelecer parcerias com organizações governamentais, não governamentais e do setor privado, entidades religiosas, bem como grupos e setores da sociedade civil a fim de fortalecer as ações de desenvolvimento e ampliar o impacto positivo nas comunidades (Pinheiro; Borges, 2012).

A liderança comunitária também é um elemento chave na construção de capacidades locais para o desenvolvimento, pois ao buscar a constante melhoria da qualidade de vida dos

residentes da comunidade, este processo “descobre não só suas necessidades, mas também suas potencialidades, e procura organizar seus ativos em uma busca incessante de mudanças social” (Pinheiro; Borges, 2012, p. 86). Nesse caso, os líderes comunitários desempenham um papel de educadores, capacitando os membros da comunidade e desenvolvendo suas habilidades e conhecimentos para que eles possam ser agentes de transformação em suas próprias comunidades.

Destacar a relação entre liderança comunitária e desenvolvimento social é de extrema importância para promover mudanças sociais positivas e sustentáveis nas comunidades. A liderança comunitária fortalece a participação da comunidade, mobiliza recursos e parcerias, e constrói capacidades locais para o desenvolvimento. No entanto, desafios e obstáculos ainda precisam ser superados para garantir a eficácia da liderança comunitária no desenvolvimento social. É fundamental que políticas e estruturas de apoio sejam estabelecidas para fortalecer e capacitar os líderes comunitários, garantindo seu papel ativo e transformador na promoção do desenvolvimento social e na construção da cidadania mediante as garantias dos direitos fundamentais tal qual destacaremos a seguir.

2.6 A emergência dos Direitos Fundamentais

Ao notar as reivindicações e lutas dentro das comunidades, emerge a presença de pessoas que estão à frente delas como forma de representá-las na busca por melhores condições de vida e alcance de dignidade. Geralmente essas pessoas fazem parte do mesmo grupo e por isso compartilham dos mesmos anseios surgindo assim, a figura do líder comunitário a qual Evans (2012 *apud* Lopes 2021, p.13) define:

[...] os líderes comunitários desejam a transformação das instituições sociais, a emancipação dos indivíduos e grupos das situações de desvantagem, exclusão e opressão em que se encontram. Neste sentido, o líder assume a responsabilidade de organizar e mobilizar outras pessoas para a ação coletiva podendo assumir uma posição de maior ou menor invisibilidade de acordo com o grau de organização e participação da comunidade.

Nesse sentido, os líderes comunitários agem como uma espécie de “porta-voz” em que apresentam as reivindicações e conseguem resolver pequenas e grandes adversidades muitas vezes desassistidas pelo poder público. E essa luta, cria formas aos quais os auxílios ou colaborações servirão tanto para ele quanto para toda comunidade, ou seja, é uma luta pelo bem comum.

Assim, pode-se perceber que a relação da liderança comunitária tem associação direta com as conquistas sociais e educativas por eles pleiteados. Conforme Ornelas *et al* (2013)

trata-se de lutar por direitos fundamentais basilares, tais como, saúde, educação, moradia etc. Nota-se que são imensuráveis os benefícios desse tipo de liderança dentro das comunidades considerando principalmente as questões sociais e educacionais, pois se tratam de ações que vão além do mero assistencialismo.

Historicamente, o termo “Direitos Fundamentais” surgiu na França como fruto do movimento de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O termo entrelaça com tantos outros conceitos e expressões (Direitos Humanos, Direitos Individuais do homem e do cidadão, etc.) e que, apesar de serem distintos se assemelham na intenção e na luta pela dignidade de todos os indivíduos indistintamente.

Os direitos fundamentais exprimem como garantias de primeira, segunda e terceira espécies conforme a evolução histórica. Inicialmente, remete-se ao lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade e correspondiam aos direitos de primeira geração que se referem as liberdades, direitos civis e políticos. Os de segunda geração são as liberdades positivas (direito social e econômico) e a terceira corresponde aos direitos coletivos (solidariedade e preservação ambiental).

Sendo considerados como alicerces da cidadania e da democracia, os direitos fundamentais, são representados como sendo o conjunto de prerrogativas inerentes a todos os cidadãos, independentemente de sua origem, raça, gênero, religião ou condição social (BOBBIO, 2004). Esses direitos estão previstos na Constituição Federal de 1988 e são considerados fundamentais por serem essenciais à dignidade humana, à liberdade e ao desenvolvimento individual e coletivo.

Tendo em vista a letra e as doutrinas do Direito Constitucional, nota-se que esses direitos e garantias, são devidos a todos os seres humanos, enquanto cidadãos de direito e atrelam-se as concepções dos Direitos Humanos. Deste modo, o artigo 5º da Constituição, enfatiza os cinco direitos fundamentais que são:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (Brasil, 1988).

Sarlet (2012, p. 18) apresenta uma distinção na definição dos termos “Direitos Humanos” e “Direitos Fundamentais” que embora pareçam sinônimos deve ser entendido como complementares.

O termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de

determinado Estado, ao passo que a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional).

O autor aponta ainda as diferenças entre direitos e garantias, visto o artigo 5º, da Constituição Federal, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Deste modo, “os direitos são bens e vantagens prescritos na norma constitucional, enquanto as garantias são os instrumentos através dos quais se assegura o exercício dos aludidos direitos (preventivamente) ou prontamente os repara, caso violados” (Lenza, 2006, p. 527).

A Constituição Federal estabelece os direitos fundamentais em seu Título II, intitulado “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” em seu Capítulo I “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”. Esse rol de direitos abrange diversas áreas e assegura aos cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no país uma série de prerrogativas que visam garantir sua proteção e participação ativa na sociedade. Com relação aos direitos e garantias fundamentais, o Artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, prevê que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 1988)

Nesse sentido, os direitos fundamentais no Brasil representam a base da cidadania, da justiça social e da democracia, assegurando a proteção e o respeito à dignidade humana, bem como o desenvolvimento pleno de cada indivíduo e o fortalecimento da sociedade como um todo. São princípios norteadores que orientam as políticas públicas e as ações do Estado na busca por uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. E para detalhar melhor os direitos fundamentais, veremos a seguir, com base na Constituição Federal de 1988, quais são eles e qual importância no que concerne a proteção dos indivíduos enquanto cidadãos.

O Direito a Vida contempla a condição do indivíduo em viver dignamente, tendo preservado sua integridade física e moral. O direito a vida está disposto no artigo 5º, inciso III da Constituição Federal de 1988: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (Brasil, 1988). Esse direito é universal e inalienável, estando presente em diversas legislações e documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de muitos países e tratados internacionais pois trata-se de um princípio basilar que visa proteger a existência de cada indivíduo, reconhecendo a sua inerente dignidade como ser humano. Ele abrange não apenas o aspecto físico da existência,

mas também a qualidade de vida de cada indivíduo. Isso significa assegurar condições adequadas de moradia, alimentação, educação, saúde e segurança, bem como promover a igualdade de oportunidades para que todos possam desenvolver seu potencial pleno.

Embora muitos vejam de modo muito generalista e até mesmo óbvio, o direito a vida, por vezes é questionado como sendo um direito em não ser morto ou mesmo privado da vida (Canotilho; Moreira, 2007) e em decorrência disso que se faz necessário a discussão a respeito de que modo o indivíduo pode pleitear o direito a vida já que o mesmo se encontra necessariamente “vivo”. Neste sentido, Moraes (2011, p. 80) pontua que,

O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, pois o seu asseguramento impõe-se, já que se constitui como pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos. A Constituição Federal assegura, portanto, o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter vida digna quanto à subsistência.

Ou seja, não basta apenas garantir a sua existência, mas também que seja de forma digna, cabendo ao Estado e a sociedade garantir a sua integridade.

Assim, ao proteger a vida de todos os indivíduos, independentemente de sua origem, raça, religião ou condição social, estaremos honrando a essência da dignidade humana e caminhando em direção a um mundo com mais justiça social. É uma tarefa contínua, que requer esforços conjuntos e a consciência de que cada vida importa. Somente assim poderemos alcançar um futuro mais adequado para as gerações presentes e vindouras.

O Direito a liberdade é um princípio fundamental da experiência humana, sendo inerente à dignidade e autonomia de cada indivíduo. Ela está consagrada em diversos documentos internacionais e nossa Constituição Federal de 88 como um direito humano fundamental. Portanto, o direito a liberdade discorre sobre o direito de ir e vir, de ter liberdade de expressão e pensamento, liberdade religiosa, intelectual, filosófica e política, dentre outras. Está disposto nos incisos II, VI, X e XV do artigo 5º, da Constituição Federal:

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

[...]

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

X – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; (Brasil, 1988)

É considerado como um dos direitos de difícil conceituação pelo nível de abrangência já que engloba diferentes dimensões, tais como a liberdade de pensamento, expressão, religião, movimento e associação. Ela garante que os indivíduos possam agir de acordo com sua própria vontade, desde que não prejudiquem os direitos e liberdades dos outros. Por exemplo, a liberdade de expressão é um direito fundamental que possibilita que as pessoas expressem suas opiniões e ideias livremente. A liberdade religiosa protege a capacidade das pessoas de escolherem e praticarem sua fé sem discriminação. A liberdade de movimento permite que as pessoas viajem e estabeleçam residência onde desejarem, desde que dentro dos limites legais. (Bonavides, 2009).

O direito à liberdade é consagrado em documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Esses documentos estabelecem que toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoal e que ninguém pode ser submetido a escravidão, prisão ou detenção arbitrária.

Apesar de ser um direito fundamental, a liberdade não é absoluta e pode ser restringida em certas circunstâncias. Essas restrições são estabelecidas por lei e visam proteger outros direitos fundamentais ou o bem-estar geral da sociedade (Sarlet, 2012). Por exemplo, a liberdade pode ser limitada quando alguém comete um crime e é condenado a uma pena privativa de liberdade, como uma forma de proteger a sociedade e promover a justiça.

Bobbio (2004, p.34) afirma,

Os direitos de liberdade evoluem paralelamente ao princípio do tratamento igual. Com relação aos direitos de liberdade, vale o princípio de que os homens são iguais. No estado de natureza de Locke, que foi o grande inspirador das Declarações de Direitos do Homem, os homens são todos iguais, onde por “igualdade” se entende que são iguais no gozo da liberdade, no sentido de que nenhum indivíduo pode ter mais liberdade do que outro. Esse tipo de igualdade é o que aparece enunciado, por exemplo, no art. 1º da Declaração Universal, na afirmação de que “todos os homens nascem iguais em liberdade e direitos”, afirmação cujo significado é que todos os homens nascem iguais na liberdade, no duplo sentido da expressão: “os homens têm igual direito à liberdade”, “os homens têm direito a uma igual liberdade”.

Nesse sentido, podemos considerar que o direito à liberdade é um pilar central dos direitos fundamentais, essencial para a dignidade e autonomia dos indivíduos. Ele se manifesta em diversas esferas da vida humana e é protegido por um arcabouço legal internacional e na-

cional. No entanto, é necessário equilibrar esse direito com as restrições legais adequadas, a fim de salvaguardar os interesses coletivos e a segurança da sociedade. Assegurar a liberdade de todos é um desafio contínuo que requer vigilância constante e compromisso com a justiça e a igualdade (Bobbio, 2004).

O Direito a Igualdade, assim como os demais, também é um dos princípios basilares dos direitos fundamentais e está presente em diversas constituições e tratados internacionais. Esse direito busca assegurar que todas as pessoas sejam tratadas de forma igualitária, sem discriminação, independentemente de características como raça, gênero, religião, origem nacional, orientação sexual ou qualquer outra condição e está presente no inciso I do artigo 5º, da CF-88, como: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988). A luta pela igualdade tem sido um processo contínuo ao longo da história, e seu reconhecimento jurídico representa uma conquista essencial para a proteção dos direitos humanos, conforme Bobbio (2004, p. 18) declara: “A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser”.

Inicialmente, o conceito de igualdade esteve associado a noções limitadas, principalmente a ideia de que todos os indivíduos são iguais perante a lei. Com o tempo, esse entendimento foi ampliado para abranger a igualdade de oportunidades, tratando as desigualdades sociais e econômicas como entraves à efetivação do princípio. Progressivamente, a igualdade passou a ser percebida não apenas em um contexto formal, mas também material, buscando a redução das disparidades socioeconômicas (Lenza, 2006).

Apesar dos avanços na proteção do direito à igualdade, diversas sociedades ainda enfrentam obstáculos para alcançar a igualdade plena. A discriminação persistente, seja ela racial, de gênero, de orientação sexual ou de outra natureza, representa uma ameaça aos direitos humanos. Neste contexto, ações afirmativas têm sido debatidas e implementadas para tentar corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social.

Lenza (2006) ao explicitar a respeito da igualdade, menciona em seu texto um trecho de Rui Barbosa, em que declara:

Essa busca por uma **igualdade substancial**, muitas vezes idealista, reconheça-se, eterniza-se na sempre lembrada, com emoção, *Oração aos Moços*, de Rui Barbosa, inspirado na lição secular de Aristóteles, devendo-se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades (Lenza, 2006, p. 531 - grifo do autor).

Sendo um pilar essencial dos direitos fundamentais, o Direito a Igualdade, representa uma busca constante por justiça e inclusão social. Sua evolução conceitual e sua incorporação nos sistemas jurídicos são reflexos da evolução das sociedades e das lutas por igualdade ao longo do tempo. Entretanto, os desafios ainda presentes destacam a importância contínua de se trabalhar em prol da efetivação plena desse direito, visando a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

O Direito a Segurança é um princípio fundamental que garante a proteção e bem-estar dos cidadãos. Neste direito cabe ao Estado a punição daqueles que de alguma forma desrespeitam as leis bem como oferta segurança para que o indivíduo possa defender-se quando age em desacordo com a Constituição Federal de 88. O artigo 5º prevê no seu inciso XXXIX que: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (Brasil, 1988).

Para que se possa ter uma sociedade mais justa e harmoniosa, o direito à segurança é um dos pilares fundamentais. O Estado brasileiro, ao promulgar a Constituição Federal de 1988, reconheceu a necessidade de garantir aos seus cidadãos o direito a viver em um ambiente seguro e protegido e que, possui a responsabilidade de proteger seus cidadãos e garantir o exercício pleno do direito à segurança. A Constituição estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, evidenciando a coletividade no enfrentamento das questões de segurança (Lenza, 2006).

Salienta-se, portanto, que o direito a segurança abrange também o direito a segurança jurídica, agindo no sentido protetivo tanto a segurança pessoal quanto social, “por meio de prestações normativas e materiais contra atos – do poder público e de outros particulares – violadores dos diversos direitos pessoais” (Salet, 2012, p. 396). Ou seja, o indivíduo deve ter sua segurança garantida pelo poder público assegurando, por meio de ordenamento jurídico, a previsibilidade e estabilidade das relações de modo geral.

A efetivação do direito à segurança traz diversas implicações para o Estado e a sociedade. A implementação de políticas públicas voltadas para a segurança, a melhoria dos órgãos de segurança pública e a promoção da cultura de prevenção são alguns dos aspectos que impactam diretamente na garantia desse direito. Questões tais como a violência urbana, a criminalidade organizada, a corrupção e a impunidade são alguns dos principais desafios na busca por um ambiente mais seguro e justo para todos. A Constituição Federal Brasileira estabelece uma base sólida para a garantia desse direito, contudo, é essencial que o Estado e a sociedade trabalhem em conjunto para enfrentar os desafios e assegurar um ambiente seguro e protegido para todos os cidadãos.

O Direito a Propriedade assegura que todos, indistintivamente, possam adquirir e usufruir propriedades privadas, devidamente regularizadas, além de promover meios para as pessoas que não possuem condições financeiras de aquisição de um bem imóvel. Como os demais direitos fundamentais, o direito a propriedade também está disposto na Constituição Federal de 88, estando disposto no artigo 5º incisos XXII e XXIII: “XXII – é garantido o direito de propriedade; XXIII – a propriedade atenderá a sua função social”. (Brasil, 1988)

A proteção à propriedade privada é considerada um direito individual e está intrinsecamente ligada ao princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no mesmo artigo, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

O direito à propriedade é essencial para a segurança jurídica e o desenvolvimento social e econômico de um país. A Constituição Federal também destaca a sua função social, prevista no artigo 5º, inciso XXIII, que determina que a propriedade deva atender a sua função social, ou seja, deve ser utilizada de forma a beneficiar toda a sociedade e não apenas o proprietário (Mota; Spitzcovsky, 2001).

Essa função social pode ser percebida em diversas formas, como a preservação do meio ambiente, o respeito aos direitos dos trabalhadores, o acesso à moradia digna, entre outros aspectos relevantes para o bem-estar coletivo. Dessa forma, a propriedade não pode ser usada de maneira arbitrária e egoísta, sem considerar o interesse da coletividade, tal qual declara Bobbio (2004, p.53) como “sendo um direito sagrado e inviolável, não pode ser limitada a não ser por razões de utilidade pública”.

No consoante a preservação ao meio ambiente, ressaltamos a necessidade de analisar de forma que se privilegie a vida humana sem que degrade a natureza, tal qual Uba (2016, p. 17) declara:

[...] a busca pela efetivação da sustentabilidade pode implicar a colisão entre suas próprias dimensões (social, econômica e ambiental) e, em última análise, com outros direitos fundamentais, como, por exemplo, o choque entre o direito social à moradia e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, surgido em razão da ocupação irregular de áreas de proteção e de preservação ambiental por pessoas que não dispõem de outra opção de moradia.

Vale ressaltar que a Constituição Federal prevê algumas exceções ao direito à propriedade, como por exemplo, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, amplamente previsto no Artigo 5º, inciso XXIV da Constituição Federal de 88. Essa medida visa garantir que, em situações excepcionais, o interesse público prevaleça sobre o interesse privado o que nos faz compreender que o direito a propriedade é uma garantia, porém, não absoluta.

Considera-se **necessidade pública** ocasiões em que um bem é **indispensável** para alguma atividade essencial ao Estado. **Utilidade pública**, por sua vez, ocorre quando o bem não é indispensável, mas **é desejável** para uma atividade estatal. Por fim, a justificativa do **interesse social** é aplicável para casos em que um bem é necessário para o desenvolvimento social do país. (Mortella; Moraes, 2021 - grifo do autor).

O direito à propriedade é um pilar importante para o funcionamento democrático e a garantia dos direitos individuais. No entanto, é essencial que o exercício desse direito seja realizado de forma consciente e responsável, respeitando os princípios e limitações estabelecidos na Constituição Federal, visando sempre o bem-estar coletivo e o progresso da sociedade como um todo.

2.7 Cidadania: conceitos básicos

Etimologicamente, cidadania vem do latim *civitas*, que significa cidade. É um conceito fundamental que descreve a relação entre um indivíduo e um determinado estado ou nação. Ela envolve um conjunto de direitos e responsabilidades que uma pessoa possui em relação ao governo e à sociedade na qual ela vive (Costa; Ianny, 2018)

Costa; Ianny (2018) ainda demonstram que o conceito de cidadania corresponde ao *status* de quem pertence a uma determinada comunidade e por ela são reconhecidos e neste “reconhecimento” compõem um conjunto de direitos e deveres ao qual o indivíduo possui mediante esta sociedade. Nesse sentido, podemos considerar que o termo é construído socialmente e que só tem significado a partir das experiências tanto individuais quanto sociais.

Analisando os conceitos anteriores acerca dos Direitos Fundamentais, percebemos que legalmente falando, todos esses direitos têm como objetivo primordial não só a garantia da dignidade da pessoa humana, mas também de promoção da cidadania.

Moraes (2011, p. 80) afirma que:

O Estado deverá garantir esse direito a um nível de vida adequado com a condição humana respeitando os princípios fundamentais da cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e, de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional e erradicando-se a pobreza e a marginalização, reduzindo, portanto, as desigualdades sociais e regionais.

Ou seja, enquanto conceito fundamental para o funcionamento de sociedades democráticas, a cidadania abrange um conjunto de direitos e responsabilidades que conferem aos indivíduos a capacidade de participar ativamente na construção e manutenção de suas

comunidades. Mais do que meramente uma designação legal, a cidadania reflete um compromisso moral e ético com os princípios que sustentam uma sociedade justa e equitativa. Neste contexto, é essencial compreender os conceitos básicos que orientam a cidadania e sua relevância para a convivência harmoniosa em um mundo diversificado.

A cidadania é um conceito intrincado que transcende a mera existência em uma nação. Vai além da concessão de direitos e deveres formais por parte do Estado; é uma responsabilidade ativa e consciente de contribuir para a construção de uma sociedade justa, equitativa e participativa (Manzini-Covre, 2010). No cerne da cidadania estão valores fundamentais, deveres cívicos e uma interconexão global que define o papel do indivíduo não apenas em sua comunidade, mas também no contexto mais amplo do mundo contemporâneo, ou seja, conforme afirma Manzini-Covre (2010, p. 11) “a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno [...] precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”.

Marshall (1967, p. 76) considera que “a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. Em sua essência, a cidadania engloba direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis dizem respeito às liberdades individuais, como a liberdade de expressão, de religião e de locomoção. São essenciais para garantir que cada cidadão possa viver sem interferências indevidas em suas escolhas pessoais e convicções. Os direitos políticos, por sua vez, conferem a participação no processo decisório do Estado, incluindo o direito ao voto e à candidatura a cargos públicos. Já os direitos sociais envolvem acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e previdência, assegurando condições dignas de vida para todos os membros da sociedade (Marshall, 1967).

Além dos direitos, a cidadania também implica responsabilidades. A participação ativa na vida pública vai muito além do voto, englobando também o envolvimento em discussões sobre políticas públicas, o respeito às leis e a promoção do bem comum exigindo participação ativa e consciente. “O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população” (Carvalho, 2002, p. 8). Neste sentido, a cidadania não é um mero privilégio, mas um compromisso de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para a solução de seus desafios. Esse comprometimento é especialmente importante em um mundo cada vez mais interconectado, onde as ações individuais reverberam em escala global.

Em decorrência disso, podemos notar que a cidadania é um conceito abrangente que vai além do mero cumprimento de obrigações legais. Envolve direitos e responsabilidades que

sustentam sociedades justas e participativas. Ao compreender e abraçar esses conceitos básicos, os indivíduos se tornam agentes ativos na construção de um mundo mais inclusivo, equitativo e sustentável. É mais do que um *status* legal; é um compromisso moral e político com a construção de um mundo melhor, englobando direitos e deveres, participação ativa e uma conexão global. À medida que os cidadãos se engajam em suas comunidades, eles moldam o presente e o futuro, tornando-se agentes de mudança e defensores do bem comum.

2.8 A relação dos direitos fundamentais e a conquista da cidadania

Bobbio (2004) discorre a respeito dos Direitos do homem, afirmando que “O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (Bobbio, 2004, p.16). Nesse sentido, a conquista da cidadania está relacionada à ideia de que os indivíduos não são meros súditos do Estado, mas sim membros ativos e participantes de uma comunidade política. Cidadania vai além da titularidade de um documento legal; envolve a capacidade de exercer direitos políticos, sociais e culturais, bem como assumir responsabilidades em relação à sociedade como um todo.

Como observado, os direitos fundamentais são os direitos básicos e essenciais inerentes a todos os seres humanos, independentemente de sua origem, raça, gênero, religião ou posição social. Eles asseguram a proteção da autonomia, da igualdade e da dignidade de cada indivíduo, ou seja, são a base sobre a qual a cidadania é construída. Eles conferem aos indivíduos a capacidade de serem agentes ativos em suas comunidades, participando das decisões políticas, sociais e culturais que moldam suas vidas. A conquista da cidadania plena envolve tanto o reconhecimento legal desses direitos quanto a garantia de que eles sejam efetivamente respeitados e promovidos na prática.

Marshall (1967, p. 84) nos apresenta o que é a cidadania fazendo a seguinte ponderação:

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos.

Ou seja, Marshall (1967) sugere que a cidadania não é meramente um status, mas sim um compromisso pessoal e emocional com a comunidade. Além disso, a lealdade à civilização e a participação ativa na comunidade são associadas à ideia de que os cidadãos são

"homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum". Isso significa que a cidadania envolve não apenas os direitos e privilégios que os cidadãos desfrutam, mas também a responsabilidade de respeitar e obedecer às leis que regem a sociedade.

Nesse sentido, relacionar os direitos fundamentais e a cidadania é vital para a construção de um ambiente em que os indivíduos possam exercer plenamente sua dignidade e participar ativamente na vida social, política e econômica. Não podemos considerar que a conquista da cidadania se limite apenas a aspectos jurídicos, como a obtenção de documentos de identificação. Envolve também a possibilidade de participar em processos democráticos, como eleições e debates públicos, bem como a busca de oportunidades educacionais, de trabalho e de bem-estar. Portanto, a cidadania não é apenas um status legal, mas um estado de participação e pertencimento.

Os direitos fundamentais são a base sobre a qual a cidadania é construída. Sem o reconhecimento e a proteção desses direitos, os indivíduos não podem participar plenamente da sociedade como cidadãos ativos e engajados, sendo assim a relação entre os direitos fundamentais e a conquista da cidadania é intrínseca e recíproca. Da mesma forma, a cidadania amplia a aplicabilidade dos direitos fundamentais. Ser cidadão não significa apenas ter direitos, mas também o dever de respeitar os direitos dos outros e contribuir para o bem comum.

Para Torres (2009), a participação ativa na vida política e social de uma nação só é possível quando os direitos fundamentais são garantidos e promovidos. Outro ponto a ser discutido é a respeito do mínimo existencial que representa não somente ao mínimo vital (para sobrevivência) mas abrange as condições que vão além, assegurando o mínimo de inserção na vida social. Neste sentido, Torres (2009, p. 39) afirma que “O direito às condições mínimas de existência digna constitui o conteúdo essencial dos direitos da liberdade, ou direitos humanos, ou direitos individuais ou direitos naturais, formas diferentes de expressar a mesma realidade”.

Nesse íterim, resta compreender que os direitos fundamentais e a cidadania são os alicerces de uma sociedade justa, inclusiva e democrática. A interdependência entre esses dois conceitos ressalta a importância de proteger e promover os direitos de todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou posição na sociedade.

Na próxima seção, exploraremos como a Educação desempenha um papel fundamental na construção do sujeito como parte integrante da prática social. Investigaremos de que maneira a Educação pode moldar a formação do indivíduo e, por conseguinte, influenciar diretamente na construção de uma cidadania ativa e participativa.

3 EDUCAÇÃO E PRÁTICA SOCIAL: a construção do sujeito em relação com o outro

A educação desempenha um papel fundamental na prática social, influenciando tanto o desenvolvimento individual, como também as dinâmicas coletivas e a estrutura de uma sociedade. Por meio da transmissão de conhecimentos, valores e habilidades, a educação contribui para a formação de cidadãos capazes de participar ativamente na vida social. Além disso, atua como agente modelador das normas e práticas sociais, constituindo as percepções e comportamentos coletivos, muitos fundamentais para vivência coletiva. Ao promover a compreensão mútua, a empatia e a consciência social, a educação desencadeia um impacto transformador na interação entre os indivíduos e na construção de uma sociedade justa e solidária. Nesse contexto, a interconexão entre educação e prática social destaca-se como um elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades. Nesta seção, apresentamos a Educação como processo e prática social que tem entre seus propósitos a construção do sujeito em relação ao outro.

3.1 Educação: em busca de um conceito

A educação é um tema intrinsecamente ligado ao desenvolvimento humano e a evolução das sociedades ao longo da história. A definição de educação transcende a mera transmissão de conhecimento. Ela abrange um processo amplo e contínuo de desenvolvimento pessoal e social, envolvendo não apenas a aquisição de informações, mas também a formação de valores, habilidades e atitudes. A educação é um fenômeno multifacetado que ocorre em diferentes contextos, como instituições formais, ambientes familiares e interações cotidianas (Saviani, 2013).

Para Saviani (2013) a educação pode ser realizada de três modelos: educação escolar, educação difusa e educação popular. Para o autor:

[...] A educação escolar corresponde à cultura erudita. Rege-se pelos padrões eruditos, sua finalidade é formar o homem “culto” no sentido erudito da palavra, seu conteúdo e sua forma são eruditos; é, enfim, o principal meio de difusão da “cultura erudita. Aquilo que estamos chamando, na falta de uma expressão mais adequada, de “educação difusa”, corresponde à “cultura de massa”. Participa praticamente de todas as características da referida “cultura” de tal modo que se pode mesmo dizer que se identifica com ela. Seu principal instrumento de difusão são os meios de comunicação de massa. Enfim, a educação popular corresponde à “cultura popular” (Saviani, 2013, p. 82).

Segundo o autor, na cultura popular, educação e cultura se identificam e se fundem na educação assistemática onde as culturas se entrecruzam e possibilitam a formação de novas culturas.

Brandão (1981) destaca o papel significativo da educação no processo de concepção e formação de diferentes tipos de indivíduos. Além de contribuir para o desenvolvimento do pensamento, a educação desempenha um papel ativo na criação desses tipos de pessoas, transmitindo o conhecimento que os constitui e legitima influenciando a produção de crenças, ideias, qualificações e especializações, que estão envolvidas nas trocas de símbolos, bens e poderes. Esses elementos em conjunto, contribuem para a construção de tipos específicos de sociedades. A força da educação reside, assim, na sua capacidade de moldar não apenas indivíduos, mas também as dinâmicas e características de comunidades e sociedades como um todo.

Nesse sentido, Freire (2001, p. 12) declara que,

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza “não apenas *saber que vivia* mas *saber que sabia* e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (grifos do autor)

Ou seja, a educação é uma necessidade contínua, não impulsionada por uma ideologia específica, posição política ou interesse econômico. Portanto, a educação é vista como uma resposta natural à condição humana, uma busca constante de conhecimento e desenvolvimento impulsionada pela consciência de que há sempre mais a aprender e explorar. Essa interpretação destaca a importância da educação como um processo intrínseco à existência humana, independentemente de contingências externas, uma vez que “[...] o homem é, pois, um ser situado. [...] E esta é uma condição necessária de possibilidade de existência humana” (Saviani, 2013, p. 40).

E neste sentido, como propósito, a educação visa o desenvolvimento integral do indivíduo, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais e sociais. O que “[...] significa tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens (Saviani, 2013, p. 41). Ela proporciona ferramentas para a autorreflexão, estimula a criatividade e promove a autonomia. Com relação a participação social, ao criar cidadãos informados e engajados, a educação contribui para a formação de uma sociedade

ativa e democrática. O acesso ao conhecimento capacita os indivíduos a participarem construtivamente no processo social e político. E como transformação social, a educação é uma força transformadora nas sociedades. Ao cultivar valores éticos e promover a compreensão intercultural, ela desempenha um papel crucial na construção de comunidades mais justas e inclusivas.

Assim, vemos que o conceito de educação é intrincado e dinâmico, refletindo a complexidade das interações humanas e as demandas de uma sociedade em constante evolução.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem (Brandão, 1981, p.10-11).

Reconhecer as diferentes dimensões da educação e seus propósitos permite uma compreensão mais abrangente de seu impacto na formação de indivíduos e na construção de um futuro coletivo promissor. Destaca-se que, ao buscar alcançar os objetivos da educação, é fundamental reconhecer a necessidade de designar espaços, sejam eles físicos ou não. Assim, surgem os ambientes educativos nos quais ocorrem a Educação Formal, Informal e Não-formal, como será explicado a seguir.

3.1.1 Educação formal, informal e não-formal

Ao falar em Educação e prática social, não podemos deixar de citar os diversos espaços educativos, e conseqüentemente a educação exercida em cada um, que são: espaços formais, informais e não formais.

A configuração dos espaços formativos na educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral dos indivíduos ao longo de suas vidas. A diversidade de ambientes onde ocorre o processo educativo reflete a complexidade e a abrangência desse fenômeno. Seja nos tradicionais ambientes formais, como salas de aula, nos contextos informais de aprendizado encontrados no cotidiano, ou nos variados espaços não formais que permeiam a sociedade, a interação educacional manifesta-se de maneiras diversas, ou mesmo categorias.

Trilla, Gros, López e Martin (2011 *apud* Severo, 2019, p. 104) esclarecem que:

essas categorias podem ser aplicadas segundo critérios distintos, como com relação ao conteúdo, procedimentos metodológicos, espaços e objetivos das práticas educativas, embora concordem que os critérios que demarcam com maior precisão as fronteiras entre as mesmas podem ser o da diferenciação e o da especificidade.

Com base nesta análise, exploraremos como a Educação Formal, Informal e Não-formal se entrelaçam e se manifestam nos diferentes espaços, destacando a importância singular de cada modalidade na formação dos indivíduos.

Nos espaços formais, em que é exercida a Educação Formal, esta ocorre, necessariamente, no espaço escolar e é amparada pelas regras e normas impostas pela sociedade. De acordo com Santos (2015), neste ambiente, a educação é metódica, segue um currículo, divide-se em disciplinas e, principalmente no Ensino Básico, se divide também por faixa etária. De modo geral, pode-se afirmar que a educação formal tem como preocupação principal o aprender a conhecer muito mais do que aprender a fazer.

Brandão (1981, p. 11) esclarece que:

O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor [...]

Salienta-se a que concepção de Brandão (1981) destaca o conceito de ensino formal como um estágio específico em que a educação segue as diretrizes da pedagogia, que é a teoria da educação. A menção à escola, ao aluno e ao professor indica a estrutura típica do ambiente educacional formal, onde esses elementos essenciais se manifestam. Percebemos que o ensino formal é caracterizado por uma organização mais sistemática e institucionalizada, contrastando com formas mais informais ou não formais de educação.

Já com relação a Educação não formal e informal, estas complementam a educação formal porém são distintas nos seus ambientes e métodos de aplicabilidade. Sendo que a Educação não formal, geralmente ocorre em espaços coletivos e mediante compartilhamento de experiências e informações, sendo seu objetivo o de estimular e promover o conhecimento de modo geral (sociedade, relações humanas, etc.) envolvendo os indivíduos participantes e suas relações sociais.

Gaspar (1993 *apud* Santos, 2015, p. 5) complementa,

A educação formal, escolar, tem sido complementada ou acrescida de uma educação não-formal e informal, extra-escolar, que tem de certa forma oferecido à sociedade o que a escola não pode oferecer. É o caso, entre muito outros, dos livros de divulgação científica e dos meios de comunicação através de revistas, jornais, rádio e televisão.

Pode-se afirmar que a educação não formal se distingue da educação formal por ocorrer em ambientes não institucionalizados (fora da escola). Por exemplo, uma aula de história realizada em um museu é um exemplo de educação não formal. Dessa forma, espaços interativos, como laboratórios, também podem ser considerados locais onde esse tipo de educação pode ocorrer.

E por fim a educação informal que ocorre desde tenra infância no seio familiar, onde o indivíduo em seu primeiro espaço de sociabilização, aprende e desenvolve hábitos, atitudes bem como concebe suas características culturais. A aprendizagem que ocorre fora das estruturas formais, conhecida como educação informal, é igualmente significativa. Essa dimensão engloba experiências de vida, interações sociais e a absorção de conhecimento através da observação e da prática.

Libâneo (2010, p.31) afirma que,

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas.

A partir da visão de Libâneo (2010) podemos considerar que a educação informal como um processo que ocorre de maneira não intencional e não organizada é moldada pelas interações dos indivíduos e grupos com seu meio ambiente, contexto sociocultural e outros elementos circundantes. Essa forma de educação é influenciada pelas suas vivências e experiências bem como pelas relações informais entre as pessoas. O contraste é feito em relação à educação formal, pois na educação informal não há uma instituição específica envolvida, nem uma intenção organizada por trás dessas experiências educativas. Esse tipo de aprendizado destaca a importância das interações sociais e do ambiente circundante na formação das pessoas, fora do contexto estruturado de instituições educacionais convencionais o que não deixa de ter sua devida importância dentro de uma prática social.

A educação desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo como agente ativo na sociedade. Ao se envolver em processos educacionais, o sujeito não apenas adquire conhecimento, mas também desenvolve habilidades, valores e atitudes que o

capacitam a participar de maneira significativa na prática social. Através da educação, os indivíduos são capacitados a compreender e analisar criticamente questões sociais, a colaborar em projetos coletivos e a contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. Além disso, a educação promove o fortalecimento dos laços sociais e a construção de identidades coletivas, permitindo que os indivíduos se reconheçam como membros ativos e responsáveis da sociedade em que vivem. Assim, a educação não apenas transmite conhecimentos, mas também capacita os indivíduos a participarem ativamente da prática social, promovendo o desenvolvimento pessoal e coletivo promovendo a construção do sujeito em relação com o outro como veremos a seguir.

3.2 Prática social: a construção do sujeito em relação com o outro

A prática social desempenha um papel fundamental na construção do sujeito, moldando sua identidade e influenciando seu desenvolvimento ao longo da vida. Este fenômeno destaca a importância das interações sociais e das relações interpessoais na formação de indivíduos dentro de uma sociedade.

Jolly *et al* (2011, p. 95) afirmam que:

[...] práticas sociais são as atividades que envolvem pessoas a partir de um movimento complexo e dinâmico, em que o simples contato é ultrapassado em favor de um relacionamento que atenda aos diferentes sujeitos em seus objetivos e estilos de vida, oferecendo condições para o “ser mais” de cada um, rompendo limites e construindo relações onde o respeito, a ajuda mútua e a colaboração sejam fortes componentes.

A construção do sujeito em relação com o outro ocorre através de um processo dinâmico de trocas e interações no contexto social. A partir do momento em que nascemos, somos inseridos em um ambiente social que nos apresenta uma série de práticas e normas. Aprendemos a nos posicionar, a entender o mundo ao nosso redor e a internalizar valores e crenças por meio dessas interações.

Nesse sentido, Jolly *et al* (2011, p.95) ainda complementam afirmando que:

Por “prática social” entendemos atividades que demandam iniciativa própria de seus sujeitos, tornando-os construtores de sua própria história, que se dá com os outros e no mundo. As práticas sociais desenvolvem-se no interior de grupos e de instituições, buscando produzir bens, transmitir valores e significados. Para pesquisar os processos educativos decorrentes da prática musical e do jogo de futebol - práticas sociais que serão relatadas a seguir - a convivência mostrou-se fundamental.

Deste modo, as práticas sociais abrangem uma variedade de contextos, incluindo a família, a escola, o trabalho e a comunidade. Cada um desses ambientes oferece oportunidades únicas para a construção do sujeito. Na família, por exemplo, as relações afetivas e os modelos de comportamento moldam as primeiras percepções do indivíduo sobre si mesmo e sobre os outros. Na escola, as interações com colegas e professores contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e emocionais.

Além disso, a prática social não se limita apenas às interações presenciais. A era digital trouxe novas formas de interação, permitindo que as pessoas se conectem e construam suas identidades através das redes sociais e outras plataformas online. Essa ampliação do âmbito social também influencia significativamente a formação do sujeito.

Araújo (2018) afirma acerca da importância das práticas sociais na formação das identidades individuais e na constituição do sujeito. Ela ressalta que a construção da identidade não ocorre de maneira solitária ou isolada, indicando que as interações sociais são cruciais para o desenvolvimento humano. Para Araújo (2018) a expressão "práticas sociais" refere-se às atividades e interações que acontecem no contexto social, como normas culturais, comportamentos coletivos, relações interpessoais e participação em grupos sociais. A ideia é que essas práticas moldam as percepções de si mesmo e dos outros, contribuindo para a formação da identidade de cada indivíduo e esta interação constante com diferentes contextos sociais contribui para a complexidade e singularidade das identidades individuais.

No entanto, é importante notar que a construção do sujeito em relação com o outro não é um processo unilateral. O indivíduo não apenas absorve passivamente as influências sociais, mas também contribui ativamente para a criação e recriação das práticas sociais. A construção da identidade é um processo interativo, onde o sujeito influencia e é influenciado pelo meio social.

Em síntese ao que se discutiu neste item, podemos dizer que a prática social desempenha um papel essencial na formação do sujeito, conectando-o com o ambiente que o cerca e moldando sua identidade por meio de interações e experiências compartilhadas. A compreensão desse processo é crucial para uma visão abrangente do desenvolvimento humano e das complexas relações que constituem a vida em sociedade bem como no processo educativo e o modo como ele pode transformar a realidade tal qual analisaremos a seguir.

3.3 Educação e prática social: intencionalidade transformadora da realidade

A relação entre educação e prática social é intrinsecamente vinculada à intencionalidade transformadora da realidade. Conforme Brandão (1981) a educação não é

apenas um meio de transmitir conhecimentos, mas também uma força capaz de moldar e transformar a sociedade. A intencionalidade transformadora refere-se à capacidade da educação de promover mudanças significativas nas estruturas sociais, nos valores culturais e nas condições de vida das pessoas.

A prática social, entendida como as interações e atividades que ocorrem na sociedade, é fundamental para a concretização dessa intencionalidade transformadora. A educação, ao ser integrada nas práticas sociais, não apenas reflete a realidade existente, mas busca ativamente transformá-la para melhor. Este processo envolve não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes que capacitam os indivíduos a agirem de maneira crítica e construtiva em suas comunidades.

A intencionalidade transformadora da educação é evidente em diversos níveis. No âmbito individual, a educação visa capacitar as pessoas a compreenderem o mundo ao seu redor, a desenvolverem suas habilidades e a construir uma visão crítica da realidade. Essa capacitação individual, por sua vez, contribui para a transformação social à medida que os indivíduos se tornam agentes de mudança em suas comunidades.

Porém, conforme Araújo (2018), a educação poderá sofrer variações em diferentes sociedades, indicando que as práticas educativas são moldadas pelos interesses prevalentes em cada contexto social específico. A expressão "em acordo com os interesses justapostos a essa" (Araújo, 2018, p.14) sugere que os sistemas educacionais não são universais, mas sim adaptados aos valores e objetivos particulares de cada sociedade. Além disso, ainda há os interesses subjacentes à educação e que estão ligados diretamente ao tipo de indivíduos que a sociedade deseja formar por meio deste processo educativo.

Ao destacar que os interesses implicam "sobretudo, no tipo de pessoas que se deseja gerar mediante o processo educativo" (Araújo, 2018, p.14), o autor ressalta a dimensão formativa da educação ao qual sugere que os objetivos educacionais não estão apenas relacionados à transmissão de conhecimentos, mas também à criação de determinado perfil de cidadãos ou membros da sociedade. Isso implica que a educação desempenha um papel fundamental na formação de valores, habilidades e características desejadas pela sociedade em questão.

Em um contexto mais amplo, a educação pode influenciar e moldar as estruturas sociais ao desafiar normas injustas, promover a inclusão, e fornecer oportunidades iguais para todos. A intencionalidade transformadora da educação também se manifesta na busca por uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, onde a educação desempenha um papel central na construção de cidadãos conscientes e responsáveis (Araújo, 2018).

No entanto, para que a educação exerça sua intencionalidade transformadora, é necessário que haja uma abordagem consciente e reflexiva por parte dos educadores, das instituições educacionais e da sociedade como um todo. Isso implica em reconhecer e enfrentar desafios, como desigualdades educacionais, exclusão social e preconceitos, e adotar práticas educacionais que promovam a participação ativa, o pensamento crítico e a responsabilidade social.

Moura (2019, p.121) afirma a respeito da educação como prática legítima,

Enquanto prática socialmente legitimada, a educação ocorre de diversas formas e em infinitas situações operando sobre a vida humana de forma invisível, porém, não imperceptível. Sem, necessariamente, usar a palavra educação contínua e cotidianamente participamos de rituais sociais cuja finalidade é inserir as gerações mais jovens “no mundo dos adultos”. Na medida em que estamos vivos, estamos inseridos em infinitas teias de relações cotidianas nas quais, ao mesmo tempo em que aprendemos a respeito de nós mesmos, também criamos o mundo, a sociedade.

Observamos que a interação entre educação e prática social é um elemento vital para a concretização da intencionalidade transformadora da educação. Ao integrar-se nas práticas sociais, a educação torna-se um poderoso instrumento para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, capacitando os indivíduos a serem agentes de mudança em seus contextos sociais e promovendo transformações significativas na realidade. E para evidenciarmos esses elementos, apresentaremos na próxima seção um pouco da história de vida da líder comunitária Francisca Barbosa, ao qual ela relata detalhadamente como esses processos educativos ocorrem dentro da comunidade e a partir de qual pressuposto.

Na próxima seção apresentamos como uma líder comunitária, buscou construir e promover a cidadania garantindo os direitos fundamentais basilares, que mesmo sendo uma garantia para todos os cidadãos ainda está muito aquém do que realmente se espera. Tais ações foram possíveis graças à parceria com a comunidade, no intuito de tornar-se ponto de resistência no que se refere ao descaso por parte do Estado.

4 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DA LÍDER COMUNITÁRIA FRANCISCA BARBOSA

Nas seções anteriores, foram abordados conceitos fundamentais de Liderança Comunitária e Direitos e Garantias Fundamentais. Além disso, exploramos a relação entre os processos educativos e a construção da cidadania. Essa análise teórica visa estabelecer bases sólidas para a proposta de pesquisa, oferecendo uma compreensão mais profunda das vivências e experiências da líder comunitária Francisca. Destacamos, assim, como sua trajetória e seu engajamento na comunidade Terra do Sol e região contribuem significativamente para fomentar o desenvolvimento social e promover a cidadania entre os residentes locais.

Iniciamos esta seção aprestando a distinção entre vivências e experiências; posteriormente trazemos ao debate nosso entendimento acerca da educação e prática social, explorando suas potencialidades que nos possibilitaram e orientaram a coleta da narrativa da líder Francisca Barbosa.

4.1 Entre Vivências e Experiências: distinções necessárias

Embora esses termos possam parecer intercambiáveis à primeira vista, uma análise mais profunda revela diferenças sutis que desempenham um papel significativo em como percebemos, compreendemos e assimilamos o mundo ao nosso redor. A vida é um percurso repleto de momentos, encontros e desafios que contribuem para nosso crescimento pessoal e esses dois termos são utilizados frequentemente para descrever esses aprendizados caracterizando-os como "vivências" e "experiências".

Primeiramente, vamos conceituar os termos “vivências” e “experiências” em separado para termos uma melhor clareza nas suas distinções, e neste caso, iniciamos com o conceito de “vivências” ao qual, de acordo com Ribeiro Júnior (1991, p. 26) são “imanentes à consciência, fundando-se na visão intelectual, mediante às quais o sujeito contempla o objeto de forma originária”.

Nesse sentido, podemos observar que as vivências se referem às situações ou eventos que ocorrem em nossas vidas de forma passiva e são, muitas vezes, imprevisíveis e fora do nosso controle. Por exemplo, a perda de um ente querido, uma doença súbita ou um desastre natural são vivências que não escolhemos vivenciar. No entanto, esses saberes podem ser profundamente impactantes e moldar nosso caráter, nossa perspectiva de mundo e nossos

valores. As vivências são muitas vezes vistas como elementos que nos são impostos e que desafiam nossa capacidade de adaptação.

Cardoso (2007, p. 45) complementa a ideia afirmando que,

[...] as vivências se dão de modo processual, estão em movimento, tais como a perspectiva de um caleidoscópio, cuja alteração em um de seus componentes afeta o todo. Sua importância reside na constituição da subjetividade do homem e, conseqüentemente, na sua relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo, pois trata-se de um elemento fundamental do ser humano na sua estruturação de mundo.

Por outro lado, a “experiência” centra-se em situações nas quais escolhemos ativamente participar ou buscar. Boff (2002, p. 39 - grifos do autor) define que experiência como sendo “a ciência ou o conhecimento (*ciência*) que o ser humano adquire quando sai de si mesmo (*ex*) e procura compreender um objeto por todos os lados (*peri*)”. Elas envolvem um nível de intenção, planejamento e ação por parte do indivíduo. Por exemplo, viajar para um país estrangeiro, ingressar em uma nova profissão, iniciar um relacionamento ou aprender uma nova habilidade são experiências que buscamos deliberadamente.

Bondía (2002, p. 26) afirmar que,

O saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. De fato, a experiência é uma espécie de mediação entre ambos. É importante, porém, ter presente que, do ponto de vista da experiência, nem “conhecimento” nem “vida” significam o que significam habitualmente.

As experiências podem ser uma forma de enriquecimento pessoal, crescimento e autoconhecimento e nos proporcionam oportunidades para expandir nossos horizontes, desenvolver novas habilidades e criar memórias.

Uma distinção importante entre vivências e experiências é a maneira como as processamos emocionalmente e intelectualmente. Vivências tendem a ser reações emocionais imediatas a eventos, enquanto experiências podem envolver reflexão, aprendizado e adaptação ao longo do tempo. No entanto, ambas têm o potencial de nos transformar, pois cada uma contribui para a nossa narrativa de vida e para a construção da nossa identidade.

Cardoso (2007, p. 49) resume bem essas distinções:

[...] a vivência pode ser entendida como a ressonância ou o impacto que se dá na subjetividade da pessoa a partir da interação entre a consciência e a realidade. É pré-reflexiva, no sentido de ser anterior a qualquer elaboração racional, referindo-se, por conseguinte, ao nível do imediato. Diferentemente, a experiência implica um juízo, uma reflexão, um elemento cognitivo mais forte que a vivência não possui. Entretanto, a vivência é um elemento constitutivo da experiência, sem a qual não há experiência, mas um mero conhe-

cimento intelectual, enquanto reprodução irrefletida da realidade. Nesse sentido, a experiência diz respeito, então, à incorporação dos conhecimentos adquiridos a partir da elaboração da vivência.

Cardoso (2007) destaca a importância da vivência como um componente essencial da experiência genuína, em contraste com o simples conhecimento intelectual que ocorre quando a vivência está ausente ou não é refletida. Deste modo, a vivência é crucial para uma experiência genuína e profunda. Sem vivência, o que resta é apenas um conhecimento intelectual superficial e uma reprodução mecânica da realidade. Portanto, para realmente entender e apreciar algo, é necessário envolver-se ativamente e viver a experiência, em vez de apenas adquirir conhecimento de forma passiva (Cardoso, 2007).

Assim sendo, as diferenças entre vivências e experiências são nuances que desempenham um papel crucial em nossa jornada pessoal. As vivências, muitas vezes, nos desafiam e testam nossa resiliência, enquanto as experiências são oportunidades que escolhemos para enriquecer nossas vidas. Ambas são componentes essenciais da construção de quem somos e do nosso entendimento do mundo. Portanto, é importante reconhecer e valorizar ambas as dimensões, pois elas se entrelaçam para moldar a existência humana. Existência essa capaz de ser contada, ressignificada pelo tempo e pela memória.

4.2 A vida de Francisca

A trajetória de vida da líder comunitária Francisca assemelha-se à de muitas mulheres e mães, porém é marcada por um compromisso singular com o bem-estar e desenvolvimento da comunidade que serve. A sua história nos auxilia a compreender como, quando e por que ela se tornou líder comunitária na Comunidade Terra do Sol e adjacências que, no anseio por melhores condições para sua família, não se eximiu, nem se exime, de envidar esforços nessa luta constante.

A Francisca inicia sua jornada com uma forte conexão com a comunidade, motivadas pelo desejo de fazer a diferença e criar um impacto positivo. Ao longo do tempo, enfrentou e ainda enfrenta desafios, superando obstáculos e demonstrando uma resiliência admirável diante das adversidades.

Francisca nasceu na Paraíba, porém, ainda jovem, foi morar cidade de Rondon, Estado do Pará, que fica cerca de 1.500km de Aparecida de Goiânia, onde se casou, teve cinco filhos e em decorrência do desemprego do marido veio tentar melhores condições de vida em Goiânia já em meados de 2003. Ao chegar, ambos conseguiram emprego, porém, ela engravidou novamente e teve inúmeros problemas de saúde e só quase ao final da gestação

descobriu que se tratava de uma criança com microcefalia. Por não conseguir desempenhar suas funções dentro da empresa, saiu do emprego ficando apenas o marido como responsável por prover o sustento da família já com 6 filhos, incluindo uma criança com deficiência, o que tornou tudo muito mais difícil.

Pouco tempo depois, o marido de Francisca também ficou desempregado e temendo ter que morar na rua ela aceitou o convite de uma pessoa que indicou o “lixão de Aparecida”¹ (como era chamado na época) para ela residir e utilizar como fonte de renda, pois neste local haviam muitos moradores que tiravam dali o próprio sustento seja por meio dos materiais recicláveis seja pelo reaproveitamento de itens descartados e até mesmo alimentos. Uma pessoa cedeu uma chácara que ficava nos fundos do “lixão” e ela juntamente com os filhos e marido tentavam ter acesso aos materiais que eram descartados pelos caminhões da coleta de lixo da cidade. Enfrentaram preconceito, conflitos entre os moradores mais antigos, tudo em nome da sobrevivência.

Durante esse período, um fato marcou a vida de Francisca, mudando drasticamente seu modo de como enfrentar as adversidades cotidianas: ela presenciou o assassinato de uma mulher pelo próprio marido. Ao relembrar o fato, Francisca relata que dias antes, essa mulher lhe pediu ajuda, posto ser ameaçada pelo marido constantemente. Por não saber como lidar com a situação, apenas orientou que procurasse ajuda policial. Esse episódio foi crucial para que Francisca tomasse uma atitude na vida: organizou e convocou uma reunião só com as mulheres que residiam no “lixão”, e pediu para que as mulheres pudessem se unir em prol umas das outras e evitar mais assassinatos ou outros crimes contra as mulheres. A partir daí, juntamente com outras voluntárias, elas construíram, com materiais recicláveis e de demolição, uma espécie de escolinha onde, na época, acolhia cerca de 20 crianças para que os pais pudessem trabalhar e ter um local seguro e longe da criminalidade.

No final de 2012, início de 2013, o “lixão” foi desativado e interditado, fazendo com que algumas famílias fossem obrigadas a terem que sair daquele local. Para que as famílias não ficassem desassistidas, a época, a prefeitura da cidade de Aparecida de Goiânia forneceu moradia para as famílias que residiam naquele local, mas deveria cumprir alguns requisitos

¹ O nome “lixão” passou a não ser mais utilizado a partir do momento em que foi desativado em agosto de 2010. Neste período foi criada a Lei Nº 12.305 ao qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que tinha como objetivo viabilizar o enfrentamento acerca de problemas ambientais, sociais e econômicos derivados do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Nessa Política, foram desativadas alguns “lixões” com o propósito aumentar e incentivar a reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos. A PNRS acaba por criar metas importantes que visam contribuir à eficaz eliminação dos chamados “lixões” e institui ferramentas de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal, além de determinar que Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos sejam criados pelos particulares. (Andrade, 2015).

como residir há mais de 5 anos. E para outras famílias que não conseguiam comprovar esse tempo ou mesmo tinham mais de 5 membros na família, estes foram contratados para realizar trabalho mediante contrato na própria prefeitura, neste caso, como a maioria tinha baixa escolaridade boa parte foi contratada para trabalhar na limpeza pública como gari. Nesse momento, Francisca por ter mais de 6 filhos (ela engravidou novamente passando a ter um total de 10 filhos) e continuou residindo naquele mesmo local assim como outras famílias.

Assim que eles se instalaram naquela localidade, posteriormente o local passou a se chamar “Terra do Sol”, Francisca juntamente com seu esposo criou o projeto intitulado: “Ação Social com a família” que tinha como objetivo auxiliar a todos que estavam residindo ali desde alimentos a materiais de construção. O projeto infelizmente não teve progresso e segundo ela algumas pessoas que tinham intenção de ajudar acabou aproveitando da situação e por inexperiência tiveram inúmeros prejuízos e transtornos.

No ano seguinte, com mais experiência e motivada em melhorar as condições de vida daquela comunidade, Francisca criou outro projeto com o título: “Projeto Levando Amor” e a partir dele outros projetos foram criados, como: “Adote uma família e dê um lar digno de se morar” que tem como objetivo a construção de moradias para as famílias que ainda viviam em barracos feitos de lona ou madeira, depois criou o projeto: “Fazer o bem sem olhar a quem” que tem como propósito cuidar dos idosos, principalmente os que estão enfermos.

Vimos que o trabalho desenvolvido pela líder comunitária Francisca foi e ainda é necessário para aquela comunidade pois ela, através de muita persistência e garra conseguiu conquistar aos poucos melhorias de condições de vida para a comunidade Terra do Sol e adjacências. Relembrando Bento; Ribeiro (2013, p. 13), “[...] liderar é a capacidade de influenciar outros de modo a que se atinjam os objetivos definidos de uma maneira voluntária e consciente” percebemos que a Francisca tem plena capacidade de afetar o comportamento, as ações e as decisões dos moradores da comunidade, pois ela serve de inspiração aos outros a seguir voluntariamente, conscientemente e de forma engajada. Isso significa que as pessoas sob a liderança de alguém estão dispostas a seguir essa liderança porque acreditam nas metas e na visão do líder, não porque são forçadas a fazê-lo e neste caso, os benefícios alcançados são para todos indistintamente.

A seguir, veremos como as ações promovidas pela líder Francisca contribuem para o desenvolvimento social na comunidade que, ainda que parcialmente, conseguiu minimizar as mazelas sofridas por aqueles indivíduos residentes na localidade. Com a finalidade didática de dar voz a líder comunitária, os trechos de suas falas serão grafados no estilo itálico.

4.3 Desenvolvimento social na comunidade: uma experiência prática

O desenvolvimento social em uma comunidade pode ser alcançado por meio de diversas estratégias e experiências práticas que promovem o bem-estar e a qualidade de vida dos seus membros. Neste sentido, vamos explorar como o desenvolvimento social pode ser alcançado por meio de uma abordagem prática, baseado na participação ativa da comunidade juntamente com a liderança comunitária da Francisca e sua equipe.

Inicialmente, é fundamental compreender que o desenvolvimento social não se limita apenas a melhorar as condições econômicas de uma comunidade, mas também envolve o fortalecimento das relações sociais, o acesso a serviços básicos de qualidade e a promoção da igualdade de oportunidades para todos os seus habitantes.

Além da liderança de Francisca, percebemos a participação ativa da comunidade, isso significa que os próprios moradores desempenham um papel fundamental na definição de prioridades, na implementação de projetos e na avaliação dos resultados. Marshall (1967, p. 62) afirma que “há uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade, - ou como diria de cidadania”. A participação ativa cria um senso de propriedade e responsabilidade, o que aumenta a probabilidade de sucesso das iniciativas de desenvolvimento social.

Um dos aspectos mais importantes desse processo é o fortalecimento das redes sociais, ou seja, a utilização de plataformas tecnológicas cuja finalidade é o compartilhamento de informações entre indivíduos. Quando as pessoas se envolvem em projetos comuns, elas têm a oportunidade de construir laços mais fortes e desenvolver um senso de solidariedade. Isso não apenas melhora o bem-estar social, mas também promove a resiliência da comunidade diante de desafios futuros e mediante a divulgação via redes sociais e também por meio de noticiários, que a comunidade ganhou visibilidade e consequentemente obteve mais doações, apoios, assistências tanto do poder público quanto de entidades privadas. Através também das redes sociais que eles conseguiram adquirir fundos para construção e adequação do espaço que hoje é utilizado como creche na comunidade, tal qual Francisca relata:

Com muita luta conseguimos fazer o primeiro piso, o primeiro piso da escolinha (creche) não demos conta aí fomos para as redes sociais pedir ajuda e tudo mais, logo depois veio a Live do Gustavo Lima em 2020, foi o que deu esse tapa todo aqui. Primeiro não conseguimos receber da live do Gustavo Lima 100% nós recebemos em torno de 270, 280.000 em comida. E em de material para construção da escolinha que foi o acabamento que temos aqui, o piso, foi com esse. Não recebemos valores nós recebemos um material de construção para creche e para construção de 23 casas foi isso que nós recebemos com a arrecadação da Live do Gustavo Lima e foi isso que nós fizemos. De acordo foi chegando o material a gente foi dando essa

cara linda que tá na escolinha e ajudando os amigos que a escolha da escolinha não foi eu que decidi eu sentei com a equipe do Gustavo Lima e a gente decidiu junto. Com relação a escolha das famílias foram selecionadas também pela equipe do Gustavo Lima então assim teve todo um acompanhamento durante e depois da construção até a entrega por parte da equipe da equipe dele né então assim foi, foi apenas a metade, sim, mas foi uma coisa que ajudou e muito né até hoje quando eles fazem show o alimento vem para nós né, não é suficiente porque a quantidade de pessoas né pela quantidade de comida que é servida na escolinha mas sempre que vem dá um empurrãozinho muito bom.

Outro aspecto relevante no desenvolvimento social na comunidade é a promoção da inclusão social e busca pela redução das desigualdades. É importante garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica, gênero, idade ou condição socioeconômica, tenham igualdade de oportunidades e acesso aos benefícios do desenvolvimento. Portanto, investir em iniciativas de desenvolvimento social na comunidade é fundamental para construir um futuro mais justo e equitativo para todos.

Assim, veremos a seguir quais são direitos fundamentais sociais básicos segundo o que dispõe o artigo 6º², da Constituição Federal de 1988 e como essas ações realizadas pela líder Francisca buscam ou pelo menos tentam, promovê-los dentro da comunidade.

No que concerne a **saúde**, este é uma componente essencial para o desenvolvimento social, pois pessoas saudáveis são mais produtivas e têm uma melhor qualidade de vida. Investimentos em sistemas de saúde acessíveis e eficientes são cruciais para garantir que a população tenha acesso a cuidados médicos adequados. Deste modo, vemos que para que a saúde esteja realmente protegida o indivíduo deve estar numa moradia digna, com segurança alimentar e educação de qualidade (Mayerle; Steffen, 2016, p.97).

Durante a narrativa, Francisca nos forneceu informação acerca do atendimento preventivo atribuído às crianças atendidas na creche: “*As nossas crianças estão acompanhadas porque temos amigos que são psicólogos, nós temos amigos que tem clínica de odonto, nós temos amigos que tem clínica de oftalmo*”. Já com relação aos atendimentos médicos periódicos aos adultos e idosos, ou até mesmo casos de urgência e emergência não obtivemos maiores informações. Esse fato nos leva a entender que o foco principal da líder Francisca seja o atendimento das crianças enquanto estão sob sua responsabilidade, e pelo fato de terem assistência preventiva minimiza-se outros problemas de saúde dessas crianças.

² Artigo 6º: São direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

Já a **alimentação** e a segurança alimentar são tópicos de extrema importância em todo o mundo, pois têm implicações diretas na saúde, bem-estar e desenvolvimento social das populações.

Sarlet; Marinoni; Mitidiero (2022, p. 1032) afirmam:

No tocante à eficácia do direito à alimentação, cumpre salientar que a sua intensidade normativa se verifica de modo contundente nas situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social, o que ocorre, por exemplo, em situações de subnutrição infantil, ainda hoje verificada em várias regiões do País. [...] é a dignidade e a vida de tais indivíduos que se encontram em situação de violação, dado ser a alimentação adequada elementar a tais direitos. Por tal razão, cabível o controle judicial de políticas públicas voltadas a assegurar aos indivíduos e grupos sociais vulneráveis o acesso à alimentação adequada, bem como, no limite, até mesmo a possibilidade de reconhecer posições subjetivas originárias. Com efeito, não se questiona seriamente que o direito à alimentação integra o conteúdo do *direito-garantia ao mínimo existencial*, integrando, por assim dizer, o núcleo intangível da dignidade da pessoa humana. (grifos do autor)

A insegurança alimentar está frequentemente associada à desigualdade social. Grupos marginalizados e vulneráveis têm maior probabilidade de enfrentar desafios na obtenção de alimentos nutritivos, o que pode agravar as disparidades sociais.

Na comunidade liderada pela Francisca, os moradores recebem esporadicamente doações de cestas básicas, porém ela alega que nos últimos anos essas doações cessaram um pouco causando angústia.

Alguns alimentos doados são destinados especificamente para o atendimento das crianças na creche, ao qual elas recebem 4 refeições (café da manhã, almoço, lanche e janta), e os bebês que ainda são alimentados com leite, sobre o fato Francisca pontua: *“são 36 litros de leite por dia de 3 em 3 horas são 72 mamadeirinha aqueles tem café da manhã eles têm um almoço aí os pequenininho tem almoço e tem a mamadeirinha à tarde eles têm a frutinha”*. E outros são destinados a algumas famílias previamente cadastradas pois segundo a Francisca, nem todos estão em dificuldades e eles priorizam quem está com a situação mais crítica.

Então eu tenho que me certificar se realmente vai para quem precisa quando a família é grande a gente acontece até de dar duas vezes para mesma família por exemplo uma mãe sozinha com 10 filhos, Você entendeu? a gente pensa nesse sentido aí às vezes alguém começou a falar: “ah deu duas para a mesma pessoa” mas você não sabe o histórico da família, eu sei, você não sabe e que situação aquela mãe vive com aqueles filhos, que eu sei.

A segurança alimentar desempenha um papel crítico no desenvolvimento social. Garantir que todas as pessoas tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis é

fundamental para promover a saúde, o bem-estar e o progresso das sociedades. A luta contra a fome, a desnutrição e a insegurança alimentar deve ser uma prioridade global, com esforços contínuos para tornar a alimentação segura e nutritiva uma realidade para todos.

A questão do **emprego e renda**, também fundamentais, já que o desemprego e o subemprego podem levar à pobreza e à marginalização social. Políticas que estimulem a criação de empregos dignos e a valorização do trabalho são essenciais para o desenvolvimento social. Dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de 2023, demonstram um crescimento de empregos formais, alcançando o patamar de 43 milhões de empregados, 705 mil vagas a mais que o ano de 2023. Porém, mesmo sendo um dado positivo, podemos verificar um crescimento também nos empregos informais. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua), em 2022, a média de trabalhadores sem carteira assinada foi de 12,9 milhões, um aumento de 14,9% em relação ao ano anterior. Fatores como a crise sócio-política e pandemia de Covid-19 podem ser considerados preponderantes para que esses números tenham crescido. Embora seja algo preocupante, alguns economistas veem como positivo o número de indivíduos na informalidade, porém, sabemos que as garantias trabalhistas não atingem essa classe de trabalhadores.

Neste sentido, ao nos relatar como é a comunidade e em quais setores opera, percebemos que para Francisca, suas lutas não centram-se apenas na promoção de melhores condições de vida, mas também de contribuir na formação dos jovens da comunidade, buscando cursos de qualificação e auxiliando até mesmo o primeiro emprego. Como se observa no relato:

Ajudamos cerca de 272 jovens e adolescentes no mercado de trabalho no qual a gente busca amigos que pagam o curso e amigos que acaba que meio que essas pessoas mesmo que patrocina o curso para nossos adolescentes, eles acabam sendo a pessoa que emprega, né, tipo é uma porta que se abre assim e que graças a Deus não tem fechado nem tem dado problema.

Ou seja, ao mesmo tempo que há uma preocupação com a condição de vida, com a segurança alimentar, há também uma atenção voltada a manutenção dessa família por meio da promoção de empregos.

Além de todos esses projetos desenvolvidos na comunidade, Francisca conseguiu parcerias com empresas para inserir jovens no mercado de trabalho onde alguns recebem curso de qualificação e já saem empregados. Outra parceria firmada foi com o SEST/SENAI, onde cerca de 42 mulheres fizeram curso de corte, costura e modelagem para trabalhar para

alguns lojistas do polo de vestuário da Região da rua 44 em Goiânia³ e deste modo, como as atividades ocorrem no período noturno no mesmo local onde funciona a creche no período diurno elas não necessitam deslocar-se das suas residências e obtém seus ganhos através das suas produções garantindo maior independência.

Com relação a **moradia**, percebemos que desenvolvimento social e moradia estão intrinsecamente ligados e desempenham papéis cruciais na qualidade de vida, bem-estar e progresso de indivíduos e comunidades. A moradia adequada é um dos pilares do desenvolvimento social, pois oferece estabilidade, segurança e um ambiente propício para o crescimento pessoal e comunitário.

Sarlet; Marinoni; Mitidiero (2022, p. 1037) reiteram que,

[...] o direito à moradia é um direito fundamental autônomo, de forte conteúdo existencial, considerado, por alguns, até mesmo um direito de personalidade (pelo menos naquilo em que vinculado à dignidade da pessoa humana e às condições para o pleno desenvolvimento da personalidade), não se confundindo com o direito à (e de) propriedade, já que se trata de direitos distintos.

Ou seja, o individuo tem ou deveria ter a garantia de moradia como fundamental a dignidade humana, porém o direito a propriedade daquele imóvel ao qual esteja residindo refere-se a uma conquista considerada como sendo um “pilar” para o desenvolvimento econômico e social.

Quanto às habitações na Comunidade Terra do Sol e áreas adjacentes (Bairro Continental e Buenos Aires), os residentes ainda não possuem a propriedade legal desses imóveis devido à natureza da ocupação, que é considerada ilegal. É evidente que muitos moradores já contam com residências estruturadas, feitas, por exemplo, de tijolos, uma condição substancialmente diferente da época inicial, no início dos anos 2000, quando as moradias eram construídas apenas com lona e materiais recicláveis. Ao longo do tempo, e com o apoio de doações, os moradores se uniram de maneira cooperativa para construir habitações mais adequadas e dignas.

Observamos que a líder Francisca desempenha um papel bastante ativo no contato com as famílias. Ela relata possuir um sistema de cadastro que permite monitorar quantas pessoas estão empregadas em cada família e identificar quem se beneficia com a colocação de seus filhos em creches. Francisca orienta os membros da comunidade a direcionar parte de sua

³ A rua 44 em Goiânia é uma região famosa e muito importante para a economia na cidade de Goiânia e região metropolitana por ser um dos maiores polos de vestuário do país, onde segundo dados da Associação Empresarial da Região da 44 abriga cerca de 15.500 pontos de venda e 137 empreendimentos, dos quais, 107 são galerias e shoppings, sendo boa parte destinada ao mercado têxtil.

renda para a aquisição de materiais de construção, possibilitando, dessa forma, a melhoria ou reestruturação de suas residências, contribuindo para elevar a dignidade dessas famílias.

Se na casa tem duas pessoas que trabalham com um salário mínimo, né, é pouco sim mas olha, a pessoa está aqui não paga creche para o filho, não paga despesa com o filho, ela não vai comer em casa porque trabalha, ele não vai comer em casa porque come no trabalho, então assim, a gente orienta.

[...]

Se a pessoa conseguir comprar o tijolo a gente ajuda com o cimento de acordo com o que a gente ganha, por que, lembrando é sempre doação, então assim, se a pessoa comprou o tijolo, cimento e falta areia e ferro a gente vai pedir para os nossos amigos a areia ou o ferro e tudo mais para a gente fazer acontecer, ou seja, dessa forma direto ou indiretamente a gente está no meio das construções e estamos ajudando de todas as formas.

Outro fato a ser considerado é a respeito da participação ativa dos moradores na construção de moradias, pois à medida que eles vão conseguindo materiais de construção, novos ou usados, unem-se e escolhem a residência que será construída de acordo com as necessidades daquela família:

Construímos mais de 480 casas entre Terra do Sol, Continental e Buenos Aires, então o quê que acontece: aquela família, quais são as casas aos quais damos prioridade com construção de casa? quando a gente consegue, quando a gente ganha a construção, é aquelas família que tem mãe solteira né, amigos doam o material e a gente aqui da nossa Associação fazemos o trabalho de mão de obra que é a construção acontecer, é aquele idoso que não tem da onde tirar, ou muitas das vezes é aquela mãe que tem criança deficiente e muitas das vezes aquela mãe ou aquele pai, ou aquela família com pai e mãe né só que tem muitos filhos. Essas são as famílias que a gente dá prioridade.

Nesse sentido, podemos considerar que uma moradia adequada é um elemento fundamental para a inclusão social. Ter um lugar seguro para chamar de lar é essencial para a sensação de pertencimento e para a participação plena na sociedade e ver a luta em conquistar essa moradia ser uma luta não só de um, mas de toda comunidade faz toda diferença. A falta de moradia ou moradias precárias muitas vezes leva à exclusão social, aumentando a vulnerabilidade das pessoas e dificultando o acesso a serviços e oportunidades.

Assim, a relação entre desenvolvimento social e moradia é clara: moradias de qualidade é um alicerce para a inclusão social, a mobilidade econômica, a educação, a saúde e união comunitária. Portanto, investir em moradias adequadas não é apenas benéfico para os indivíduos, mas também para a sociedade como um todo, contribuindo para um desenvolvimento social mais equitativo e sustentável.

Já vimos que o desenvolvimento social é um aspecto fundamental da vida humana, pois está intrinsecamente ligado à qualidade de vida e ao bem-estar de indivíduos e comunidades. Uma parte essencial desse desenvolvimento é o **lazer**, que desempenha um papel vital na construção de uma sociedade saudável e equilibrada. Dumazedier (1973, p. 34 *apud* Pereira 2009, p. 07), afirma que:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntário ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Sendo visto como uma espécie de “pausa” nas responsabilidades do dia a dia, o lazer, é uma oportunidade de relaxar, se divertir e recarregar as energias. No entanto, ele vai além disso, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento social. E é através dele que se envolve a criação de conexões significativas entre indivíduos e comunidades, o que é fundamental para construir uma sociedade saudável (Fonseca; Pinto, 2015).

Apesar dos inúmeros benefícios do lazer para o desenvolvimento social, durante a narrativa a líder Francisca não mencionou nada que pudesse nos remeter a questões referentes a promoção do lazer na comunidade. Pudemos apenas verificar por meio das divulgações por ela realizadas, via redes sociais, que no lugar onde funciona a creche ocorre algumas comemorações em datas festivas como: dia das mães, natal, dia das crianças, etc. bem como a realização de cultos evangélicos.

Assim, reconhecemos que o desenvolvimento social e o lazer também estão intrinsecamente ligados, e o tempo dedicado à diversão e ao entretenimento desempenha um papel vital na construção de uma sociedade saudável e equilibrada.

Desenvolvimento social e a **segurança** são duas dimensões essenciais na construção de uma sociedade resiliente e saudável. Enquanto o desenvolvimento social visa a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar e a equidade, a segurança busca proteger os indivíduos e comunidades de riscos e ameaças (Silva; Leal, 2020).

Ressaltamos que “segurança” refere a “segurança pública” conforme o que consta no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, em que não só envolve a proteção contra crimes, violência e abusos, mas também de promoção de um ambiente seguro permite que as pessoas vivam com tranquilidade e bem-estar. E para promover essa segurança, no artigo 144 da Constituição Federal, preceitua que,

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados.

Outro ponto a ser considerado refere-se ao território onde se situa a comunidade Terra do Sol, pois a mesma fica numa região onde localiza a Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, local este que abriga a maior parte dos presos do Estado de Goiás. A comunidade fica nos arredores do presídio e de lá conseguimos ver claramente os muros e limites do presídio. Notamos que, de certa forma, os moradores sentem-se seguros, pois o policiamento no local é ostensivo visto que consolidou uma espécie de amizade entre a comunidade e os agentes.

[...] em busca de livrar né impedir que isso aconteça (violência) inclusive Polícia Civil, Polícia Militar, aqui a BOPE daqui de dentro do CEPAIGO, né, a POG assim é presente 100% como você mesma viu, toda segunda-feira eles estão aqui se a gente precisar é uma polícia mais próxima e também a GCM do nosso município.

No dia da entrevista, algo chamou a atenção que foi a chegada de um veículo caracterizado da polícia onde alguns agentes estavam realizando o fornecimento de verduras e legumes para a creche. Segundo informações fornecidas por estes agentes, esses alimentos são cultivados pelos detentos e semanalmente são distribuídas para comunidade bem como utilizadas para o consumo dentro do presídio, então como a Francisca mesmo afirmou acima, além de coibir a violência eles ainda contribuem com a comunidade.

Ainda com relação a essa parceria com os agentes de segurança pública, a líder Francisca conseguiu com que diminuísse a violência contra mulheres, visto que as mesmas eram amparadas quando ameaças ou mesmo quando sofriam algum tipo de violência. E que, segundo ela:

a gente começou a trabalhar no duro, no duro fui buscando parceria com Polícia Civil, Polícia Militar, Juizado da Infância e vários outros órgãos e naquilo a gente conseguiu né, amigos que fosse nos ajudando né com essas mulheres a favor onde estão no mercado de trabalho muitas morreram por falta de ajuda outras morreram com vergonha de contar a situação para gente ou para alguém ou chamar ou medo de chamar a polícia né meio que esses maridos agressores foram se matando entre si por conta de droga tráfico e tudo mais né e meio que foi dando um alívio para essas mulheres para essas mulheres que vivia nessa situação né.

Neste sentido, percebemos que investir em educação e apoio as vítimas de violência pode criar oportunidades para reduzir a marginalização social e, conseqüentemente, prevenir

conflitos e violência. Sabemos que as ações por mais que sejam “mínimas” não vão extirpar a violência naquele local, pois o problema vai muito além, e reduzir a desigualdade social é um componente central da segurança e do desenvolvimento. Uma sociedade mais igualitária é mais estável e menos propensa a conflitos garantindo que as necessidades básicas das pessoas sejam atendidas, que haja igualdade de oportunidades e que haja proteção contra ameaças é fundamental. Quando esses elementos se entrelaçam, as comunidades se tornam mais fortes e capazes de enfrentar desafios de maneira mais eficaz.

Como o desenvolvimento social visa promover a igualdade, a inclusão e a qualidade de vida, o direito à **previdência social** visa assegurar a proteção financeira em momentos de necessidade, vulnerabilidade, como doenças, invalidez, desemprego e aposentadoria. Ele inclui: Seguro Social (benefícios por incapacidade, seguro-desemprego e auxílio-maternidade); Aposentadoria (assegura que os idosos tenham uma renda regular após deixarem de trabalhar) e; Assistência Social (suporte a pessoas em situações de extrema pobreza ou vulnerabilidade) (Sarlet, 2012).

Durante a narrativa, percebemos a preocupação da Francisca com a empregabilidade e o fato de a pessoa ser “fichada” na empresa, o que corresponde a um termo popular para celetista, ou seja, com carteira assinada. Para ela, estar “fichada” quer dizer que a pessoa tem uma maior segurança caso fique doente, ou no caso das mulheres quando engravidam e possam usufruir de seus salários durante a licença maternidade e até mesmo em situações de demissão podendo ter o benefício do seguro desemprego até conseguir arrumar uma nova ocupação.

Uma abordagem integrada, por meio da previdência social que possa promover a igualdade, a inclusão e a proteção financeira podem criar uma sociedade mais resiliente e equitativa. Portanto, é fundamental que os governos e as organizações da sociedade civil colaborem para criar políticas abrangentes que abordem tanto o desenvolvimento social quanto o direito à previdência social, visando o bem-estar sustentável de todos os membros da sociedade.

O desenvolvimento social e a **maternidade/infância**, que são de certo modo, fases críticas do ciclo de vida, pois moldam o desenvolvimento social de uma sociedade de várias maneiras. A forma como as sociedades apoiam as mães e cuidam das crianças tem um impacto significativo na qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

No artigo XXV-2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) apresenta que a proteção da maternidade e da infância não deveriam estar desassociadas pois a garantia dos direitos das mães denotaria a garantia dos direitos das crianças.

Neste aspecto a preocupação da Francisca com as crianças da comunidade não se atem somente ao fato delas necessitarem de um local seguro para ficarem enquanto seus pais ou responsáveis estejam no horário de trabalho, ela também se inquieta com relação a maternidade, principalmente de adolescentes e em decorrência disso ela conseguiu realizar um trabalho de conscientização e também de contracepção por meio de cirurgias de laqueadura, conforme relato:

Nós tínhamos um índice em 2013/2014 de meninas de 15 anos tendo filho assim, ó, hoje a gente não tem mais as nossas meninas hoje é no mercado trabalho, estudando entendeu? A gente tinha um índice muito alto, muito alto mesmo de mulheres que tinha cinco, seis filhos e paria mais um. Hoje a gente não tem mais porque a gente conscientiza com a ajuda que veio do Gustavo Lima através da ajuda dele nós fizemos uma parceria com o médico Dr Valdir o qual foram laqueadas mais de 200 mulheres entendeu? 200 mulheres que tinha acima de três filhos porque não tinha como a gente fazer com mulheres que tinha um filho, dois filhos, deixar ela que tinha um filho “saindo pelo telhado” então assim a gente sempre prioriza quem realmente precisa, amiga, sempre é óbvio que isso causa algum desconforto em algumas pessoas porque as pessoas eles querem também.

Percebemos que o apoio por parte de órgãos governamentais dá o suporte necessário para situações onde somente a prevenção não é suficiente, e como se observa no relato abaixo, para os casos mais complexos, há envolvimento do Conselho Tutelar,

Quando as crianças chega e relata algo nós temos um contato direto com Conselho Tutelar e Juizado da infância o qual a gente já encaminha sendo verdade ou não é melhor a gente descobrir do que deixar acontecer né e depois a criança pagar o preço que quem paga não somos nós é a criança nunca chegou um relato da criança falar ó tocou fez isso fez aquilo e a gente correr atrás e não ser verdade sempre foram verídico foram coisas tipo assim comprovado né então assim por isso que a gente é ligada o tempo todo 24 horas.

[...]

Então se a gente vai buscando a gente acompanha de perto para que não corre risco né de acontecer algo e a gente e passar despercebido e graças a Deus durante esse tempo todinho que nós estamos aqui nunca aconteceu um ocorrido que a gente não conseguisse identificar antes do mal acontecer.

Constatamos que por mais que todas as áreas da comunidade possuam importância, a preocupação com a infância é a base de tudo. É através das crianças atendidas na creche que a líder Francisca pode verificar as principais deficiências, problemas tanto financeiros, alimentares, de violência, para que possa agir e buscar apoio para minimizar ou mesmo extirpar a situação agravante.

A gente orienta se a criança tá com fome vem para minha casa, tipo nós somos cinco voluntárias adultas e nós temos mais cinco adolescentes e temos mais 15 meio que intermediando a gente fala para ele vai na casa dos voluntários, vai na casa das tias da escolinha porque como é um setor que não é muito grande né então tem como ele ter acesso a circular e a gente descobriu que possa acontecer e intervir antes do acontecido então assim a gente somos ao total de mais de 20 pessoas que trabalha né percorrendo em busca de Livrar né impedir que isso aconteça

Percebe-se que líder Francisca vê tudo isso com orgulho, mas no mesmo instante percebemos certo temor, pois mesmo as pessoas sendo gratas pelo papel desempenhado na comunidade, ela ainda passa pelo dissabor de sofrer ameaças, inclusive de traficantes, o que faz com que até pense em deixar a comunidade.

A gente não tem noção quantas vezes eu já pensei em parar de trabalhar aqui pela dificuldades ameaça de pessoa ó quando a gente tira uma adolescente da rua coloca no mercado de trabalho e na escola nós estamos tirando dinheiro do traficante quando a gente tira aquela menina que se prostitui e Coloca ela no trabalho mostra para ela que ela pode ter uma vida digna Nós estamos tirando dinheiro do bolso do aliciador porque a menina só se prostitui porque tem aquela pessoa que traz aquela pessoa para que ela se prostituta e ele ganha o dinheiro ela ganha um pouco sim mas ele ganha mais E nisso ele acaba ele acaba com a dignidade dela não é nem a pessoa que tá ficando ato é o aliciador então assim é que a gente só para mim aqui a gente a nossa família sofre ameaça constante, aqui tem pessoas que se pudesse ver a gente morto, já estaria morto por conta disso.

Neste sentido, o desenvolvimento social e a qualidade de vida de uma sociedade estão intrinsecamente ligados à maternidade e à infância. Investir em mães e crianças é investir no futuro, criando uma base sólida para a igualdade, o bem-estar e o sucesso a longo prazo. Garantir que as mães e as crianças tenham acesso a cuidados de saúde, educação, proteção contra a violência e oportunidades econômicas é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

E por fim, falaremos sobre o último item descrito nos direitos sociais fundamentais presente na Constituição Federal de 1988 que é a respeito da Assistência aos desamparados, que segundo (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2022, p. 1073):

Quanto ao regime constitucional de assistência social ou assistência aos desamparados, configura-se como a expressão máxima do princípio da solidariedade e mesmo do respeito à dignidade da pessoa humana, porquanto representa proteção político-jurídica especial destinada a indivíduos e grupos sociais vulneráveis ou necessitados [...] (grifos do autor)

E ainda complementa afirmando que:

O direito à assistência social depende, em grande medida, de uma complexa regulamentação infraconstitucional, que, naquilo em que assegura as condições para uma existência digna (o que, em virtude de se tratar de benefícios de baixo valor, mantém o direito à assistência social mais próximo da noção de um mínimo vital), passa a integrar e formatar o próprio núcleo essencial legislativamente concretizado (Sarlet; Marinoni; Mitidiero, 2022, p. 1074)

No que tange a assistência aos desamparados, a líder Francisca luta incansavelmente para que todos os moradores da comunidade Terra do Sol e adjacências possam ter o mínimo de dignidade possível sem esperar que poder público possa contribuir de alguma forma. Como ela mesmo diz a “fome não espera”. Ela nos relatou um fato ocorrido durante a pandemia de Covid-19, em que vários moradores perderam os empregos e sem ter condições de sobrevivência as refeições que antes eram somente para as crianças, tiveram que ser ampliadas para distribuir para os adultos também. Porém, o que ocorreu foi que mesmo sob decreto impedindo que as instituições escolares tivessem atendimento presencial, ela tomou a decisão em abrir parcialmente para que essas pessoas pudessem ser atendidas.

Durante a pandemia a gente não parou porém fomos multadas algumas vezes porque não poderia fazer aglomeração mas era o único lugar que a gente tinha para que as nossas crianças se alimentasse ficasse seguro. Para você ter uma noção durante a pandemia nós tivemos um surto de mulheres sendo espancada, um surto de criança sendo machucada assim, severo. E aí a gente foi, em 30 dias que a gente ficamos com a portas fechada a gente decidimos: “não vão fechar, deixa vir o que vier a gente vai aguentar a mão e pronto acabou” é meio que aqui além da escola, além de acolher as crianças a gente ainda devemos procurar as famílias que também não tinham que comer em casa porque muitos perderam emprego. Para você ter uma noção tivemos mais de 500 famílias, 500 pessoas, que foram demitida, por as empresas estarem fechando, né, e a gente ficou com essas pessoas em casa, ou seja, a criança que comia aqui que o pai comia no emprego, a mãe comia no emprego, virou aquela bola de neve a gente meio que ficou responsável por alimentar a mãe, a criança, o pai e os outros irmãos que ia para escola que fechou lá por conta da pandemia. Aqui na escola já durante a pandemia teve dia da gente servir até 300 refeições ou seja, refeição que você sabe que a porção de comida para as crianças é diferente da porção de um adulto né, e em quantidade, nós tivemos dias a gente servir 200, 300 crianças né com a porção dela e mais 100, cento e poucos adultos com a porção do adulto de almoço e café da manhã e jantar então se por aí você já tira o tamanho que é a nossa responsabilidade.

A assistência aos desamparados busca oferecer apoio e oportunidades para aqueles que enfrentam condições de vida precárias e falta de moradia, destacamos como o compromisso humanitário pode promover um ambiente mais justo e acolhedor para todos os membros da comunidade por meio de doações e parcerias. E segundo a líder Francisca, tudo que chega na comunidade é distribuído, porém, eles adotam alguns critérios para que somente quem estiver em condições mais precárias que possam ter acesso a um maior número de doações,

Tudo que chega entre doações, comida, roupas, calçados é dividido por partes iguais com aqueles que realmente precisa, não é dividido entre todos porque depende do trabalho da pessoa, depende do valor do salário, depende de quantas pessoas tem na casa trabalhando, temos casa hoje aqui dentro do Terra do Sol que para você ter um exemplo que tem 5, 6 pessoas trabalhando, então não é necessitado ao ponto de precisar da ajuda de uma cesta básica ou leite e tudo mais a gente ajuda com o auxílio com o cuidado das crianças, com o auxílio com o cuidado com os idosos e com o auxílio com o que a gente ganha e no que a gente pode para construção da casa daquela pessoa mas não com alimentos que chega para aqueles pessoas que não tem. De acordo com o que chega a gente divide com quem precisa, porém, a gente enfrenta alguns problemas porque as pessoas acha que se chegou então é para todos, e não é, porque não é justo você deixar de ajudar quem realmente precisa para ajudar quem não precisa.

O desenvolvimento social e a assistência aos desamparados são duas faces da mesma moeda na busca por uma sociedade justa e compassiva. Garantir que todos tenham acesso à educação, saúde, emprego e moradia é essencial para promover o desenvolvimento social e reduzir o desamparo. E conseguimos perceber que o nosso dever humanitário como sociedade é de justamente poder “estender a mão” aos desamparados, oferecendo-lhes apoio e oportunidades para reconstruir suas vidas. Ao fazer isso, honramos a dignidade e o potencial de todos os membros de uma sociedade.

Optamos por deixar em separado o item que refere-se a Educação, visto que um dos nossos propósitos com a pesquisa é apresentar a educação e prática social que são desenvolvidas dentro da comunidade por intermédio da líder comunitária Francisca.

4.4 Práticas Sociais em espaços educativos na Comunidade Terra do Sol

Vimos que a educação possui um papel preponderante no consoante ao desenvolvimento social. O acesso à educação de qualidade é fundamental para que se possa minimizar as desigualdades sociais, pois desempenha um papel crucial na construção de comunidades mais justas, igualitárias e prósperas, e essa conexão é evidente em diversos aspectos.

Para Brandão (1981, p.33), a educação é uma:

[...] prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento.

Ou seja, a educação desempenha um papel vital na redução das disparidades sociais. Ela oferece a todos, independentemente de sua origem, a oportunidade de alcançar seu

potencial máximo desempenhando um papel crucial no desenvolvimento social, afetando a economia, a igualdade e a coesão social.

Na comunidade Terra do Sol e adjacências, a promoção da educação se dá principalmente no âmbito do acolhimento das crianças na creche. Neste local são atendidas 150 crianças com idades que variam entre 5 meses até 12 anos (pois eles acreditam que a partir dessa idade esses adolescentes já podem ficar sozinhos em casa), onde ficam o dia todo e mesmo as que estão matriculadas em escolas permanecem no contra turno. Há, segundo relato da Francisca, 5 pessoas que atuam diretamente na creche cujo salário é subsidiado por empresários, percebemos que essas pessoas não possuem formação pedagógica e sua atuação é mais voltada para os cuidados com as crianças e auxílio nas atividades escolares. Também contam com o auxílio de 5 adolescentes e em torno de 15 pessoas que ajudam voluntariamente e sem periodicidade, como pedagogos, educadores físicos, professores de artes marciais, professores de música, etc.

Percebemos, neste caso, que a ausência do Estado e de políticas públicas educativas é um fenômeno que levanta sérias preocupações quanto ao acesso e qualidade da educação oferecida a essas crianças em seus primeiros anos de vida. Este vazio institucional pode se manifestar de diversas formas, desde a falta de estruturas físicas adequadas até a carência de profissionais capacitados, programas educacionais e recursos financeiros. A falta de investimentos em creches, escolas infantis e programas educacionais específicos para essa faixa etária pode deixar as crianças em situação de vulnerabilidade, o que não é o caso da creche do “Projeto Levando Amor”, porém a nossa preocupação é com uma possível exploração do trabalho para com as pessoas que trabalham diretamente, já que não possuem formação específica e muito menos respaldo jurídico para desempenhar tais funções. A ausência de políticas públicas eficazes pode perpetuar a exclusão social, comprometendo o acesso igualitário a oportunidades educacionais desde os primeiros anos de vida.

Podemos também considerar que a carência de supervisão e regulamentação governamental pode resultar em ambientes inadequados para o desenvolvimento infantil, comprometendo a segurança e a qualidade dos serviços oferecidos. A formação inadequada dos profissionais que lidam com as crianças e a falta de diretrizes educacionais específicas pode comprometer a eficácia do processo de aprendizagem.

A ausência do Estado na educação infantil não apenas negligencia um direito básico das crianças, mas também contribui para a reprodução de desigualdades sociais. É essencial que políticas públicas sejam implementadas para garantir um ambiente educacional seguro, estimulante e de qualidade para todas as crianças, independentemente de sua origem

socioeconômica. O investimento na educação não só promove o desenvolvimento individual, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Neste sentido, mesmo de modo informal, a creche atua como um “suporte” aos pais que não tem onde deixar as crianças para poderem trabalhar, porém, segundo relato da Francisca, eles já tentaram construir uma creche e escola porém nada passou de apenas uma promessa por parte do Estado e por isso que ainda estão atuando na informalidade.

Não temos nenhum respaldo da prefeitura, somos só nós, a gente até já buscou mas não conseguimos, né, não tivemos êxito, não temos ajuda nem da prefeitura nem do Estado dentro do município e já tentaram já tentamos e inclusive a gente perdeu uma construção de uma creche você meio a gente estava com 48 empresários uns de Goiânia outros de fora de Goiânia inclusive pessoas nos Estados Unidos que estava patrocinando né uma construção de uma creche modelo militar né a qual a gente iria funcionar 100% com salário para funcionário e tudo mais tudo patrocinado por eles a gente levamos o projeto até o prefeito apresentamos o projeto e não saiu de promessa. A gente construiu, nós começamos na verdade e uma biblioteca de pallet com papelão e tudo mais depois a gente eu vendi a minha casa e dois lotes que eu consegui com muita luta conseguimos fazer o primeiro piso.

Já com relação à formação dos jovens, a líder Francisca buscou parcerias com empresários que custeiam cursos profissionalizantes e muitos ao finalizarem já conseguem o primeiro emprego. A estimativa, segundo ela, é que cerca de 272 jovens já se encontram no mercado de trabalho por conta desses cursos.

Neste sentido, podemos perceber que a líder Francisca tem uma percepção muito boa com relação a educação, ela tem consciência que é a base sobre a qual uma sociedade constrói um futuro mais promissor. Tanto é que ao final da narrativa, um dos sonhos futuros que a líder Francisca possui é de que esses jovens tenham a oportunidade de fazer o ensino superior.

Quando se fala em espaços educativos, sempre nos vem a mente uma escola com mesas carteiras, professores e alunos. Porém, estes espaços podem desempenhar um papel crucial na formação e desenvolvimento de indivíduos, independente se ocorre por meio da educação formal, sendo cenários nos quais processos de aprendizagem e socialização ocorrem de maneira significativa. Uma análise socioeducacional desses espaços permite compreender como fatores sociais influenciam e são influenciados por esses ambientes, contribuindo para a construção de uma visão holística da educação.

Na comunidade Terra do Sol, há um local específico onde o projeto Levando Amor tem como suporte para reuniões, distribuição de doações e até mesmo realização de cultos e missas. Neste local, durante a semana no período diurno, 150 crianças são atendidas das 7h

até às 18h, enquanto seus pais ou responsáveis estão no trabalho. Nesse atendimento é fornecido alimentação, higienização (banho), recreação e suporte pedagógico (auxílio com as atividades escolares). Como foi mencionado anteriormente, a creche ainda funciona sem registro nos órgãos competentes e em decorrência disso não tem condições de contratação de pessoal qualificado para desempenhar as funções de educador, o que acaba utilizando apenas voluntários e de modo esporádico.

Francisca compartilha sua preocupação significativa em relação à violência e/ou abuso sexual, incentivando as crianças a relatarem qualquer incidente estranho. Nesse contexto, é implementada uma prática de educação sexual dentro do projeto. É importante destacar que essa abordagem já foi previamente orientada por agentes públicos, incluindo Conselheiros Tutelares, o Juizado da Infância e a Polícia Civil.

a gente orienta as nossas meninas não pode sentar no colo, a gente orienta “no 12” mesmo né aquela coisa não pode e acabou não pode, não pode deixar tocar não pode beijar não pode sentar no colo, não pode dormir na mesma cama, não pode ficar sozinha na mesma casa, não pode estranho parar carro e pedir para entrar, não pode entrar no banheiro junto, a gente orienta dessa forma e dessa forma graças a Deus nós estamos conseguindo eliminar essa desgraça de estupro, de espancamento a gente orienta. A última criança que a gente teve estuprada, o padrasto falava para ela se você contar para sua mãe a gente te abandona sua mãe não vai acreditar e a gente orienta: “conta para tia” que a gente vai acreditar.

É fundamental reconhecer que espaços educativos não se limitam apenas à sala de aula tradicional. Eles podem incluir escolas, creches, museus, bibliotecas, parques, centros comunitários e até mesmo ambientes virtuais (Santos; Germano, 2015). Cada um desses locais possui características únicas que moldam a experiência de aprendizagem e interação social e no “Projeto Levando Amor” vimos que além do atendimento às crianças, também, utiliza-se o espaço para cursos profissionalizantes para jovens e adultos o que desencadeia no que conceituamos anteriormente como práticas sociais.

No período noturno, acontece outra espécie de prática social que é a oficina de costura, a qual oferece cursos de aperfeiçoamento e iniciação ao corte e costura de roupas. Essa iniciativa é especialmente valorizada por Francisca, ao possibilitar que as mulheres envolvidas na oficina gerem renda para suas famílias sem a necessidade de se afastarem de seus lares.

Temos 42 mulheres que temos a oficina de costura, a qual gente também conseguimos uma parceria que fizeram de corte, costura e modelagem do Sest Senai de Aparecida que hoje trabalha na nossa escolinha no período noturno com sua costura a qual a gente busca o a matéria-prima para elas

aqui o 44 várias lojinhas aqui dos arredores né e elas executa o trabalho no final da semana elas acertam diretamente com a pessoa que confiou o trabalho, né, o seu material.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, é uma iniciativa que visa minimizar a violência doméstica e até mesmo contribuir com a renda de famílias cuja formação se dá com mães solo. A inclusão social e educacional, que é um aspecto central nessa análise, já que os espaços educativos podem servir como agentes de inclusão ou exclusão, dependendo de como são estruturados e gerenciados. A equidade no acesso à educação, a promoção da diversidade e a criação de ambientes acolhedores são fundamentais para garantir que todos os indivíduos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

Analizando esse espaço onde ocorre o projeto liderado pela Francisca, podemos considerar uma série de elementos, como o contexto socioeconômico dos participantes, a diversidade cultural, as relações de poder presentes, as políticas educacionais, as estruturas físicas e a disponibilidade de recursos. Esses fatores desempenham um papel crucial na determinação do impacto e eficácia dos espaços educativos na formação de indivíduos.

Temos o pastor Sandro né que é uma pessoa assim que é uma ponte direta então assim nós temos o suplente de deputado o WILLIAN PANDA, que é assim uma pessoa que está presente 24h com a gente, que precisou pode ser de dia de noite a hora que for e sem essas parcerias que a gente tem de amigos, empresários, igrejas, grupos como de vocês a gente não conseguiria fazer esse trabalho tão gigante tem hora que eu fico imaginando eu paro às vezes penso assim “senhor, como que ficou tão grande de repente” Pois é porque assim para mim ontem né a gente tava ali na porta pedindo e hoje a gente tem graças a Deus, Deus tem colocado Deus nunca permitiu que a gente usasse o último leite para chegar ao outro e olha que são 36 litros de leite por dia de 3 em 3 horas são 72 mamadeirainha.

A interação entre educadores, alunos, pais, voluntários e comunidade também é essencial. A colaboração entre esses atores fortalece os vínculos sociais, criando redes de apoio e promovendo uma abordagem mais integrada e abrangente da educação. Sem essa interação, conforme Francisca nos relata, o projeto não funcionaria.

Eu vou te falar uma coisa, sou igual ao José do Egito, eu gosto de sonhar e sonhar alto eu, eu acredito que a gente com a garra que nós temos hoje com o trabalho que nós temos eu falando nós porque não existiriam o projeto “levando amor” sem os moradores, você concorda? não existe o projeto “levando amor” sem doadores, não existe o projeto “levando amor” sem os nossos amigos mantenedores e não existe projeto “levando amor” sem as nossas crianças por isso que eu me refiro “nós”.

Uma análise socioeducacional desses espaços educativos proporciona uma compreensão mais profunda das interações sociais, estruturas de poder e dinâmicas culturais que moldam a educação por meio da liderança da Francisca com o projeto que ela coordena. Essa abordagem holística foi e é essencial na formação de políticas educacionais, práticas pedagógicas e a criação de ambientes que promovam o desenvolvimento integral dos residentes da comunidade Terra do Sol, bem como dos bairros adjacentes, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e inclusiva.

4.5 Educação e práticas sociais realizadas pela líder comunitária Francisca

A relação entre educação e práticas sociais é intrínseca e complexa, influenciando e sendo influenciada pelas dinâmicas culturais, econômicas e políticas de uma sociedade. As práticas sociais referem-se às ações e interações cotidianas que ocorrem dentro de uma comunidade, enquanto a educação desempenha um papel crucial na transmissão de conhecimentos, valores e habilidades ao longo das gerações. Uma análise dessa interação revela a importância da educação na formação de indivíduos e na construção do tecido social.

Brandão (1981, p. 14) declara,

Em todo o tipo de comunidade humana onde ainda não há uma rigorosa divisão social do trabalho entre classes desiguais, e onde o exercício social do poder ainda não foi centralizado por uma classe como um Estado, existe a educação sem haver a escola e existe a aprendizagem sem haver o ensino especializado e formal, como um tipo de prática social separada das outras. E da vida.

Ou seja, a educação não se limita ao ambiente formal da sala de aula; ela está presente em várias dimensões da vida cotidiana. As práticas sociais moldam e são moldadas pela educação, influenciando a maneira como as pessoas aprendem, interagem e constroem significados em diferentes contextos.

No início do processo de liderança comunitária, quando Francisca se viu diante de uma comunidade que era carente não só das necessidades básicas de moradia e alimentação, mas que também sofriam com a violência urbana, principalmente as mulheres, a sua iniciativa tinha como efeito minimizar esses aspectos, estimulando inclusive a educação sexual para as crianças e adolescentes, e neste sentido, conscientemente ou inconscientemente, estava desempenhando uma função de educadora social, de modo a desenvolver habilidades sociais para viver em harmonia na comunidade Terra do Sol.

*(...) às vezes penso assim “senhor, como que ficou tão grande de repente”
Pois é porque assim para mim ontem né a gente tava ali na porta pedindo e
hoje a gente tem graças a Deus.*

Reconhecer a importância que a educação vai além do sistema formal, sugerindo que existe uma vasta quantidade de aprendizado ocorrendo fora das instituições educacionais tradicionais, enfatiza a necessidade de a educação ao longo da vida ser orientada por objetivos específicos. A expressão "educação social" é introduzida, indicando que o aprendizado deve ter um propósito social e contribuir para o desenvolvimento pessoal e a convivência em comunidade (Gasset, 1987).

A ideia principal parece ser que a educação não deve apenas se concentrar em adquirir conhecimento acadêmico, mas também em cultivar habilidades sociais e valores que promovam a interação positiva com os outros e a vida em comunidade. A ênfase no "ser" e "conviver" sugere uma abordagem holística, considerando não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também as dimensões emocionais e sociais (Gasset, 1987).

As práticas sociais realizadas na comunidade Terra do Sol, sob a liderança da Francisca, também desempenham um papel na definição de objetivos e conteúdos educacionais. As necessidades e demandas daquela comunidade muitas vezes moldam o currículo, orientando o foco da educação para áreas consideradas relevantes para o desenvolvimento social e econômico. Tanto que quando ela orienta as famílias utilizarem melhor a sua renda para construção de suas moradias, ela está desempenhando também uma educação financeira.

A gente tem um cadastro, todas as pessoas que estão trabalhando a gente faz esse cadastro A gente temos o cadastro dele nós pedimos sempre, sempre, Xerox dos documentos, carteira e tudo porque a gente precisa saber quem precisa e quem não precisa e sem esse dado eu não consigo saber né.

[...]

De acordo com o que chega (doações) a gente divide com quem precisa, porém, a gente enfrenta alguns problemas porque as pessoas acha que se chegou então é para todos, e não é, porque não é justo você deixar de ajudar quem realmente precisa para ajudar quem não precisa. Porque a partir do momento que você pega uma cesta básica, uma caixa de leite uma roupa um calçado e dá para uma pessoa que não precisa você tá contribuindo para que ele pega aquele dinheiro que ele ganhou no final do mês use droga, tome cachaça né, vai para festa, vai para balada sem contar que você ainda tá contribuindo com o risco que corre as nossas crianças risco de estupro, risco de violência severa, risco de ficar sozinho em casa e ocorrer um acidente.

A educação, por sua vez, tem o poder de transformar as práticas sociais ao capacitar os indivíduos com conhecimentos e habilidades que podem influenciar positivamente suas comunidades como foi nos relatado acima. Ela desempenha um papel crucial na promoção da cidadania, na conscientização social e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

No entanto, é importante reconhecer que a relação entre educação e práticas sociais pode ser dinâmica e, por vezes, contraditória. Desafios como desigualdade de acesso à educação, reprodução de estereótipos e exclusão social podem persistir, afetando negativamente as práticas sociais.

Em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, a interseção entre educação e práticas sociais também se expande para incluir novas formas de aprendizado, como a educação online e a aprendizagem baseada em tecnologia. Essas mudanças têm o potencial de remodelar as práticas sociais, influenciando a forma como as pessoas se conectam, comunicam e colaboram.

Em suma, essa interação entre educação e práticas sociais é vital para podermos entender como as sociedades evoluem, especificamente na comunidade Terra do Sol, e de como o conhecimento é transmitido e como os valores são construídos e reinterpretados ao longo do tempo. Uma abordagem holística que reconhece a complexidade dessa relação é essencial para informar políticas educacionais e práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral dos indivíduos e contribuam para a construção de sociedades mais justas e inclusivas o que é considerado um propósito da Francisca:

Então assim eu, eu acredito que nós daqui a uns três, dois anos, três, quatro anos, isso daqui já vai ter assim porque olha para você ver em quatro anos nós estamos dessa forma mais quatro anos para frente eu acredito que a gente não vai ter mais barraca de lona a gente não vai ter mais a lama a poeira a gente vai ter sim uma escola aqui edificada pelo estado pelo Município porque nosso Deus é fiel e eu acredito que vai a gente vai estar tudo regularizado e enquanto isso aqui não tiver dessa forma que eu estou te falando não o propósito de Deus não tivesse se cumprido para mim eu não vou parar de sonhar eu não vou parar de respirar porque eu respiro o mesmo ar que as nossas famílias do Terra do Sol respira, que as nossas crianças respira. O que eu faço para eles eu faço para mim também porque você vê o meu filho tá aqui no meio das Crianças, minha netinha, então tô ensinando eles não tem dinheiro que paga as minhas filhas são professoras junto comigo não tem dinheiro que paga, elas estão trabalhando e elas estão e eu estou acompanhando o crescimento desenvolvimento e o que que está acontecendo.

Então assim eu sonho que um dia meus filhos vão estar formado, as crianças do Terra do Sol também e sonho com o futuro breve, bem breve assim ó, de exaltação de prosperidade para Nossa Terra do Sol, Continental e Buenos Aires então assim tudo que a gente adquira não é para um, para dois, é para

nós para todos que tá assim por isso que eu acredito que todo breve em breve eu acredito também que aqui já está sendo um setor que vai em breve será regularizado o setor reconhecido né que já é reconhecido mas reconhecido que eu te falo.

E assim, podemos perceber que a educação desempenha um papel crucial nas práticas sociais lideradas pela figura emblemática da líder comunitária. Francisca Barbosa da Silva, em sua atuação incansável na comunidade Terra do Sol e adjacências, reconhece o poder transformador da educação como uma ferramenta vital para o desenvolvimento social e a promoção da cidadania. Ao longo de sua trajetória, Francisca tem demonstrado um compromisso inabalável com a educação como meio de capacitar indivíduos e fortalecer comunidades. Seja através da promoção de programas educacionais, da criação de espaços de aprendizagem não formal, ou do incentivo à participação em atividades educativas, Francisca tem desempenhado um papel fundamental na integração da educação nas práticas sociais locais. Seu trabalho tem sido uma fonte inspiradora para os residentes da comunidade, incentivando-os a buscar o conhecimento, desenvolver habilidades e construir um futuro mais promissor para si mesmos e para as gerações futuras. Através da educação, Francisca tem capacitado indivíduos a se tornarem agentes de mudança em suas próprias vidas e na sociedade em que estão inseridos, demonstrando assim o poder transformador da educação quando aliada às práticas sociais comunitárias.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Percebemos que na Comunidade Terra do Sol e adjacências, a Liderança Comunitária transcende os limites formais de hierarquia e status, valorizando a participação e a inclusão de todos os membros da comunidade, independentemente de sua idade, gênero, etnia ou origem social. Ela se baseia na escuta ativa, na empatia e na compreensão das necessidades e aspirações dos indivíduos e grupos dentro da comunidade.

Para aprofundar nossa compreensão do objeto de pesquisa e responder a pergunta-problema, a consulta à base bibliográfica desempenhou um papel crucial. Os autores consultados forneceram subsídios valiosos, enriquecendo e fundamentando nosso estudo e nos fez, efetivamente, compreender em que medida a liderança comunitária contribui para o desenvolvimento social e educativo na construção da cidadania em uma comunidade periférica. E deste modo podemos considerar que a liderança comunitária exercida pela Francisca, desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e educativo daquela comunidade, desafiando e transformando a sua realidade. Vimos, mediante relatos bem como a análise de Marshall (1967) que a construção da cidadania em tais contextos depende, em grande parte, do engajamento e da visão dos líderes comunitários, que desempenham um papel central na promoção de uma mudança positiva.

Percebemos que no âmbito social, Francisca atua como uma ponte entre os residentes e os recursos disponíveis. Essa característica inerente aos líderes muitas vezes mobiliza esforços para melhorar as condições de vida, advogam por serviços essenciais e trabalham para fortalecer os laços sociais na comunidade. Ao promover essa coesão social, os líderes comunitários contribuem para a criação de um ambiente mais saudável e resiliente e essa busca incessante da Francisca, fez com que a comunidade pudesse crescer mesmo sem o apoio efetivo do Estado e de políticas públicas para aquela comunidade.

Já no campo educativo, a liderança comunitária da Francisca desempenha um papel fundamental na promoção do acesso à educação e na melhoria da qualidade do ensino, que mesmo de modo “improvisado” e sem suporte pedagógico especializado, ela não se exime na busca de melhorias para aquelas 150 crianças atendidas. E por isso que ela busca envolver a criação de programas educacionais, voluntariados, parcerias com escolas locais e a mobilização de recursos para garantir que as crianças e jovens da comunidade tenham oportunidades educacionais adequadas. Além disso, Francisca muitas vezes incentiva a

participação ativa dos pais ou responsáveis no processo educativo, fortalecendo a conexão entre escola e comunidade.

Para realização desta pesquisa, traçamos como objetivo geral: desvelar as vivências e experiências da líder comunitária Francisca Barbosa da Silva no desenvolvimento social, educativo para construção da cidadania em uma comunidade periférica da região metropolitana de Goiânia. Que por meio da sua narrativa pudemos compreender de que modo suas vivências e experiências contribuíram e contribuem para o desenvolvimento social e educativo da comunidade Terra do Sol, onde busca envolver os membros da comunidade em processos decisórios, promovendo a participação cívica e estimulando a responsabilidade coletiva. Essa abordagem tem como propósito a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, fundamentais para o fortalecimento da democracia em nível local.

Para que pudéssemos alcançar o objetivo geral proposto, o desenvolvimento do estudo abordou de maneira abrangente e exitosa os objetivos específicos propostos, proporcionando uma compreensão aprofundada dos temas em foco. Destacamos como cada objetivo foi atendido:

Entender os Fundamentos da Liderança Comunitária e sua Relação com o Desenvolvimento Social. Ao longo da pesquisa, dedicamos atenção especial à análise dos fundamentos que permeiam a liderança comunitária. Exploramos as teorias e práticas relacionadas a esse tipo de liderança, compreendendo como ela se manifesta e de que modo influi no contexto do desenvolvimento social na comunidade Terra do Sol. As descobertas forneceram percepções valiosas sobre os princípios que norteiam líderes comunitários e sua contribuição para o progresso coletivo.

No segundo objetivo específico, que foi compreender os Direitos Fundamentais como Base da Construção da Cidadania que podemos considerar como um outro “ponto-chave” abordado no estudo onde exploramos com profundidade os direitos fundamentais e seu papel central na construção da cidadania. Analisamos como esses direitos são fundamentais para a participação ativa dos cidadãos na sociedade, além de influenciarem diretamente a construção de uma comunidade mais justa e equitativa. O entendimento desses direitos tornou-se uma base sólida para a reflexão sobre a cidadania em sua plenitude e as ações promovidas pela Francisca na construção dessa cidadania.

E por último, no terceiro objetivo específico, que foi compreender a Liderança Comunitária e os diversos aspectos do desenvolvimento social e educativo na comunidade Terra do Sol, a qual a pesquisa aprofundou-se na contextualização da liderança comunitária em uma realidade específica, explorando os diferentes aspectos do desenvolvimento social e

educativo. Investigamos como a líder Francisca lida com desafios locais, por meio da sua narrativa, promovendo a educação e influenciando positivamente os rumos da comunidade. Essa análise contribuiu para uma visão mais holística e aplicada da liderança comunitária, conectando-a diretamente às necessidades e dinâmicas locais.

Diante do atendimento completo desses objetivos específicos, podemos afirmar que o estudo não apenas proporcionou uma compreensão mais profunda da liderança comunitária da Francisca, dos direitos fundamentais e da construção da cidadania, mas também estabeleceu uma base sólida para futuras investigações e ações práticas voltadas ao desenvolvimento social e educativo em comunidades específicas.

Em suma, a discussão empreendida nos faz refletir a respeito da liderança comunitária, ao qual desempenha um papel vital no desenvolvimento social e educativo em comunidades periféricas, influenciando diretamente a construção da cidadania. Ao mobilizar recursos, promover a educação e fortalecer os laços sociais, os líderes comunitários desempenham uma função central na transformação positiva dessas comunidades, capacitando os residentes a participarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, mediante a narrativa e das análises de autores, podemos considerar que mesmo de modo tão significativo, as ações da Francisca promovem práticas aos quais não são atribuições da sociedade civil, e pelo contrário, a sociedade é quem deve ser beneficiada por ela. A ausência do Estado nas políticas sociais e educacionais em comunidades periféricas é um fenômeno preocupante que frequentemente amplifica as desigualdades sociais e educacionais. Esse cenário reflete uma lacuna no cumprimento do papel do Estado em garantir direitos fundamentais a todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica.

A falta de investimento e atenção do Estado naquela comunidade poderia resultar em condições precárias de vida, acesso limitado a serviços básicos e oportunidades educacionais inadequadas, porém, com o trabalho da Francisca juntamente com parceiros e colaboradores essa situação é visivelmente minimizada.

A ausência de políticas sociais e educacionais adequadas em comunidades periféricas também pode resultar em um aumento da vulnerabilidade social. A falta de programas de apoio à educação, por exemplo, pode limitar as oportunidades de ascensão social, perpetuando um ciclo de desvantagens intergeracionais. E para reverter esse quadro, é crucial que o Estado reconheça e enfrente as disparidades existentes, implementando políticas públicas eficazes que atendam às necessidades específicas dessas comunidades. Isso inclui investimentos significativos em infraestrutura educacional, a criação de programas sociais adaptados à

realidade local e a promoção de oportunidades igualitárias para todos. Porém, como Francisca relata, só existem promessas e nada de concreto, e neste caso não é como ficar esperando e por isso que ela parte para a ação sem esperar nada em troca.

A partir deste estudo, compreendemos que a conquista da cidadania por meio da educação transcende o mero reconhecimento legal; ela abrange a capacidade de participar ativamente na vida da comunidade. As novas descobertas destacam a importância crucial da liderança comunitária, representada pelo exemplo inspirador de Francisca Barbosa da Silva, na promoção do desenvolvimento social e na construção da cidadania local. Além disso, evidenciou-se a necessidade de políticas públicas mais eficazes e do engajamento conjunto de governos, instituições e da sociedade em geral para garantir que os direitos fundamentais sejam respeitados e que todos os membros da comunidade tenham oportunidades iguais de participar plenamente da vida comunitária. Essas novas perspectivas abrem caminho para futuras pesquisas que explorem mais profundamente o impacto da educação na conquista da cidadania, as melhores práticas de liderança comunitária e as estratégias para promover uma participação mais inclusiva e ativa na vida pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Simone Aparecida Pinheiro de. **Narrativas de histórias de vida de mulheres idosas**: memória, subjetividade e relações de gênero. 2018. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2483>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ANDRADE, Fabrício Fontes de; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Desenvolvimento Social e proteção social: o que existe de convergência?. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 1-13, jun. 2008. Semestral. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2008/32%20DESENVOLVIMENTO%20SOCIAL%20E%20PROTEC%27%C3%20SOCIAL%20O%20que%20existe%20de%20converg%20E%20A%20nc%20ia.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

ANDRADE, Marília. **Lei nº 12.305/10** - Política Nacional de Resíduos Sólidos: Pontos abordados pela Lei nº 12.305/10. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-n-12305-10-politica-nacional-de-residuos-solidos/188318626#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2012.305%2F10,manejo%20inadequado%20dos%20res%C3%ADDUOS%20S%C3%B3LIDOS.>, acesso em 30 de out. 2023.

ARAÚJO, Luis César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de Pessoas**: estratégias de integração organizacional. Ed. compacta. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2014

ARAÚJO, Renan Soares de. Educação Popular e Práticas Sociais: notas introdutórias. In: ARAÚJO, Renan Soares de; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (org). **Educação Popular e práticas sociais**: ação, processo formativo e construção do conhecimento. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 13-30.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. **Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e IDHM**. 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **A força da idade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fronteira, 2009.

BENTO, Antônio V. RIBEIRO, Maria Isabel. **A liderança Escolar a três dimensões**: diretores, professores e alunos. Bragança: Liderança 3D, 2013.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. (org) **Pesquisa Qualitativa**: segundo a visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano: compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2002

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2009

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2002, n.19, pp.20-28. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 10 de set. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.305 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República portuguesa anotada**. 4. ed. rev. Coimbra: Coimbra, 2007.

CAMPOS, Teodoro Malta; PINTO, Heloisa Maria Nunes. Coaching nas organizações: uma revisão bibliográfica. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 15-26, abr. 2012. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/download/439/482>. Acesso em: 08 set. 2023.

CARDOSO, Cláudia Lins. **Um estudo fenomenológico sobre a vivência de família**: com a palavra, a comunidade. 2007. 212 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/p3rCDrwWFYmXtmjQTsXxBPr/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 21, n.?, p. 1011-1042, dez. 2012. FapUNIFESP. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/RQb5YRq9hpV5RDkjbNL69zr/?lang=pt>, acesso em 30 de out. 2023

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. **História e memórias do ensino religioso na escola pública**: lembranças de tempos discentes e docentes. 2013. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4300>. Acesso em: 06 nov. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 21. reimp. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

COSTA, Maria Isabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. O conceito de cidadania. In: autores. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, p. 43-73.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**. [S.L.], v. 6, p. 9-25, 24 jul. 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62> Acesso em 30 de setembro de 2023.

DUQUE, Eduardo Capital social como instrumento de desenvolvimento sustentável. **Configurações**, [S.L.], n. 11, p. 189-201, 1 jun. 2013. OpenEdition. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/1862> Acesso em 20 de julho de 2023.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 59-67.

FONSECA, Ana Rosa da Rosa; PINTO, Leila Mirtes Magalhães. A concretização do direito ao lazer: uma contribuição do SESI e da indústria. In: GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **O Direito Social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 131-156.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GARCIA, Vera Lúcia; SOUZA, Alícia Navarro de. A Narrativa e a Pesquisa Qualitativa. In: SILVA, Raimunda Magalhães da, BEZERRA, Indara Cavalcante; BRASIL, Christina César Praça; MOURA, Escolástica Rejane Ferreira (orgs.). **Estudos Qualitativos**: enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações. Sobral: Edições Uva, 2018. p. 199-210. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/producao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook> Acesso em: 10 jun. 2023.

GASSET, José Ortega Y. **A rebelião das massas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1987.

GASPAR, Alberto. **Museus e Centros de Ciências**: conceituação e proposta de um referencial teórico. 1993. 118 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de (org.). Aspectos teóricos e conceituais. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Ufrgs, 2009. p. 11-30. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 12 jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Helen Silva; MOTA, Caroline Maria de Miranda. Liderança situacional em gestão de projetos: uma revisão da literatura. **Production**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 404-416, 30 set. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/7YDY5jfsNNkrxrYddZHZPg/?format=pdf&lang=pt#:~:text=A%20lideran%C3%A7a%20situacional%20tem%20ordo,lideran%C3%A7a%20espec%C3%AAdfico%20%C3%A0s%20circunst%C3%A2ncias%20externas> Acesso em: 09 set. 2023.

GRUBER, Luciane Secco. **Liderança**: habilidades e características do líder numa organização bancária: um estudo de caso, dissertação. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/81557/187818.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em julho de 2023.

JOLY, Ilza Zenker Leme; MARTINS, Denise Andrade de Freitas; OLIVEIRA, Pedro Augusto Dutra de. Pesquisa em práticas sociais e processos educativos: convivendo para compreender. **Revista Espaço Intermediário**, São Paulo, n. , p. 90-103, dez. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/92306977/Fundamentos_te%C3%B3rico_conceituais_da_pesquisa_em_pr%C3%A1ticas_sociais_e_processos_educativos. Acesso em: 20 jan. 2024.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa *IN* BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Voz, 2010.

KYRILLOS, Leny; GODOY, Cássia. **Sou Mulher, sou líder: um guia para se comunicar com sucesso**. São Paulo: Contexto, 2023.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 10 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Vera Lúcia Brito. **As lideranças comunitárias: vários caminhos de transformação social**. 2021. 60 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Psicologia Comunitária, Ispa - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/8581/1/25335> Acesso em: 10 jul. 2023.

MACHADO, Ozeneide Venâncio de Mello. Pesquisa Qualitativa: modalidade fenômeno situado. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPOSITO, Vitória Helena Cunha (org.). **Pesquisa Qualitativa em Educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: Unimep, 1994. p. 35-46.

MAGALDI, Sandro; SALIBI NETO, José. **Liderança disruptiva: habilidades e competências transformacionais para liderar na gestão do amanhã**. São Paulo: Gente, 2022.

MALHOTA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4.ed. Porto Alegre: Boocman, 2006.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2010. (Primeiros Passos)

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 41-49, dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/tTzcLwn7BnJGcD3Bjgcbdsp/#> Acesso em: 29 de out. 2023.

MARTINS, Joel; BOEMER, Magali Roseira; FERRAZ, Clarice Aparecida. **A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa**: algumas considerações. *Rev. Esc. Enf. USP*, São Paulo, 24(1):139-147, abr. 1990.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. **História oral como fonte**: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n.1, p. 95-108, 2011.

MAYERLE, Daniel; STEFFEN, Pablo Franciano. Aplicação do Direito Fundamental e Humano à Educação: um paradigma universal. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; PADILHA, Rafael; ABREU, Pedro Manoel (org.). **Estudos sobre Direitos Fundamentais no Constitucionalismo Contemporâneo**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016. p. 89-100.

MORAES, Alexandre. **Direitos humanos fundamentais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011

MORTELLA, Camila Gomes; MORAES, Isabela. **Inciso XXIV**: Desapropriação. Disponível em: <https://portal.vivadireitos.org.br/inciso-xxiv-desapropriacao/> Acesso em: 04 ago. 2023.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOTA, Leda Pereira; Celso Spitzcovsky. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. Educação (não escolar) e subjetividade: apontamento para um debate. In: SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; POSSEBON, Elisa Gonsalves (org.). **Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar**. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 119-138.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da Fae**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, jan. 2017. Bimestral. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477> Acesso em: 21 jul. 2023.

ORNELAS, José *et al.* **Liderança Comunitária**: Estudo Colaborativo com dirigentes Associativos. Lisboa: CPCCRD, 2013

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 261-266, 2008. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/gPC5BsmLqFS7rdRWmSrDc3q/> Acesso em: 30 set. 2023.

PEREIRA, Marcela Andresa Semeghini. Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da Ufsm**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 1-17, 30 ago. 2009. Universidad Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/7030> Acesso em: 02 nov. 2023.

PINHEIRO, Daniel Rodrigues Carvalho; BORGES, Ricardo César Oliveira. A importância da liderança comunitária no processo de desenvolvimento local. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 1, nº 1, p. 78-94, dez. 2012. Disponível em <http://seer.uece.br/geoece> Acesso em: 09 set. 2023.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 318-325, ago. 1995. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/ff44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/#> Acesso em: 03 abr. 2023.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é IDH**. 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh> Acesso em: 21 jul. 2023.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação. São Paulo. Edições Layola, 2002.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **A fenomenologia**. São Paulo: Pancast, 1991.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; BORTOLOTO, Claudimara. O conceito de equidade no desenho de políticas sociais: pressupostos políticos e ideológicos da proposta de desenvolvimento da cepal. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 15, n. 38, p. 793-804, set. 2011. FapUNIFESP (SciELO).

RUIZ, João Antônio. **Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Thiago da Silva. GERMANO, Marcelo Gomes. A Educação Formal, Informal e não formal e os Museus de Ciências. In: **V ENID & III ENFOPROF / UEPB**, 5., 2015, Campina Grande: Realize, 2015. p. 1-12. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/11505>. Acesso em: 07 out. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11.ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 11.ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SCHITHLER, Célia; KISIL, Marcos. **Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias**: reflexões e sugestões. São Paulo: IDIS, 2008

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Os lugares teóricos das práticas educativas para além da escola: educação não escolar, não formal, social. In: SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; POSSEBON, Elisa Gonsalves (org.). **Fundamentos e temas em pedagogia social e educação não escolar**. João Pessoa: UFPB, 2019. p. 99-118.

SILVA, Ricardo Machado da; LEAL, Rogério Gesta. O direito fundamental social à segurança pública no Brasil e o caminho para sua efetivação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG**. Brasília, v.17, n.37, jan./jul., 2021. Disponível em <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/download/1765/947>, acesso em 01 de nov. 2023.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 149-158, 20 dez. 2015. Casa de Nossa Senhora da Paz A.S.F. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316718377_A_narrativa_como_opcao_metodologica_de_pesquisa_e_formacao_de_professores, acesso em 04 jun 2023

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. sutiãs. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 2, pág. 51-67, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2023.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

UBA, André Emiliano. Direito Fundamental à moradia no contexto do Estado Ambiental de Direito. In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; PADILHA, Rafael; ABREU, Pedro Manoel (org.). **Estudos sobre Direitos Fundamentais no Constitucionalismo Contemporâneo**. Florianópolis: Empório do Direito, 2016. p. 13-20.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006

APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS ANAPÓLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS (PPG-IELT)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “Vivências e Experiências de uma Líder Comunitária: dimensões Sociais e Educativas”. Meu nome é **Elaine da Silva Barberino** e sou mestranda no Programa Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologia, da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pesquisadora responsável por esta pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine todas as páginas e ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail elaines.barberino@gmail.com endereço Rua L14, Quadra 20, lote 02, n.87 – Bairro Feliz, Goiânia, Goiás, e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, acrescentando o número 9090 antes do seguinte contato telefônico: (62)981436864. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG), localizado no Prédio da Administração Central, BR 153, Km 99, Anápolis/GO, CEP: 75132-903, telefone: (62) 3328-1439, funcionamento: 8h às 12h e 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. O contato também poderá ser feito pelo e-mail do CEP-UEG: cep@ueg.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que por sua vez é subordinado ao Ministério da Saúde (MS). O CEP é responsável por realizar a análise ética de projetos de pesquisa com seres humanos, sendo aprovado aquele que segue os princípios estabelecidos pelas resoluções, normativas e complementares.

Os pesquisadores que compõem essa equipe de pesquisa são a mestranda Elaine da Silva Barberino e o orientador Raimundo Márcio Mota de Castro.

A leitura desse TCLE deve levar aproximadamente cinco minutos e a sua participação na pesquisa cerca de noventa minutos.

Justificativa, objetivos e procedimentos:

A ideia de se trabalhar a narrativa de vida de uma líder comunitária surgiu a partir de trabalhos sociais voluntários realizados na localidade que consistia na distribuição de

1 de 5

Av. Juscelino Kubitschek, nº146, Bairro Jundiá, Anápolis-GO
(62) 3328-1188

Francisco

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS ANAPÓLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS (PPG-IELT)

brinquedos, roupas e alimentos para aquela comunidade. No início, o trabalho era realizado de modo muito deficitário, sem ter um local adequado para receber as doações e redistribuir entre os moradores, e pode-se ver que a cada ano a estrutura melhorava e em dezembro de 2021 já tinham um espaço coberto, com maior conforto para receber as doações e fazer as destinações. Notou-se, que todos moradores tinham uma líder ao qual conhecia bem a realidade de cada um, e por isso, sabia, inclusive por nome e local os moradores que precisavam de cada doação especificamente.

O objetivo central do estudo é mostrar os benefícios sociais e educacionais nas vivências e experiências de uma líder comunitária da região metropolitana de Goiânia, para tanto será necessário cumprir, especificamente, os seguintes objetivos específicos: compreender as vivências e experiências de uma pessoa através de sua história de vida apontando os efeitos das suas ações enquanto líder comunitária; entender o perfil de líder comunitária e características de suas ações e; refletir os benefícios sociais e educacionais com vistas a garantir a independência dos indivíduos residentes na comunidade.

As condições a qual está a comunidade, como a maioria dos bairros populares situados nas regiões periféricas das grandes cidades, permite compreender o quanto ainda se está longe de alcançar uma igualdade social e educativa, de modo a conceber as falhas das garantias dos direitos fundamentais de cada cidadão. Fazendo assim com que se perceba a relevância deste estudo, que mostrará o perfil da líder comunitária, os aspectos sociais e educativos bem como os efeitos das ações promovidas, todas com a intenção de assegurar condições mínimas de sobrevivência.

O procedimento de coleta de dados será realizada por meio de entrevista, com perguntas formuladas bem como espontâneas à medida que se desenvolva, considerando as seguintes pautas: infância, adolescência, família, migração para o estado de Goiás, trabalho formal e o trabalho comunitário. Prevê-se que a entrevista dure cerca de uma hora e meia, podendo ser realizado intervalo caso seja necessário.

Deste modo, você:

() **NÃO** permito a gravação da minha voz.

(☒) **SIM**, permito a gravação da minha/voz.

Francisca

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS ANAPÓLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS (PPG-IELT)

Em caso de permissão da gravação/obtenção da imagem/voz:

- () **NÃO** permito a divulgação da minha voz nos resultados publicados da pesquisa.
(☒) **SIM**, permito a divulgação da minha voz nos resultados publicados da pesquisa.

Riscos e formas de minimizá-los:

Os riscos relacionados à participação neste estudo são de cunho psicológico, intelectual ou emocional pois a entrevistada poderá sentir-se desconfortável ao exprimir informações a respeito da temática da pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação asseguraremos a confidencialidade, privacidade ao ser entrevistada buscando um local mais reservado, garantindo que as informações recebidas não serão utilizadas com finalidade de causar prejuízo ou dano as pessoas envolvidas.

Assistência:

Se você sentir qualquer desconforto é assegurado assistência imediata e integral de forma gratuita, para danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios de qualquer natureza, decorrentes de sua participação na pesquisa. Caso você se sinta desconfortável por qualquer motivo, poderemos interromper a sua participação na entrevista a qualquer momento e esta decisão não produzirá penalização ou prejuízo.

Benefícios:

A pesquisa tem como benefício esclarecer aspectos referente a importância de uma líder comunitária engajada em prol da comunidade tendo como propósito reivindicar as garantias fundamentais que todo cidadão tem como direito.

Sigilo, privacidade e guarda do material coletado:

Não há necessidade de identificação, ficando assegurados o sigilo e a privacidade. Você poderá solicitar a retirada de seus dados coletados a qualquer momento, deixando de participar deste estudo, sem prejuízo. Os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em arquivo digital sob nossa guarda e responsabilidade, por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após esse período, o material obtido será picotado e/ou reciclado e todas as mídias apagadas.

Indenização:

Se você sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder, assim, você como participante tem garantido

F. Amâncio

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS ANAPÓLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS (PPG-IELT)

o direito de solicitar indenização por meio das vias judiciais conforme Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

Você não receberá nenhum tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo, mas caso tenha algum gasto decorrente do mesmo este será ressarcido por mim, pesquisador responsável.

Em qualquer etapa do estudo você poderá entrar em contato comigo, pesquisador(a) responsável, para esclarecimentos de eventuais dúvidas. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados no acervo de dissertações do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologia (PPG-IELT) e poderá ser acessado através do seguinte link: <http://www.ppgielt.ueg.br/conteudo/21720bancodedissertacoes>.

Os resultados da sua participação poderão ser consultados por você a qualquer momento, para isso, o participante deverá enviar uma solicitação para o e-mail da pesquisadora elaines.barberino@gmail.com, ou entrar em contato pelo telefone (62) 981436864.

Declaração do(a) Pesquisador(a) Responsável

Eu, pesquisador(a) responsável por este estudo, esclareço que cumprirei as informações acima e que o participante terá acesso, se necessário, a assistência integral e gratuita por danos diretos e indiretos, imediatos ou tardios devido a sua participação nesse estudo; e que suas informações serão tratadas com confidencialidade e sigilo. O participante poderá sair do estudo quando quiser, sem qualquer penalização. Se tiver algum custo por participar da pesquisa, será ressarcido; e em caso de dano decorrente do estudo, terá direito a buscar indenização, conforme decisões judiciais que possam suceder. Declaro também que a coleta de dados somente será iniciada após a aprovação do protocolo pelo sistema CEP/CONEP.

Declaração do(a) Participante

Eu, Francisca Barberino da Silva, abaixo assinado, discuti com o pesquisador(a) Elaine da Silva Barberino sobre a minha decisão em participar como voluntário(a) do estudo Vivências e Experiências de uma Líder Comunitária: dimensões Sociais e Educativas. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de assistência,

4 de 5

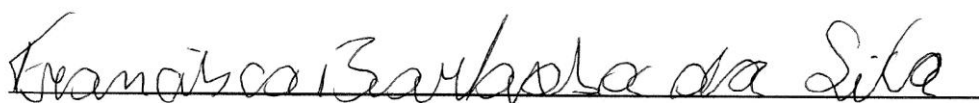
Av. Juscelino Kubitschek, nº146, Bairro Jundiá, Anápolis-GO
(62) 3328-1188

Francisca

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS ANAPÓLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS (PPG-IELT)

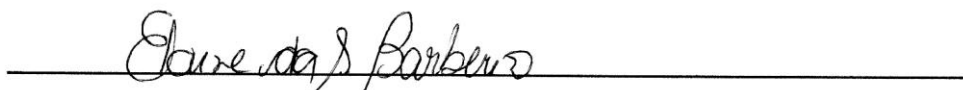
confidencialidade e esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é voluntária e isenta de despesas e que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Goiânia/Goiás, 28 de setembro de 2022.



Assinatura do(a) participante de pesquisa/Responsável legal

Data: 30/01/2023



Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data: 30/01/2023

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA NARRATIVA DE FRANCISCA BARBOSA

Entrevistada: Francisca

Data: 30/01/2023

Horário: 10h15

Tempo de entrevista: 38min

Meu nome é Francisca Barbosa da Silva, tenho 42 anos. Aqui nós temos um projeto chamado “Projeto Levando Amor” a qual o nome dele já fala por ele a qual a gente acolhe crianças em situação de perigo né, pode se dizer, crianças que são filho de pai e mãe usuários, criança que o pai ou a mãe está preso, criança de pai e mães que tem responsabilidade que trabalha de segunda a segunda e que só precisa do nosso espaço para deixar sua criança enquanto eles trabalha quando a gente começou aqui em 2004 aqui era um montoeiro de barraca de lona, com o lixão aqui do lado, e nisso meio que a gente para se alimentar o que a gente comia vinha de lá do Aterro ou através de doações ou através do que encontrava no livro né bem lá no início. Em 2013 no finalzinho de 2012 para o começo de 2013 veio a gestão do Maguito Vilela a qual ele interditou o lixão e virou aterro sanitário e todas as famílias foram obrigadas a sair, algumas famílias que tinha um número tipo assim 5 anos acima de 5 anos ganhou uma casinha no Retiro do Bosque, as outras famílias que não tinha uma data eles que pediram lá que era acima de 5 anos que morava lá né foram tiveram direitos e não saíram assim de todo desamparado porque tiveram direito do emprego né como gari e como ele trabalhar também em UBS e outros órgãos de acordo com sua capacidade de ser aprendizado. A minha família Nós escolhemos ficar aqui porque a gente o número de criança né como eu tenho 10 filhos nosso número de criança era bem maior e tipo assim ainda teve uma seleção dos apartamentos ali no Tangará e acabou que meio que a minha família não foi escolhida pela quantidade de filhos de pessoas que eram então a gente não tivemos escolhas ficamos aqui. Aqui na Terra do Sol e adjacências quando a gente chegou nós montamos um projeto chamada “Ação social com a família” que acabou os meio que não deu certo como a gente sabe né em todo o trabalho social até as pessoas que vem para se aproveitar da situação nós caímos em em vários contos de fadas que tipo pessoas que veio para se aproveitar da situação, tipo assim, da miséria das pessoas que vivia, né, tivemos uma pessoa que trabalhavam e que eram presidente da ação social com a família a qual eles entraram aqui para dentro no intuito de só de se beneficiar, né, e nisso a gente se desligamos deles. Tomamos muito prejuízo, né, prejuízo financeiro, prejuízo material nós tivemos com essas pessoas e nisso a gente se desligamos deles e montamos o nosso projeto “levando amor”. Foi quando a coisa já começou a andar de fato, de verdade, porque quando a gente fazia parte da outra associação a gente meio que tudo tinha que dar satisfação e tudo mais, hoje a gente não precisamos disso porque tudo tem que passar por mim, por Deus primeiramente e depois por mim, e eu já executo direto. E nisso a gente começou dentro do nosso “projeto levando amor” a gente começou com um projeto “adota uma família e dê um lar digno de se morar”, “fazer o bem sem olhar a quem” que é de cuidar dos idosos, e vários outros projetos como correr atrás do emprego para as mães para os pais para quem queira trabalhar hoje nós temos dentro do nosso projeto “levando amor” 272 jovens e adolescentes no mercado de trabalho no qual a gente busca amigos que pagam o curso e amigos que acaba que meio que essas pessoas mesmo que patrocina o curso para nossos adolescentes eles acabam sendo a pessoa que emprega, né, tipo é uma porta que se abre assim e que graças a Deus não tem fechado nem tem dado problema. Temos 42 mulheres que temos a oficina de costura, a qual gente também conseguimos uma parceria que fizeram de corte, costura e modelagem do Sest Senai de Aparecida que hoje trabalha na nossa

escolinha no período noturno com sua costura a qual a gente busca o a matéria-prima para elas aqui o 44 várias lojinhas aqui dos arredores né e elas executa o trabalho no final da semana elas acertam diretamente com a pessoa que confiou o trabalho, né, o seu material. Então assim, não é só alimentar, hoje nós temos 973 famílias, são todas necessitadas? Não. Porque necessitada para mim é aquela família que mora, tipo, mora numa barraca de lona, que não tem nenhum tipo de renda, que dependa só de bolsa lá sei lá o que família e tudo mais tu tá assim para mim isso é o extremo necessidade. Hoje nós temos mais de 800 famílias no mercado de trabalho então isso quer dizer que é necessitado? Não. Porque se na casa tem duas pessoas que trabalham com um salário mínimo, né, é pouco sim mas olha, a pessoa está aqui não paga creche para o filho, não paga despesa com o filho, ela não vai comer em casa porque trabalha, ele não vai comer em casa porque come no trabalho, então assim, a gente orienta o que? Que eles faça, construa sua própria casa, então direta ou indiretamente, nós já construímos mais de 480 casas entre Terra do Sol e adjacências, Continental e Buenos Aires, então o que que acontece, aquela família, quais são as casas aos quais damos prioridade com construção de casa quando a gente consegue quando a gente ganha a construção é aquelas família que é mãe solteira né, a gente amigos doam o material e a gente aqui da nossa Associação fazemos o trabalho de mão de obra que é a construção acontecer, é aquele idoso que não tem da onde tirar, ou muitas das vezes é aquela mãe que tem criança deficiente e muitas das vezes aquela mãe ou aquele pai, ou aquela família com pai e mãe né só que tem muitos filhos. Essas são as famílias que a gente dá prioridade. Isso quer dizer que a gente não é ajudado mais? Sim a gente ajuda só não da forma que a gente ajuda esses. Por exemplo a pessoa conseguir comprar o tijolo a gente ajuda com o cimento de acordo com o que a gente ganha, por que, lembrando é sempre doação, então assim, se a pessoa comprou o tijolo, cimento e falta areia e ferro a gente vai pedir para os nossos amigos a areia ou o ferro e tudo mais para a gente fazer acontecer, ou seja, dessa forma direto ou indiretamente a gente está no meio das construções e estamos ajudando de todas as formas. Tudo que chega entre doações, comida, roupas, calçados é dividido por partes iguais com aqueles que realmente precisa, não é dividido entre todos porque depende do trabalho da pessoa, depende do valor do salário, depende de quantas pessoas tem na casa trabalhando, temos casa hoje aqui dentro do Terra do Sol e adjacências que para você ter um exemplo que tem 5, 6 pessoas trabalhando, então não é necessitado ao ponto de precisar da ajuda de uma cesta básica ou leite e tudo mais a gente ajuda com o auxílio com o cuidado das crianças, com o auxílio com o cuidado com os idosos e com o auxílio com o que a gente ganha e no que a gente pode para construção da casa daquela pessoa mas não com alimentos que chega para aqueles pessoas que não tem. De acordo com o que chega a gente divide com quem precisa, porém, a gente enfrenta alguns problemas porque as pessoas acha que se chegou então é para todos, e não é, porque não é justo você deixar de ajudar quem realmente precisa para ajudar quem não precisa. Porque a partir do momento que você pega uma cesta básica, uma caixa de leite uma roupa um calçado e dá para uma pessoa que não precisa você tá contribuindo para que ele pega aquele dinheiro que ele ganhou no final do mês use droga, tome cachaça né, vai para festa, vai para balada sem contar que você ainda tá contribuindo com o risco que corre as nossas crianças disco de estupro, risco de violência severa, risco de ficar sozinho em casa e ocorrer um acidente, que já teve né de um outro dele sem saber se virar se queimar no fogão ou eles botam fogo na própria casa por aí vai então assim a gente tem que pensar muito bem até para você ajudar minha irmã você tem que ter uma sabedoria porque se a tua ajuda chegar em mão errada você Está contribuindo não para alimentar você não Está contribuindo não para ajudar você Está contribuindo para que o mal aconteça como esses que eu já citei aqui então assim por isso que

a gente tem um cadastro todas as pessoas que estão trabalhando a gente faz esse cadastro A gente temos o cadastro dele nós pedimos sempre sempre, Xerox dos documentos, carteira e tudo porque a gente precisa saber quem precisa e quem não precisa e sem esse dado eu não consigo saber né A gente temos um código que é quando acontece algo na criança né Por exemplo ou a criança chegou aqui relatando que foi tocada, ou a criança chegou aqui relatando que apanhou ou qualquer coisa do tipo aí no outro dia a criança já não vem a gente temos algum, tipo assim, a gente vai até aquela pessoa que nos ajuda Pede uma cesta básica, um leite, ali a gente temos como entrar na casa daquela pessoa com aquilo ali que vai na mão de entregar o que aconteceu com a criança com a criança não chegou na escolinha no dia seguinte. As nossas crianças estão acompanhadas porque temos amigos que são psicólogo nós temos amigos que tem clínica de odonto, nós temos amigos que tem clínica de oftalmo Então se a gente vai buscando a gente acompanha de perto para que não corre risco né de acontecer algo e a gente e passar despercebido e graças a Deus durante esse tempo todinho que nós estamos aqui nunca aconteceu um ocorrido que a gente não conseguisse identificar antes do Mal acontecer a gente orienta as nossas meninas não pode sentar no colo, a gente orienta “no 12” mesmo né aquela coisa não pode e acabou não pode, não pode deixar tocar não pode beijar não pode sentar no colo não pode dormir na mesma cama não pode ficar sozinha na mesma casa não pode estranho parar carro e pedir para entrar, não pode entrar no banheiro junto a gente orienta dessa forma e dessa forma graças a Deus nós estamos conseguindo eliminar essa desgraça de estupro, de espancamento a gente orienta a última criança que a gente teve estuprada, o padrasto falava para ela se você contar para sua mãe a gente te abandona sua mãe não vai acreditar e a gente orienta conta para tia que a gente vai acreditar. Quando as crianças chega e relata algo nós temos um contato direto com Conselho Tutelar e Juizado da infância o qual a gente já encaminha sendo verdade ou não é melhor a gente descobrir do que deixar acontecer né e depois a criança pagar o preço que quem paga não somos nós é a criança nunca chegou um relato da criança falar ó tocou fez isso fez aquilo e a gente correr atrás e não ser verdade sempre foram verídico foram coisas tipo assim comprovado né então assim por isso que a gente é ligada o tempo todo 24 horas a gente orienta a criança tá com fome vem para casa tipo nós somos cinco voluntárias adultas e nós temos mais cinco adolescentes e temos mais 15 meio que intermediando a gente fala para ele vai na casa dos voluntários, vai na casa das tias da escolinha porque como é um setor que não é muito grande né então tem como ele ter acesso a circular e a gente descobriu que possa acontecer e intervir antes do acontecido então assim a gente somos ao total de mais de 20 pessoas que trabalha né percorrendo em busca de Livrar né impedir que isso aconteça inclusive Polícia Civil, Polícia Militar, aqui a BOPE daqui de dentro do CEPALGO, né, a POG assim é presente 100% como você mesma viu, toda segunda-feira eles estão aqui se a gente precisar é uma polícia mais próxima a GCM do nosso município temos o pastor Sandro né que é uma pessoa assim que é uma ponte direta então assim nós temos o suplente de deputado o WILLIAN PANDA, que é assim uma pessoa que está presente 24h com a gente, que precisou pode ser de dia de noite a hora que for e sem essas parcerias que a gente tem de amigos, empresários, igrejas, grupos como de vocês a gente não conseguiria fazer esse trabalho tão gigante tem hora que eu fico imaginando eu paro às vezes penso assim “senhor, como que ficou tão grande de repente” Pois é porque assim para mim ontem né a gente tava ali na porta pedindo e hoje a gente tem graças a Deus, Deus tem colocado Deus nunca permitiu que a gente usasse o último leite para chegar ao outro e olha que são 36 litros de leite por dia de 3 em 3 horas são 72 mamadeirinha aqueles tem café da manhã eles têm um almoço aí os pequenininho tem almoço e tem a mamadeirinha à tarde eles têm a frutinha sabe assim

então assim é uma coisa assim que é de Deus porque se não fosse Deus não prosperava, minha irmã, não prosperava,

Não temos nenhum respaldo da prefeitura, somos só nós, a gente até já buscou mas não conseguimos, né, não tivemos êxito, não temos ajuda nem da prefeitura nem do Estado dentro do município e já tentaram já tentamos e inclusive a gente perdeu uma construção de uma creche você meio a gente estava com 48 empresários uns de Goiânia outros de fora de Goiânia inclusive pessoas nos Estados Unidos que estava patrocinando né uma construção de uma creche modelo militar né a qual a gente iria funcionar 100% com salário para funcionário e tudo mais tudo patrocinado por eles a gente levamos o projeto até o prefeito apresentamos o projeto e não saiu de promessa. A gente construiu, nós começamos na verdade e uma biblioteca de pallet com papelão e tudo mais depois a gente eu vendi a minha casa e dois lotes que eu consegui com muita luta conseguimos fazer o primeiro piso o primeiro estado da escolinha não demos conta fomos para as redes sociais pedir ajuda e tudo mais logo depois veio a Live do Gustavo Lima foi o que deu esse tapa toda aqui não conseguimos receber a live do Gustavo Lima 100% nós recebemos da live do Gustavo Lima em torno de 270, 280.000 em comida E em material de material para construção da escolinha que foi o acabamento que temos aqui, o piso, Foi com esse não recebemos valores nós Recebemos um material de construção e a construção de 23 casas foi isso que nós recebemos com o Live do Gustavo Lima e foi isso que nós fizemos de acordo foi chegando o material a gente foi dando essa cara linda que tá na escolinha e ajudando as amigas que mais sendo que a escolha da escolinha não foi eu que decidi eu sentei com a equipe do Gustavo Lima e a gente decidiu junto e as famílias foram selecionadas também pela equipe do Gustavo Lima então assim todo um acompanhamento durante e depois da construção até a entrega por parte da equipe da equipe dele né então assim foi foi apenas a metade sim, mas foi uma coisa que ajudou e muito né até hoje quando eles fazem show o alimento vem para nós né, não é suficiente porque a quantidade de pessoas né pela quantidade de comida que é servida na escolinha mas sempre que vem dá um empurrãozinho muito bom. Durante a pandemia a gente não parou porém fomos multadas algumas vezes porque não poderia fazer aglomeração mas era o único lugar que a gente tinha para que as nossas crianças se alimentasse ficasse seguro para você ter uma noção durante a pandemia nós fizemos um surto de mulheres sendo espancada um surto de criança sendo machucada assim Severo E aí a gente foi em 30 dias que a gente ficamos com a portas fechada a gente Decidimos não vão fechar, deixa vir o que vier a gente vai aguentar a mão e pronto acabou é meio que aqui além da escola além de escolher as Crianças a gente ainda devemos procurar as famílias que também não tinham que comer em casa porque muitos perderam emprego, para você ter uma noção tivemos mais de 500 famílias, 500 pessoas, que foram demitida, por as empresas estarem fechando, né, e a gente ficou com essas pessoas em casa, ou seja, a criança que comia aqui que o pai comia no emprego a mãe comia no emprego virou aquela bola de neve a gente meio que ficou responsável por alimentar a mãe a criança o pai e os outros irmãos que ia para escola que fechou lá por conta da pandemia aqui na escola já durante a pandemia teve dia da gente servir até 300 refeições ou seja refeição que você sabe que a porção de comida para as crianças é diferente da porção de um adulto né e em quantidade se nós tivemos dias a gente servir 200, 300 crianças né com a porção dela e mais 100, cento e poucos adultos com a porção do adulto de almoço e café da manhã e jantar então se por aí você já tira o tamanho que é a nossa responsabilidade.

Elaine - Conte um pouquinho da sua história até aqui:

Minha história é, sou paraibana, mas eu vim de Rondon do Pará, meu esposa lá era mecânico a diesel de trator e tudo mais e acabou que a gente lá a gente não vivia muito bem e decidimos

vir para cá em busca de algo melhor para os nossos filhos de oferecer uma vida mais digna para os nossos filhos a gente de imediato Chegamos aqui arrumamos emprego nós dois só que aí a gente tivemos um filho, eu engravidei de um filho especial que tem microcefalia né que é o meu Gabriel e ali vem que tu começou todo um transtorno né que eu eu meio que ia para o serviço tava crise convulsões e tudo mais e decidi né sair da empresa porque eu não tinha ânimo nem para trabalhar porque os problemas que ele sentia eu sentia durante a nossa a minha gravidez e eu não tinha como trabalhar depois que eu sair da empresa durante 6 meses só que eu descobri que era uma criança especial e tudo mais e aí eu não começou a ocorrer as nossas necessidades a gente já tinha fora ele mais cinco filhos né e o meu esposo com um salário mínimo na época de R\$ 75 para pagar aluguel, água e luz e sustentar a casa não dava conhecemos uma amiga chamada Silvana que trabalhava dentro do lixão e morava dentro do Lixão E aí ela foi me falou vai para lá com tudo que a gente conseguir você consegue também a gente veio não fiquei morando diretamente dentro do lixo mas porque mora nos fundos porque algumas pessoas que estavam dentro tava morando lá não permitia que outras pessoas entrava né infelizmente existisse isso e eu arrumei uma pessoa me cedeu uma chácara nos fundos a qual eu tinha acesso de pegar a comida a reciclagem e tudo mais meio que né na marra e conseguimos passar por essa etapa a qual meu esposo foi mandado embora, a empresa fechou e ele foi mandado embora e a gente ficamos a mercê de não ter como pagar aluguel nem nada e viemos para cá chegando aqui eu vi muita coisa assim horrenda, eu vi uma mulher que não me sai da cena assim a cena dela na minha cabeça que foi a Flávia ela levou 101 facada do esposo dela para defender uma criança um bebê que estava chorando no braço dela de 9 meses e ali a gente foi assim o impulso tipo assim como ela tinha ido logo mais cedo na minha casa pedir ajuda só que não dá tempo a gente meio que eu não tive sabedoria na hora que estava acontecendo com ela hoje tinha uma mulher chegasse Só no olhar dela já sei o que que tá acontecendo com ela eu não tive ela chegou agora eu preciso falar assim eu falei espera um pouquinho aí ela é urgente eu espero só um pouquinho só que aí o que acontece nesse pouquinho o marido dela chegou e levou ela quando ele chegou foi que eu vi o desespero dela mas já tava sem jeito que ele era muito como que te falou muito ignorante muito estúpido e aí levou ela e tipo assim tanto bebia ela e usava droga ela como ele e ela já mãe de mais cinco outros filhos só que dele só tinha esse neném. E aí quando ela chegou em casa ela me mandou uma mensagem “me ajuda” aí eu falei que que tá acontecendo ela falou assim até hoje eu tenho uma mensagem dela gravada no meu celular, ela falou assim falou lá o nome do esposo dela que eu não vou falar agora né, ela falou assim “fulano de tal” vai me matar eu falei tem como você sair dentro da casa entra na casa da vizinha e eu vou ver se eu consigo alguém que na época eu não tinha carro que possa me levar até aí para mim te buscar ela falou assim aí fica louca a mensagem dá um pouco ela falou assim eu não consegui sair dentro de casa ele vai me matar só que nisso eu no desespero eu não tinha carro eu ligava para polícia não ia não chegava até aqui para mim levar até lá na casa dela e eu fiquei meio sem saber nem como quer ajudar ela porque era longe onde ela morava daqui para lá para casa dela e nisso quando foi à noite eu fui passando na Avenida do CEPAIGO, que você passa ali em frente a Zupani e vi um corpo estirado no chão, já tinha polícia tudo mais eu falei não se acabar de matar um só que como essas Avenidas que é comum porque é onde passa os presos que sai do CEPAIGO, onde passa os presos que ia Antigamente pro semi aberto nessa época a gente só imaginou que era um preso que tinha matado outro alguma coisa do tipo e não era, ela correndo para cá para pedir ajuda e Ele alcançou ela e desferiu essas facadas nela quando a gente chegou, parou eu cheguei mais um pouco a frente e encontrei uma pessoa conhecida que falou “nossa, acabou de matar a Flávia!” , aí eu corri de volta, naquela sabe assim, louca louca sem saber

nem o que fazer quando eu cheguei lá a gente encontramos ela meio que de cócora e segurando o bebê aqui assim sabe e aí a gente meio que ficamos nesse dia eu convidei assim eu não sei se foi no na loucura não sei eu só sei que eu te pedi que todas as mulheres do setor viesse para cá na época era só uma um pouquinho tipo a barraquinha e tudo mais e vieram nesse dia eu não tinha noção ainda de quantas pessoas tinha aqui na nossa comunidade né Não acertou nesse dia eu olhei tinha 3400 pessoas maioria mulheres e eu tipo assim eu me levantei eu falei gente eu sei que se nós unir força nós consegue sobressair da nossa situação que estamos hoje ninguém acreditava todo mundo assim começou aquele burburinho no meio e eu falei assim gente ou nós faz alguma coisa agora ou vai morrer mais mulheres vai morrer mais criança vai ser mais criança e adolescência estupradas e nisso a gente foi movimentando no outro dia eu já tava com um grupo de mulheres formadas para nós trabalhar na escolinha com a gente conversou com 20 crianças hoje nós temos 150 crianças limitada a gente pois limite porque nós não temos como cuidar de tantas crianças né porque é melhor você ter um tanto “X” que você dá conta de cuidar e cuidar bem do que você encher aqui nós não ter como cuidar e nisso a gente começou a trabalhar no duro no duro fui buscando parceria com Polícia Civil, Polícia Militar, Juizado da Infância e vários outros órgãos e naquilo a gente conseguiu né, amigos que fosse nos ajudando né com essas mulheres a favor onde estão no mercado de trabalho muitas morreram por falta de ajuda outras morreram com vergonha de contar a situação para gente ou para alguém ou chamar ou medo de chamar a polícia né meio que esses maridos agressores foram se matando entre si por conta de droga tráfico e tudo mais né e meio que foi dando um alívio para essas mulheres para essas mulheres que vivia nessa situação né e isso minha amiga só cresceu gigantesco o nosso projeto “Levando amor” que está nessa dimensão que ele está hoje.

Elaine - Você acha que, como mulher, ajudou e ajuda outras mulheres a sair da violência, você acha que mesmo ainda sofre preconceito?

Não como antigamente como há 5, 6 anos atrás. Mas hoje a gente meio que tem nós temos dificuldade eu vou te dar um exemplo existe homem pai das nossas crianças que por exemplo bate na esposa ela trabalha o dia inteiro à noite apanha no outro dia tem que trabalhar para sustentar ele entendeu muita das vezes a gente vai na casa porque o vizinho lá a fulana tá apanhando a gente vai na casa e chega lá meio que ele quer ser o “homão” da casa e aí entra no nossos marido que é mais homem do que ele entra a Polícia Militar que é mais homem do que eles, entra Polícia Civil entra o GCM, aqui a BOPE entendeu então assim quero ver se ele é homem suficiente às vezes é homem suficiente para chegar na porta da escolinha tentar tirar uma criança a força né Como já aconteceu mas quando ele tenta tirar uma criança a força que a gente pede ajuda da nossa segurança que não é porque a segurança pública nos ajuda, é amigos que nós temos que trabalha dentro da Segurança Pública, entendeu? porque eu vou te falar uma coisa a gente fica aqui duas três horas aguardando a viatura chegar eu ligo para amigo que é policial chega em 5 minutos então muitas das vezes chega até antes do Mal acontecer Entendeu assim é bem complicado.

Nós tínhamos um índice em 2013/2014 de meninas de 15 anos tendo filho assim, ó, hoje a gente não tem mais as nossas meninas hoje é no mercado trabalho, estudando entendeu? A gente tinha um índice muito alto muito alto mesmo de mulheres que tinha cinco, seis filhos e paria mais um. Hoje a gente não tem mais porque a gente conscientiza nós temos nós com a ajuda que veio do Gustavo Lima através da ajuda dele nós fizemos uma parceria com o médico Dr Valdir o qual foram laqueadas mais de 200 mulheres entendeu 200 mulheres que tinha acima de três filhos porque não tinha como a gente fazer com mulheres que tinha um

filho dois filhos de deixar ela que tinha um filho “saindo pelo telhado” então assim a gente sempre prioriza quem realmente precisa amiga sempre é óbvio que isso causa algum desconforto em algumas pessoas porque as pessoas eles querem, Infelizmente aqui em qualquer outro lugar vai existir pessoas que querem tirar por meio da situação dos outros só que aqui no projeto “Levando Amor” a gente não permite quando as pessoas vem, “ai vou te doar cem cestas básicas” pode ter certeza as pessoas que estão ali na fila São pessoas que realmente precisa eu vou na casa eu faço levantamento eu meio que sou bem invasora Eu quero tomar O cafezinho eu quero olhar o armário porque eu tenho que certificar porque tá na minha responsabilidade Então eu tenho que me certificar se realmente vai para quem precisa quando a família é grande a gente acontece até de dar duas vezes para mesma família por exemplo uma mãe sozinha com 10 filhos, Você entendeu? a gente pensa nesse sentido aí às vezes alguém começou a falar: “ah deu duas para a mesma pessoa” mas você não sabe o histórico da família, eu sei, você não sabe e que situação aquela mãe vive com aqueles filhos, que eu sei você entendeu? Ah mas aí mas “fulano” ficou sem, “fulano” espera para a próxima, porque se eu deixei o “fulano” para depois é porque “fulano” pode esperar.

Com relação ao meu marido, o meu esposo ele não é só meu esposo ele me incentiva ele está do meu lado Ele trabalha junto comigo tanto é que ele tá ali fora né ele nós trabalhamos juntos nós vivemos juntos nós somos companheiros nós somos amigos nós somos pais nós somos funcionário público que ele é gari Eu Sou gari sabe nós temos uma parceria muito boa e uma comunicação muito boa então assim nem ele é mais e nem eu sou mesmo nós somos iguais nós dois porque quando Deus fez a Eva e o Adão, Deus não colocou para trás nem na frente Deus colocou os dois para andarem lado a lado, então nós compartilhamos o nosso lado bom do nosso lado ruim junto e graças a Deus tem dar certo porque quando um tá mais alterado o outro chega e acalma o outro e aí a gente dá conta de dar mais um passo, mais um dia. A gente não tem noção quantas vezes eu já pensei em parar de trabalhar aqui pela dificuldades ameaça de pessoa ó quando a gente tira uma adolescente da rua coloca no mercado de trabalho e na escola nós estamos tirando dinheiro do traficante quando a gente tira aquela menina que se prostitui e Coloca ela no trabalho mostra para ela que ela pode ter uma vida digna Nós estamos Nós estamos tirando dinheiro do bolso do aliciador porque a menina só se prostitui porque tem aquela pessoa que traz aquela pessoa para que ela se prostituta e ele ganha o dinheiro ela ganha um pouco sim mas ele ganha mais E nisso ele acaba ele acaba com a dignidade dela não é nem a pessoa que tá ficando ato é o aliciador então assim é que a gente só para mim aqui a gente a nossa família sofre ameaça constante, aqui tem pessoas que se pudesse ver a gente morto já estaria morto por conta disso tá falando agora aqui de pessoa que não tipo assim é Primeiramente Deus se não fosse Deus na nossa frente a gente já teria sido esbagaçado, mas temo um Deus todo poderoso que não cuida Porque quanto que Deus te dá uma missão ele só te dar porque você é capaz, ele te capacita antes, ele não vai te colocar você em qualquer lugar que seja sem te capacitar antes ou ele tinha capacita durante, não depois pois sabe que você não vai aguentar.

Elaine - Qual sua meta para o futuro na comunidade?

Eu vou te falar uma coisa, sou igual ao José do Egito, eu gosto de sonhar e sonhar alto eu eu acredito que a gente com a garra que nós temos hoje com o trabalho que nós temos eu falando nós porque não existiriam o projeto “levando amor” sem os moradores, você concorda? não existe o projeto “levando amor” sem doadores, não existe o projeto “levando amor” sem os nossos amigos mantenedores e não existe projeto “levando amor” sem as nossas crianças por isso que eu me refiro “nós”. Então assim eu eu acredito que nós daqui a uns três, dois anos,

três, quatro anos, isso daqui já vai ter assim porque olha para você ver em quatro anos nós estamos dessa forma mais quatro anos para frente eu acredito que a gente não vai ter mais barraca de lona a gente não vai ter mais a lama a poeira a gente vai ter sim uma escola aqui edificada pelo estado pelo Município porque nosso Deus é fiel e eu acredito que vai a gente vai estar tudo regularizado e enquanto isso aqui não tiver dessa forma que eu estou te falando não o propósito de Deus não tivesse se cumprido para mim eu não vou parar de sonhar eu não vou parar de respirar porque eu respiro o mesmo ar que as nossas famílias do Terra do Sol e adjacências respira, que as nossas crianças respira. O que eu faço para eles eu faço para mim também porque você vê o meu filho tá aqui no meio das Crianças minha netinha então tô ensinando eles não tem dinheiro que paga as minhas filhas são professoras junto comigo não tem dinheiro que paga elas estão trabalhando e elas estão e eu estou acompanhando o crescimento desenvolvimento e o que que está acontecendo Então assim eu sonho que um dia meus filhos vão estar formado as crianças do Terra do Sol e adjacências também e sonho com o futuro breve bem breve assim ó de exaltação de prosperidade para Nossa Terra do Sol e adjacências, Continental e Buenos Aires então assim tudo que a gente adquira não é para um, para dois, é para nós para todos que tá assim por isso que eu acredito que todo breve em breve eu acredito também que aqui já está sendo um setor que vai em breve será regularizado o setor reconhecido né que já é reconhecido mas reconhecido que eu te falo Pelas nossas gestores pelo nosso ministério público né que falam que fazem que realmente não fez nada até agora né então assim eu acho assim que para você ter um órgão público que fala assim “eu faço, eu fiz” eu acho que deveria ter algo concreto não só papel rasgada algo que chega assim eu fiz igual a nós do projeto “levando amor” temos fotos nós temos nota fiscal nós temos vídeo trabalhando de casa que nós construímos de crianças que nós educamos, de criança que nós ensinamos, de criança que nós alimentamos de família de idosos que nós cuidamos alimentamos e cuidamos na forma de capacitar, de colocar no mercado de trabalho e tudo mais. Então assim se realmente fala que faz mostra que faz e ele não gosta porque eles não fizeram nada aqui.

ANEXOS A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA LÍDER COMUNITÁRIA: dimensões Sociais e Educativas

Pesquisador: ELAINE DA SILVA BARBERINO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63960322.7.0000.8113

Instituição Proponente: UEG CÂMPUS ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.848.485

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO 2025485", de 29/11/2022); Projeto de Pesquisa ("PROJETO", de 29/11/2022); TCLE ("TCLE", de 29/11/2022).

IDENTIFICAÇÃO:

TÍTULO: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DE UMA LÍDER COMUNITÁRIA: DIMENSÕES SOCIAIS E EDUCATIVAS

PESQUISADOR: ELAINE DA SILVA BARBERINO

VERSÃO: 2

NÍVEL: MESTRADO

Resumo:

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
 Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
 UF: GO Município: ANAPOLIS
 Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

O estudo apresentado tem como problemática a necessidade de registrar o percurso de vida de uma líder comunitária, como forma de justificar suas ações frente a sociedade e o modo como constrói uma perspectiva de vida garantindo a emancipação social e educativa dos moradores da comunidade a qual lidera. O objetivo central do estudo é desvelar a dimensão social e educacional nas vivências e experiências de uma líder comunitária da região metropolitana de Goiânia, para tanto será necessário cumprir, especificamente, os seguintes objetivos específicos: compreender as vivências e experiências de uma pessoa através de sua história de vida apontando os efeitos das suas ações enquanto líder comunitária; entender o perfil de líder comunitária e suas características e relevâncias de suas ações e; refletir as implicações sociais e educacionais com vistas a garantir a emancipação dos indivíduos residentes na comunidade. Como percurso metodológico adotará o método fenomenológico que se caracteriza como o ato de descrever e interpretar os fenômenos mediante a consciência do pesquisador com base nas suas experiências, porém sem interferir no objeto. A abordagem será qualitativa utilizando como procedimento de recolha de dados a entrevista narrativa, de modo a compreender e interpretar o percurso da vida de uma líder comunitária da região metropolitana de Goiânia, Goiás. O intuito é de apresentar o modo como a vivência e experiência possuem significado para o conhecimento do objeto em estudo que tem como definição o modo como uma líder comunitária pode promover na sua comunidade, ações que visam garantir uma emancipação social e educativa. Os fatores determinantes na escolha da narrativa de vida de uma líder comunitária, suas vivências e experiências mediante as mazelas permeadas na exclusão social e marginalidade de uma comunidade carente na região metropolitana de Goiânia, se faz necessário para compreender como esta luta cotidiana é concebida por dezenas de famílias carentes nas dimensões sociais e educativas e estas ações visam descortinar a invisibilidade destas pessoas. Para tanto, será realizado uma entrevista semiestruturada considerando as seguintes pautas: infância, adolescência, família, migração para o estado de Goiás, trabalho formal e o trabalho comunitário nos âmbitos sociais e educativos. Tal entrevista tem como intuito identificar a trajetória de vida da líder comunitária e seu papel frente a comunidade.

Introdução:

O estudo apresentado trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento e que tem como problemática a necessidade de registrar o percurso de vida de uma líder comunitária, como forma

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 09, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

de justificar suas ações frente a sociedade e o modo como constrói uma perspectiva de vida garantindo a emancipação social e educativa dos moradores da comunidade a qual lidera. Assim, com viés fenomenológico que busca interpretar os fenômenos mediante a consciência do pesquisador embasados nas suas experiências a abordagem será qualitativa utilizando como procedimento de recolha de dados a entrevista narrativa ao qual consiste no ato de coletar histórias, vivências, experiências, onde se encontrará informações para fins de compreensão do fenômeno proposto. Analisar-se-á, também, o perfil de liderança exercida bem como os efeitos sociais e educativos, consequência da luta constante por parte da líder comunitária com vistas a promover a garantia dos direitos fundamentais dos residentes da comunidade.

Hipótese:

Sabendo que constitucionalmente, todo cidadão tem direitos fundamentais que garantem seu bem estar, onde deve ser garantido conforme o artigo 6º da CF/88 os direitos "a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados" os indivíduos residentes em regiões periféricas nem sempre tem esses direitos devidamente garantidos e em decorrência disso a presença de líderes comunitários engajados na luta por melhores condições vida de modo a garantir a emancipação social e educativa dos moradores de sua comunidade.

Metodologia:

Metodologia Científica corresponde a um conjunto de etapas, ordenadas, que serão devidamente cumpridas na investigação do tema proposto e com a finalidade de responder as indagações preconizadas acima, esta pesquisa, especificamente, aproxima-se da abordagem fenomenológica pois caracteriza-se como o ato de descrever e interpretar os fenômenos mediante a consciência do pesquisador com base nas suas experiências, porém sem interferir no objeto. Bicudo (2011, p.30) afirma que o fenômeno ao qual se deseja conhecer é "o que se mostra no ato de intuição efetuado por um sujeito individualmente contextualizado, que olha em direção ao que se mostra de modo atento e que percebe isso que se mostra nas modalidades pelas quais se dá a ver no próprio solo

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

em que se destaca como figura de um fundo". Ao interpretar os fenômenos com base na consciência do sujeito, a pesquisa fenomenológica é caracterizada como uma pesquisa qualitativa, pois sua intenção é justamente analisar o ato em si e não construir uma verdade definitiva. A abordagem qualitativa além de atender os objetivos da pesquisa, deverá levar em consideração o fator emocional do entrevistado, de modo a analisar como percebe o desempenho de suas ações frente a comunidade ao qual é líder. A opinião, neste caso, é de extrema relevância para que se possa chegar a uma análise mais precisa. Quanto aos objetivos, a pesquisa é de caráter exploratório, pois se pretende identificar os fatores determinantes para as ocorrências dos fenômenos, realizando desde o levantamento bibliográfico até entrevista com pessoas que possuem experiência no objeto de pesquisa para dar subsídio ao estudo. No caso desta investigação, será realizada uma entrevista com uma líder comunitária com fins de obter informações acerca das ações sociais e educativas realizadas na comunidade. A pesquisa exploratória possibilita que haja uma maior integração entre o pesquisador e a temática pesquisada com a finalidade de torná-lo mais explícito, ou seja, busca-se a elaboração e aprimoração das ideias. Sendo seu planejamento mais flexível, em que se pode considerar os mais variados aspectos relativos ao objeto de estudo, optou-se por utilizar tanto o levantamento bibliográfico quanto entrevista com a líder comunitária ao qual possui experiência suficiente para subsidiar este estudo. No caso dos procedimentos técnicos, será utilizada a pesquisa bibliográfica ao qual corresponde ao início de toda pesquisa, analisando materiais que já foram elaborados, bem como livros e artigos publicados com a finalidade de representar a parte teórica que sustentará e servirá de base para a dissertação proposta. Conforme foi explicitado acima, será empregada a pesquisa Qualitativa e esta se dará por meio do uso da Narrativa, de modo a compreender e interpretar o percurso da vida de uma líder comunitária da região metropolitana de Goiânia, Goiás. O intuito é de apresentar o modo como a vivência e experiência possuem significado para o conhecimento do objeto em estudo que tem como definição o modo como uma líder comunitária pode promover na sua comunidade, ações que visam garantir uma emancipação social e educativa. Esta técnica nos permite analisar o impacto da interação social sobre as crenças e decisões tomadas. Segundo Labov e Waletzky (1967, p.21 apud PAIVA 2008), a narrativa de experiência pessoal pode ser considerada como sendo "um método de recapitulação de experiências passadas combinando uma sequência verbal de orações com a sequência de eventos realmente acontecidos". Assim, as narrativas devem ser concebidas a partir da compreensão que a história de vida podem ser fontes inesgotáveis onde o sujeito reproduz em sua fala a subjetividade com o saber reflexivo representando seu passado e a construção de suas ações.

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 00, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439

E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

Critério de Inclusão:

Sabendo que a pesquisa qualitativa tem como um de seus objetivos entender os motivos de determinados comportamentos e a escolha deste método ocorreu em detrimento da necessidade de se compreender a experiência de vida da líder comunitária em questão. A utilização da narrativa permite compreender que o entrevistado já possui conhecimento prático ao qual orienta suas ações. Assim sendo, a escolha desta líder comunitária, especificamente, se deu em decorrência dos primeiros contatos da pesquisadora enquanto apenas era meramente participante de um grupo que realiza doações de mantimentos, roupas e brinquedos e a via, com admiração, como a comunidade se desenvolvia por conta da sua luta diária. Deste modo, fez-se necessário a construção de um projeto com vistas a elaboração da dissertação do programa Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias tendo como propósito apresentar as ações realizadas por esta líder ao qual pretendem e/ou garantem uma emancipação social e educativa da comunidade local.

Critério de Exclusão:

Não foram apresentados pela Pesquisadora.

Tamanho da Amostra no Brasil: 1

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Desvelar a dimensão social e educacional nas vivências e experiências de uma líder comunitária da região metropolitana de Goiânia.

Objetivo Secundário:

- Identificar e relacionar o perfil da líder comunitária, personagem da narrativa, permeando entre características de um líder com os efeitos sociais e educativos de suas ações;
- Defrontar e compreender os direitos fundamentais, previstos na constituição, a todo cidadão com as ações promovidas pela líder comunitária de modo a garantir estes direitos;

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

- Apresentar as implicações sociais e educacionais com vistas a garantir a emancipação dos indivíduos residentes na comunidade

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos relacionados à participação neste estudo são de cunho psicológico, intelectual ou emocional pois a entrevistada poderá sentir-se desconfortável ao exprimir informações a respeito da temática da pesquisa. Para evitar e/ou reduzir os riscos de sua participação asseguraremos a confidencialidade, privacidade ao ser entrevistada buscando um local mais reservado, garantindo que as informações recebidas não serão utilizadas com finalidade de causar prejuízo ou dano as pessoas envolvidas.

Benefícios:

A pesquisa tem como benefício esclarecer e desvelar aspectos referentes a importância de uma líder comunitária engajada em prol da comunidade tendo como propósito reivindicar as garantias fundamentais que todo cidadão tem como direito, assegurando a emancipação social e educativa daqueles residentes tirando-os da invisibilidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

1. Recomenda-se à pesquisadora que insira a data correta do TCLE antes da entrega das duas vias do TCLE à participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Lista de pendências, respostas e análise

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

1. Quanto ao Projeto Detalhado e às Informações Básicas da Pesquisa – referente foram retiradas dos arquivos "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO 2025485" e "PROJETOCOMITE", postados na Plataforma Brasil em 05/10/2022 e 28/09/2022, respectivamente,.

1.1 Local de realização da pesquisa

Todos os protocolos de pesquisa devem conter, obrigatoriamente, os locais onde ocorrerão as etapas da pesquisa. Solicita-se inserir, no projeto detalhado, informações sobre o(s) local(is) de realização da pesquisa (Norma Operacional CNS n.º 001, de 2013, item 3.4.1.5).

RESPOSTA: O local da pesquisa (Aparecida de Goiânia) foi indicado no arquivo do Projeto de Pesquisa.

ANÁLISE: SOLICITAÇÃO ATENDIDA

1.2 Metodologia

1.2.1 Quanto à metodologia de coleta de dados por meio de Entrevista semiestruturada:

1.2.1.1 Explicitar e incluir, ao final do projeto de pesquisa ou mesmo como arquivo individual, os questionamentos a serem realizados à líder comunitária participante da pesquisa para apreciação por parte do CEP.

RESPOSTA: Foram incluídos os temas norteadores da entrevista nas novas versões tanto no PB de Informações Básicas quanto no Projeto de Pesquisa.

ANÁLISE: SOLICITAÇÃO ATENDIDA

2. Quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - referente ao arquivo "TCLE", postado na Plataforma Brasil em 28/09/2022.

2.1 .Quanto à Linguagem:

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

O Termo de Consentimento é o documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa. Solicita-se que seja realizada revisão do TCLE, conforme as normas gramaticais de português, tomando, assim, o texto mais claro, objetivo e compreensível. (Resolução CNS n.º 466, de 2012, itens II.23 e IV.1.b).

O TCLE deve ser conciso e de fácil compreensão pelo público em geral, não sendo desejável a utilização de construções gramaticais complexas. Diante do exposto, solicita-se que o TCLE seja revisado, utilizando-se linguagem CLARA E ACESSÍVEL, especialmente no item Justificativa, objetivos e procedimentos. Salienta-se que é necessário substituir os termos técnicos por palavras de fácil entendimento ou adicionar breve explicação sobre o termo empregado no texto (Resolução CNS n.º 466 de 2012, itens II.23 e IV.1.b).

RESPOSTA: As correções solicitadas quanto à linguagem mais acessível do TCLE foram realizadas e constam na nova versão do mesmo inserido na plataforma.

ANÁLISE: SOLICITAÇÃO ATENDIDA

2.2 Quanto à indenização:

O TCLE não deve conter ressalva que negue a responsabilidade do pesquisador ou que implique ao participante da pesquisa renunciar a seus direitos, incluindo o direito de buscar indenização por danos eventuais. Diante do exposto, solicita-se inserir, no TCLE, a explicitação acerca do direito de buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Resolução CNS n.º 466, de 2012, item IV.3.h).

Solicita-se informar, no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido e/ou do Assentimento Livre e Esclarecido, que o participante tem garantido o direito de solicitar indenização por meio das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

2.2.1 Pede-se nova redação com maior detalhamento e esclarecimento acerca do direito da participante da pesquisa de buscar indenização por danos advindos de sua participação na

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 99, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

pesquisa, pois a maneira como tal aspecto foi redigido no TCLE está muito vago.

RESPOSTA: O direito da participante da pesquisa a buscar indenização para danos advindos da pesquisa foi inserido de forma explícita na nova versão do TCLE inserida na plataforma.

ANÁLISE: SOLICITAÇÃO ATENDIDA

3 Quanto ao Uso de Imagem e/ou voz:

Em relação aos direitos dos participantes, dispostos na Resolução CNS n.º 510, de 2016, em seu Artigo 9.º, de terem sua privacidade respeitada; de terem garantida a confidencialidade das informações pessoais; e de decidirem, dentre as informações que forneceram, quais podem ser tratadas de forma pública, solicita-se inserir opções excludentes entre si ("sim, autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz" e "não, não autorizo a divulgação da minha imagem e/ou voz") no Registro do Consentimento Livre e Esclarecido, para que os participantes possam exercer tais direitos.

3.1 A autorização ou não do uso de imagem ou voz é de livre e espontânea vontade do participante da pesquisa e não deve constar no TCLE nenhum tipo de termo que o induza a isso. Diante disso, solicita-se retirar o seguinte trecho da p.2 do presente TCLE, a saber: "Com a finalidade de facilitar a transcrição do material coletado, solicito, que autorize a gravação de voz durante a entrevista. Ressalto que é imprescindível a necessidade de concessão do uso de sua voz, deste modo [...]"

RESPOSTA: Foram excluídos da redação do item de autorização de uso de imagem e voz o trecho indicado e a nova redação consta na nova versão do TCLE inserido na plataforma.

ANÁLISE: SOLICITAÇÃO ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezada pesquisadora,

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UEG considera o presente protocolo APROVADO. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado e lembramos que os relatórios de

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 09, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br



UEG - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.848.485

pesquisa devem ser enviados semestralmente, comunicando ao CEP a ocorrência de eventos adversos esperados ou não esperados, conforme disposto na Norma Operacional do CNS nº 001/2013. O prazo para a entrega do relatório final (modelo também disponível no site do CEP/UEG), via notificação na Plataforma Brasil, é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2025485.pdf	29/11/2022 20:45:56		Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_CEP.pdf	29/11/2022 20:45:19	ELAINE DA SILVA BARBERINO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	29/11/2022 20:37:08	ELAINE DA SILVA BARBERINO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/11/2022 20:28:25	ELAINE DA SILVA BARBERINO	Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_ENTREVISTA.pdf	28/11/2022 10:01:00	ELAINE DA SILVA BARBERINO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoelaine.pdf	28/09/2022 11:08:16	ELAINE DA SILVA BARBERINO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 11 de Janeiro de 2023

Assinado por:
PATRICIA FERREIRA DA SILVA CASTRO
(Coordenador(a))

Endereço: BR 153 Quadra Área, Km 09, Bloco III, Térreo
Bairro: FAZENDA BARREIRO DO MEIO CEP: 75.132-903
UF: GO Município: ANAPOLIS
Telefone: (62)3328-1439 E-mail: cep@ueg.br